



Universidade Estadual de Maringá

Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CSA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – PCE/UEM

Área de Concentração: Teoria Econômica

WESLEY OLIVEIRA SANTOS

**O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA
NO PERÍODO RECENTE**

Maringá – PR
2013

Universidade Estadual de Maringá

Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CSA

Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas – PCE/UEM

Área de Concentração: Teoria Econômica

WESLEY OLIVEIRA SANTOS

O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NO PERÍODO RECENTE

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Teoria Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos de Campos

Co-orientador: Prof. Dr. Jaime Graciano Trintin

Maringá – PR
2013

WESLEY OLIVEIRA SANTOS

**O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA
NO PERÍODO RECENTE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM), como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Mestre em Teoria Econômica.

Aprovada em: 29 / 08 / 2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Carlos de Campos
Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM)
Orientador

Prof. Dr. Jaime Graciano Trintin
Universidade Estadual de Maringá (PCE/UEM)

Prof. Dr. Bernardo Palhares Campolina Diniz
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR / UFMG)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais pelo apoio incondicional e de sempre.

À Daniela Machado pelo apoio e incentivo.

Em especial, aos meus orientadores, Professores Doutores Antônio Carlos de Campos e Jaime Graciano Trintin, pelos fundamentais direcionamentos, contribuições, conversas e também pela paciência e compreensão em meus vários momentos de dificuldade.

Aos professores do PCE/UEM, pelo aprendizado que foi proporcionado a mim durante as disciplinas cursadas, ministradas sempre de forma competente e responsável por todos eles.

Ao Professor Doutor Bernardo Palhares Campolina Diniz pela participação e contribuições na banca examinadora desta dissertação e ao Professor Doutor José Luiz Parré pelas contribuições na banca de qualificação.

Ao Professor Doutor Tácito Augusto Farias, professor da graduação e companheiro dos grupos de estudos, pelos conselhos incentivadores, que até hoje me ajudam a progredir na vida acadêmica.

Aos meus colegas de turma pelos momentos compartilhados. Em especial, à equipe do grande e inesquecível “Lagrangeano Futebol Clube”, incluídos na memorável escalação: Wesley Oliveira, Ângelo Rondina, Lucca Pavan, Allan Silveira e Tomás Torezani.

Aos colegas de turma membros do “COPÃO”, além dos futebolistas já citados, Mateus Abrita, Érica Gonzales, Willian Suzuki, Luma de Oliveira, Alessandro Bernadelli, Antonio Amaral, Rafaella Stradiotto, Denise Piper e Marcelo da Mata, pelas conversas profundas, pelas banais, pelos momentos de desconcentração, cervejas e companheirismo ao longo daquele ano.

Aos amigos que torceram e me deram força e incentivo, e com quem eu pude falar e ouvir os sabores e dissabores do processo de elaboração de nossos trabalhos acadêmicos: Vinícius Portugal e sua monografia e John Max Sales e sua dissertação.

À Allan Silveira e Érica Gonzales pela amizade, companheirismo, risadas, *ices* e partidas de monopólio na excelente convivência em Maringá no ano de disciplinas.

À Denise Becca, colaboradora do PCE/UEM, pela presteza, boa vontade, gentileza e eficiência em todos os momentos.

À CAPES, pelo auxílio financeiro fornecido no primeiro ano de Mestrado.

Enfim, a todos que de forma direta ou indireta participaram de minha vida ao longo da elaboração desta dissertação, muito obrigado!

“Eu não acho a desigualdade um mal em si, depende de como se chegou a ela. E o Brasil é um país muito injustamente desigual. Adoro uma seguinte historinha: Dois meninos estão caminhando na calçada, dois amigos, e um deles encontra duas maçãs: uma grande e uma pequena. Esse que apanha as maçãs fica com a grande e dá a pequena pro colega. O colega começa a reclamar: ‘- Mas como você é injusto, como você é ganancioso, como você é egoísta! Você ficou com a maçã grande e me deu a pequena!’... O outro ouve, ouve e ouve, até que uma hora ele pára, e fala com o amigo: ‘- Mas, perafí! Se você tivesse encontrado as duas maçãs o que é que você teria feito?’... O ‘cara’ responde: ‘É lógico que eu teria ficado com a pequena e dado a grande pra você!’... E o primeiro responde: ‘- Mas foi exatamente o que eu fiz! Por que você está reclamando?!’ (risos) ... E no entanto tem razão de reclamar, porque uma coisa é você chegar nessa distribuição por uma imposição e a outra coisa é você chegar nessa distribuição voluntariamente (ou porque houve uma opção). O menino tem razão de reclamar. O problema não é um ter ficado com a maçã grande e o outro com a pequena, é o caminho que levou a essa distribuição. E aí, o problema do Brasil é enorme porque nós somos um país em que as condições iniciais em que as pessoas começam a sua vida e vem ao Mundo são absurdamente desiguais (...) A condição social em que a criança vem ao Mundo é quase que determinante do tipo de vida que ela vai ter pro resto da vida... e isto, nós temos que corrigir!...”

(Eduardo Giannetti da Fonseca, em entrevista ao Programa Roda Viva, 2011).

SANTOS, Wesley Oliveira. **O processo de desconcentração regional da indústria brasileira no período recente**. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá, 2013.

RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de identificar o padrão de localização da atividade industrial no Brasil no período compreendido entre os anos 1995 e 2009, traçando um perfil das alterações na distribuição regional da indústria, de modo a verificar a assertividade de alguma das tendências apontadas na literatura empírica doméstica de desenvolvimento regional no âmbito do debate estabelecido até fins da década de 1990. Para isso, as informações acerca da distribuição do PIB industrial, do emprego industrial e do número de estabelecimentos industriais, em nível das regiões e estados brasileiros, foram tratadas através da análise descritiva das participações das regiões e unidades federativas no total do país e do cálculo e análise de índices de concentração e especialização, tais como a Razão de Concentração e sua derivação em forma de Curvas de Concentração, o Quociente Locacional e o Índice de Hirschman-Herfindahl. Os resultados apontaram a continuidade do processo de desconcentração industrial no Brasil no âmbito inter-regional, de intensidade inferior, mas não muito dessemelhante ao que foi presenciado no país ao longo da década de 1970 e até meados dos anos 1980. Tal movimento ocorreu em função da perda de participação da região Sudeste a favor das demais regiões, dentre as quais Centro-Oeste e Nordeste se destacam entre as mais dinâmicas no conjunto das análises das três variáveis de interesse. Nesse sentido, exceto pelo fato da tendência à “fragmentação da economia nacional” não ter sido corroborada, os resultados guardam maior proximidade com o prognóstico realizado por Pacheco (1996 e 1999) e Guimarães Neto (1995 e 1997) do que em relação ao prognóstico de reconcentração em torno da região metropolitana de São Paulo de Cano (1998) e de reconcentração poligonal observado em Diniz (1993), em função das mudanças observadas ao longo do tempo em alguns dos determinantes apontados por este último, as quais permitiram explicar de modo mais adequado o processo de desconcentração e suas tendências futuras sob a ótica do princípio de causação circular e acumulativa de Myrdal, ao considerar a influência da recente melhora da distribuição de renda sobre a ampliação e disseminação do mercado consumidor interno.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico regional; Desconcentração industrial; Myrdal.

SANTOS, Wesley Oliveira. **O processo de desconcentração regional da indústria brasileira no período recente**. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Maringá, 2013.

ABSTRACT

This study aimed to identify the default location of industrial activity in Brazil in the period between 1995 and 2009, establishing a profile of the changes in the regional distribution of industry, so check the assertiveness of some of the trends identified in the literature Empirical domestic regional development in the debate established until the late 1990s. For this reason, information on the distribution of industrial GDP, industrial employment and the number of industrial establishments in the regions and states of Brazil, were treated by descriptive analysis of the holdings of the regions and federal units in the country's total and calculation and analysis of indices of concentration and specialization, such as the Concentration Ratio and its derivation in the form of Curves Concentration, Quotient Locational and Herfindahl-Hirschman Index. The results indicate the continuing process of industrial decentralization in Brazil under interregional lower intensity, but not too dissimilar to what was witnessed in the country throughout the 1970s and until the mid 1980s. This movement was due to the loss of market share in the Southeast in favor of other regions, among which the Midwest and Northeast stand out among the most dynamic in all the analyzes of the three variables of interest. In this sense, except that the tendency to "fragmentation of the national economy" was not corroborated the results keep closer to the prognosis made by Pacheco (1996 and 1999) and Guimarães Neto (1995 and 1997) than in relation to prognosis of refocusing around the metropolitan region of São Paulo Cano (1998) and polygonal reconcentration observed in Diniz (1993), as a function of the observed changes over time in some of the determinants mentioned by the latter, which allowed to explain so more appropriate devolution and its future trends from the perspective of the principle of circular and cumulative causation of Myrdal, when considering the influence of the recent improvement in income distribution on the expansion and dissemination of the domestic consumer market.

Keywords: Regional economic development; Industrial deconcentration; Myrdal

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Principais teorias de economia regional	08
Figura 2: Triângulo locacional de Weber.....	10
Figura 3: Efeito de uma redução dos custos de transporte entre M1 e P.....	11
Figura 4: Derivação da curva de demanda espacial.....	12
Figura 5: Cone de demanda de Lösch.....	13
Figura 6: Teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração	16
Figura 7: Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento	71
Figura 8: Curvas de Concentração para a participação das regiões brasileiras no PIB industrial (1995/2009).....	97
Figura 9: Curvas de Concentração para a participação das Unidades Federativas no PIB Industrial de suas respectivas Regiões (1995/2009).....	98
Figura 10: Curvas de Concentração para a participação das regiões brasileiras no Emprego Industrial do Brasil (1995/2009).....	110
Figura 11: Curvas de Concentração para a participação das regiões brasileiras no Emprego Industrial (1995/2009).....	111
Figura 12: Curvas de Concentração para a participação das regiões brasileiras no total de Estabelecimentos Industriais do Brasil (1995/2009).....	126
Figura 13: Curvas de Concentração para a participação das Unidades Federativas no total dos Estabelecimentos Industriais de suas respectivas Regiões (1995/2009)	127
Quadro 1: Antigo Desenvolvimentismo x Novo Desenvolvimentismo	74
Quadro 2: Participação dos Setores no PIB – Valor Adicionado, Brasil e regiões	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação no PIB Industrial do Brasil, por Região e UF, 1970-1985 Erro! Indicador não definido.	
Tabela 2: Participação no PIB Industrial do Brasil e da Região, por Região e Estado, 1970-1995	54
Tabela 3: Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.....	72
Tabela 4: Participação no PIB do Brasil, por Região e Estado, 1970-2009	8282
Tabela 5: Estoque de Empregos - Participação em relação ao Brasil (%) - por Região e Estado, 1995-2009	85
Tabela 6: Distribuição do PIB Industrial do Brasil, por Região e Estado, 1995-2009 (em R\$ milhões de 2000).....	88
Tabela 7: Variação Absoluta do PIB Industrial do Brasil, por Região e Estado, 1995-2009 (em R\$ milhões de 2000).....	911
Tabela 8: Participação no PIB Industrial do Brasil e das Regiões, por Região e Estado, 1970-2009	93
Tabela 9: Razão de Concentração (CR) do PIB Industrial, Brasil e Regiões, 1995-2009.....	94
Tabela 10: Quociente Locacional do Valor Adicionado da Indústria para as Regiões Brasileiras (QL_i) – 1995 / 2009	99
Tabela 11: Índice de Hirschman-Herfindahl para o PIB Industrial - Brasil e Regiões (IHHi) – 1995 / 2009	99
Tabela 12: Empregos Industriais por região e estado – 1995/2009	105
Tabela 13: Variação Absoluta do Emprego Industrial do Brasil, por Região e Estado, 1995 / 2009 (em R\$ milhões de 2000).....	107
Tabela 14: Distribuição Inter-regional dos Empregos Industriais por região e estado - (%) em relação ao Brasil, 1995-2009	108
Tabela 15: Distribuição intrarregional dos Empregos Industriais – (%) em relação à respectiva região – 1995/2009	109
Tabela 16: Razões de Concentração dos Empregos Industriais – Brasil e Regiões – 1995/2009.....	110
Tabela 17: Quociente Locacional do Emprego Industrial para as Regiões Brasileiras (QL_{ei}) – 1995 / 2009	113
Tabela 18: Índice de Hirschman-Herfindahl para o Emprego Industrial - Brasil e Regiões (IHHi) – 1995 / 2009.....	1144
Tabela 19: Participação relativa das regiões no emprego total de cada setor e Índice de Hirschman-Herfindahl para o Emprego Industrial, por setor - Brasil e Regiões (IHHi) – 1995 / 2009.....	115
Tabela 20: Massa Salarial da Indústria, por região e subsetor (R\$ mil de Jul. 2013) – 1995 / 2009.....	119
Tabela 21: Número de Estabelecimentos - Indústria - Brasil, por Região e Estado, 1995-2009	12222
Tabela 22: Variação Absoluta do Número de Estabelecimentos Industriais do Brasil, por Região e Estado, 1995 / 2009	123
Tabela 23: Número de Estabelecimentos - Indústria - Part. em relação ao Brasil (%) - por Região e Estado, 1995-2009	124
Tabela 24: Distribuição Intrarregional do Número de Estabelecimentos Industriais - Part. em relação à Região (%) – por Unidade Federativa, 1995-2009	1255
Tabela 25: Razões de Concentração do Número de Estabelecimentos Industriais – Brasil e Regiões – 1995/2009 *	126
Tabela 26: Quociente Locacional do Número de Estabelecimentos Industriais para as Regiões Brasileiras (QL_{esti}) – 1995 / 2009.....	130
Tabela 27: Índice de Hirschman-Herfindahl para o Número de Estabelecimentos Industriais - Brasil e Regiões (IHHesti) – 1995 / 2009.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Transferências de Renda em 2009, por Região (R\$ milhões em Jul. 2013).....	79
Gráfico 2: Evolução do Salário Mínimo real – média – Brasil - R\$ de jun/2013	80
Gráfico 3: Variações absolutas da participação das regiões no PIB do Brasil.....	83
Gráfico 4: Médias móveis da Participação das regiões no PIB do Brasil.....	84
Gráfico 5: Variações absolutas da participação das regiões no Emprego Formal do Brasil.....	86
Gráfico 6: Emprego e Número de Estabelecimentos Industriais no Brasil (1995/2009).....	104

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1. BASES TEÓRICAS DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO ESPAÇO: O PENSAMENTO ECONÔMICO REGIONAL	6
1.1 A distância do centro consumidor como fator de decisão locacional das firmas nas Teorias Clássicas de Localização.....	9
1.1.1 Os triângulos de Alfred Weber	9
1.1.2 Os cones de Lösch	11
1.2 Teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração	14
1.2.1 Perroux e a teoria dos polos de crescimento	16
1.2.2 Myrdal e o problema das desigualdades regionais	26
1.2.3 Hirschman e os Efeitos de Encadeamento	39
1.2.4 A Base Exportadora de North	44
2. CONCENTRAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO E RISCO DE RECONCENTRAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA ENTRE 1970 E 1995.....	47
2.1 Transformações Regionais e Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil.....	47
2.2 A Desconcentração Produtiva e o Estado Desenvolvimentista-Militar (1970-1985).....	49
2.4 A desaceleração do processo de desconcentração e o Estado Neoliberal (1985-1995)	57
3 A RETOMADA DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO E O ESTADO NEODESENVOLVIMENTISTA (1995-2009).....	67
3.1 Considerações Metodológicas	67
<i>Razão de Concentração</i>	68
<i>Quociente Locacional</i>	69
<i>Índice de Hirschman-Herfindahl</i>	70
3.2 A Atuação do Estado no período 1995-2000.....	71
3.3 Transição da concepção ideológica do Estado, Estado Neodesenvolvimentista e as principais políticas públicas implantadas pelo mesmo no período recente (2001-2009).....	73
3.4 Padrões recentes de localização industrial no Brasil: Modificações entre 1995 e 2009	81
3.4.1 Modificações na Distribuição Regional do PIB Industrial	87
3.4.2 Modificações na Distribuição Regional do Emprego Industrial	103
3.4.3 Modificações na Distribuição Regional do Número de Estabelecimentos Industriais	121
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139

INTRODUÇÃO

Dentre as várias linhas de pesquisa da economia regional, toma importância neste trabalho a que visa explicar as razões da concentração das atividades econômicas em determinados lugares – ainda que com taxas de sucesso distintas - e não em outros. Em outras palavras, o presente trabalho segue a linha que tem como objeto de investigação a organização espacial das atividades econômicas em determinado território.

Desde os primórdios da civilização, as atividades humanas têm se distribuído de modo desequilibrado entre os continentes e suas terras, sendo que o mesmo padrão é observado em relação à qualidade de vida dos povos.

Em vez de distribuídas homoganeamente, as atividades econômicas do homem, têm se concentrado em um número limitado de assentamentos humanos de variadas proporções (cidades e aglomerações de menor porte), denominados “aglomerações econômicas”, que abrangem distintas combinações de empresas e domicílios.

Empregado de forma genérica, o termo aglomeração econômica se mostra adequado para determinado nível de abstração. Seu conceito, no entanto, se refere a situações muito dessemelhantes no mundo real. Pode-se exemplificar num extremo a separação Norte-Sul. No outro, observam-se os casos onde o conceito de aglomeração pode definir o agrupamento, no mesmo bairro ou até na mesma rua, de restaurantes, cinemas e/ou lojas que comercializam produtos/serviços similares. Como lembra Thisse (2011), de modo semelhante às diferentes formas de agregação dos agentes econômicos, é a escala espacial (ou unidade de referência espacial) escolhida na condução da pesquisa que distingue os diversos tipos de aglomeração. No entanto, um princípio básico tem validade, a despeito da escala de análise escolhida: *“O surgimento de aglomerações econômicas está vinculado ao surgimento das desigualdades entre lugares”*.

De certo modo, a própria natureza, ao prover determinadas regiões de excessiva riqueza em detrimento de outras fornece parte das condições para que o interesse humano em explorá-las promova as desigualdades econômicas e de bem estar entre os territórios habitados.

A heterogeneidade natural, no entanto, não explica completamente as desigualdades entre as regiões. Outros fatores influem na organização espacial da economia e alguns deles já foram exaustivamente explorados pela teoria econômica, que

teve (e ainda tem) sucesso em fornecer valiosas contribuições para o entendimento da influência específica desses elementos, bem como dos efeitos da inter-relação dos mesmos sobre a distribuição das atividades econômicas no espaço.

Nesse sentido, os estudos de economia regional geralmente têm se concentrado na identificação e análise de alguns fatores, apontados como determinantes do processo de concentração ou dispersão industrial. Economias de escala na produção, minimização do custo do transporte de mercadorias e a existência de (des) economias de aglomeração são alguns dos elementos que mais tem recebido atenção. São determinantes bem estabelecidos pela teoria econômica e sua combinação certamente influencia as variações da estrutura industrial do espaço aqui considerado como objeto de estudo, o Brasil.

De uma economia primarizada, caracterizada por precárias relações de trabalho, concentração ímpar de terras e de renda e frequentemente submissa aos interesses externos, o Brasil passou por profundas transformações econômicas e sociais. As transformações econômicas mais relevantes - por estas, entendam-se os processos de industrialização e de modernização da agricultura no país - tiveram maior impulso a partir da segunda metade da década de 1950 pelos esforços de instalação da indústria pesada no país. Tais esforços foram baseados na forte presença estatal mediante atração de investimentos estrangeiros e estímulos ao capital nacional via incentivos fiscais e financeiros, além de medidas de proteção ao mercado interno.

No entanto, a modernização das atividades econômicas ocorreu de forma não homogênea entre as regiões brasileiras, no sentido de que a articulação e integração dessas regiões aconteceram a partir da hegemonia da região metropolitana de São Paulo que, tendo se beneficiado de vantagens locais anteriores a esses processos, expandiu-se com a formação do mercado interno nacional, ocupando espaços econômicos situados em outras áreas do país e consolidando tendências relativas à diferenciação das estruturas produtivas entre as regiões brasileiras.

Todavia, após o início da década de 1970 iniciou-se um movimento inverso, no sentido de desconcentração das atividades produtivas, que - segundo a periodização amplamente estabelecida na literatura de desenvolvimento regional - vigorou até 1985, quando a partir de então se tornou evidente o esgotamento do referido processo.

Dentre os determinantes para ambas as fases – concentração até 1970 e desconcentração em 1970-1985 -, a capacidade (ou sua significativa redução) de investimento do setor público é apontada na literatura como um grande fator de

influência. Contudo, além do papel do Estado, outros aspectos são também considerados na análise da dinâmica espacial da indústria brasileira, como, por exemplo, os efeitos das deseconomias de aglomeração da Região Metropolitana de São Paulo sobre a dinâmica geográfica da indústria no Brasil.

Após 1985, os estudos disponíveis são menos precisos em demonstrar conclusões em termos de concentração ou dispersão regional da estrutura produtiva do país, havendo mais o levantamento de tendências, como se pode observar em Cano (1998), que adverte quanto ao “risco de reconcentração”, dada a aparente inflexão, no período 1985-1995, do processo de desconcentração observado nos 15 anos anteriores.

Por sua vez, e tendo em vista a relativa “saída” do Estado da economia no início dos anos 1990, Diniz (1993) defende que a ação conjunta de determinados elementos tenderia a produzir um novo padrão de dispersão da atividade produtiva, geograficamente limitado a uma relativa ampliação do “campo aglomerativo” de São Paulo. Contudo, o autor ainda deixa em aberto a possibilidade de reversão do movimento de desconcentração, pelo fato da região mais desenvolvida do país ainda concentrar à época a maior parcela do mercado consumidor, da base industrial, da pesquisa e do mercado de trabalho profissional.

Já Pacheco (1996 e 1999) aponta a tendência de continuidade de desconcentração, embora de forma menos intensa por conta do menor nível de investimento agregado. A desconcentração ocorreria com perdas relativas da região metropolitana de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro e a favor de áreas concentradas nas regiões periféricas do país, resultando na fragmentação da economia nacional mediante a ascensão das chamadas “ilhas de prosperidade” em quase todas as regiões.

No mesmo sentido que Pacheco (1996), Guimarães Neto (1997) também enxerga uma tendência de fragmentação da economia nacional, reforçada pela fragilidade do Estado em reverter a tendência do processo de globalização em privilegiar alguns poucos segmentos produtivos e sub-regiões e de fazer retroagir o processo de integração entre as regiões.

Passados mais de 15 anos, teria alguma das tendências apontadas acima se concretizado? O que mudou em relação aos três marcos temporais estabelecidos pela literatura empírica (1970, 1985 e 1995) e como está atualmente a configuração regional da atividade produtiva, em termos da participação das regiões na produção nacional? As respostas dessas questões são uma espécie de corolário do objetivo fundamental deste

trabalho, a identificação do padrão locacional da indústria no Brasil no período 1995-2009, no sentido de verificar se houve reversão do processo de desconcentração industrial observado nas décadas anteriores ou se houve continuidade do mesmo.

Para tanto, optou-se por explicar as mudanças observadas pela ótica do modelo teórico de “*Causação Circular e Acumulativa*” do economista sueco Gunnar Myrdal. De acordo com esse princípio, os processos sociais se desenvolvem a partir de um impulso externo, que promove efeitos secundários de reforço à mudança original, afastando a economia do estado que se encontrava antes da referida alteração.

A escolha do pensamento de Myrdal como base teórica fundamental deste trabalho se deu pelo fato dele admitir efeitos de retroalimentação multidirecional entre vários determinantes de um problema econômico e social, neste caso, o desenvolvimento econômico das regiões de um país. Ou seja, a teoria myrdaliana admite que, em um processo social, a mudança gerada por um impulso exógeno em uma variável qualquer exerce influência sobre as demais variáveis envolvidas e que, de maneira cumulativa, as alterações nas últimas realimentam o movimento iniciado pela mudança na primeira. Além disso, a atuação do Estado no pensamento de Myrdal guarda semelhança com as características do “Estado Neodesenvolvimentista” contemporâneo, especialmente pelo papel de “indutor do desenvolvimento” que este último cada vez mais aparenta assumir.

Para o bom desenvolvimento da discussão, torna-se adequado em um primeiro momento apresentar a evolução das principais teorias de localização e aglomeração industrial, por elas constituírem um conciso corpo teórico que ainda apoia o desenvolvimento recente da literatura de economia regional. Esse é o objeto do primeiro capítulo deste trabalho.

No segundo capítulo, são analisadas as alterações nos padrões regionais da estrutura produtiva brasileira ao longo do período 1970-1995, expondo as principais tendências levantadas por alguns dos expoentes do pensamento econômico regional brasileiro, a fim de verificar posteriormente uma eventual confirmação das mesmas, cerca de 15 anos após suas formulações.

No terceiro capítulo, após a apresentação da metodologia utilizada no presente trabalho, serão analisadas as informações sobre a distribuição da atividade econômica entre as regiões após o ano de 1995, confrontando os resultados com as tendências referidas no capítulo anterior. Após isso, tecem-se as considerações finais.

Como será percebido pelo leitor, ao longo das seções dos dois últimos capítulos deste trabalho, foi incluída uma discussão acerca da atuação do Estado brasileiro quanto ao desenvolvimento regional, tendo em vista a relevância deste elemento na dinâmica das regiões através da implementação de políticas, apresentando assim a evolução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional no país ao longo do tempo.

1. BASES TEÓRICAS DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO ESPAÇO: O PENSAMENTO ECONÔMICO REGIONAL

Neste trabalho, optou-se por adotar a sistematização da produção teórica em economia regional proposta por Cavalcante e Monasterio (2011), que identifica dois grandes blocos teóricos no período de tempo que vai do início do século XIX até meados do século XX:

- i) **Teorias Clássicas da Localização:** Conjunto de teorias que apresenta evolução relativamente contígua ao longo do tempo, desde seu marco inicial através da publicação de “*Der Isolierte Staat in Beziehung auf Landschaft und Nationalökonomie*”¹ (VON THÜNEN, 1826) até a publicação de “*Location and Space Economy*” (ISARD, 1956).
- ii) **Teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração:** Conjunto de teorias originalmente publicadas ao longo da década de 1950, com inspiração nas ideias de Marshall e Keynes. Os principais marcos teóricos que enfatizaram o desenvolvimento de espaços subnacionais são: “*Note sur la notion de pôle de croissance*”² (PERROUX, 1955), “*Economic Theory and Under-Developed Regions*” (MYRDAL, 1957), “*The Strategy of Economic Development*” (HIRSCHMAN, 1958) e “*Location Theory and Regional Economic Growth*” (NORTH, 1959).

No período entre 1960 e 1980, ocorre um aparente arrefecimento do interesse em temas ligados ao desenvolvimento regional, na medida em que a produção teórica relevante foi oriunda de um número mais restrito de pesquisadores. Este interesse é retomado na ascensão de trabalhos cuja agenda de pesquisa ficou conhecida como a “*Nova Geografia Econômica*” (NGE), os quais reuniam esforços de modelagem matemática que incorporavam conceitos de aglomeração e custos de transportes; e de estudos que se concentravam em incorporar aspectos “*menos tangíveis*” à literatura de desenvolvimento regional, como o papel das instituições e do capital social.

¹ O Estado isolado em relação à economia regional e nacional ou, simplesmente, O Estado isolado. Tradução de Monasterio e Cavalcante (2011).

² O conceito de Polo de Desenvolvimento.

Devido à dificuldade de estabelecer um fluxo evolutivo relativamente contínuo do pensamento econômico regional após 1980, os autores agrupam todos os trabalhos realizados após esse marco temporal, denominando-os como a “Produção recente em economia regional”.

Para fins de ilustração, a figura 1 a seguir mostra a evolução das principais teorias em economia regional, localizando no tempo e geograficamente as principais obras citadas acima, através da identificação da nacionalidade dos autores nas caixas do diagrama, pelas bandeiras que identificam seus respectivos países de origem ou, em alguns casos, dos países onde suas atuações profissionais se desenvolveram predominantemente. Cavalcante e Monasterio (2011, p. 64-65) observam que, apesar da relevância das análises do processo de aglomeração observada nos “polos de crescimento” de Perroux (1955), na “causação circular e acumulativa” de Myrdal (1957), nos “efeitos para trás e para frente” de Hirschman (1958) e na “base exportadora” de North (1959), esses autores não foram diretamente influenciados pelo trabalho de Marshall (1890), pelo menos de maneira formal. Nesses trabalhos, são mais explícitas as influências exercidas por Keynes e Schumpeter. Na figura 1, essas influências estão indicadas pelas setas contínuas (que representam influência direta) ligando Schumpeter e Keynes e pela seta pontilhada (representando influência indireta) ligando Marshall às “teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração”, cujos principais autores estão destacados na parte intermediária da referida figura.

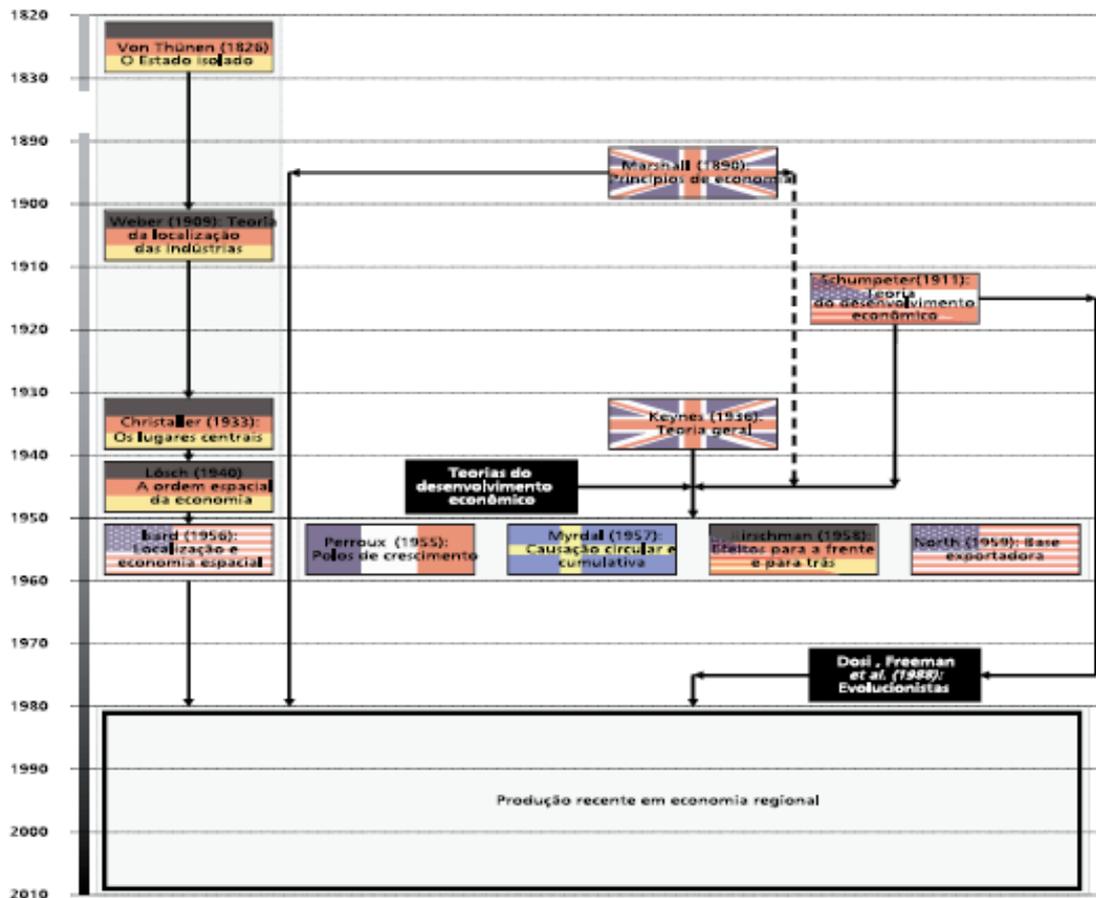


Figura 1: Principais teorias de economia regional

Fonte: Cavalcante e Monasterio (2011, p. 46).

Frequentemente, o interesse dos estudos regionais recai sobre a identificação e análise dos determinantes de localização industrial. A intensidade com que a literatura de economia regional aborda as relações entre esses determinantes é bem retratada por Thisse, segundo o qual:

“Há amplo consenso de que a economia espacial pode ser considerada como o produto de um trade-off entre diferentes tipos de economias de escala na produção e o custo da mobilidade de bens, pessoas e informação. Embora venha sendo repetidamente redescoberto (inclusive em períodos recentes), este trade-off está no centro da geografia econômica desde o trabalho dos primeiros teóricos locacionais, como Lösch (1940) e Hoover (1948). Isto sugere que a localização das atividades econômicas é o resultado de um complicado equilíbrio de forças que puxam e empurram consumidores e empresas em direções opostas” (THISSE, 2011, p.18).

Como será visto adiante na medida em que forem discutidas as teorias mais influentes de desenvolvimento regional, a literatura geralmente tem se concentrado no estudo de alguns fatores, apontados como determinantes do processo de concentração

ou dispersão industrial. Economias de escala na produção, minimização do custo do transporte de mercadorias e a existência de (des) economias de aglomeração são alguns dos elementos que mais tem recebido atenção.

Apesar de reconhecer a importância das “Teorias clássicas da localização”, o foco do presente trabalho recai sobre as “Teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração”, cujas problemáticas se concentram não apenas na existência, mas, sobretudo nos determinantes das aglomerações econômicas. Por esta razão, optou-se por discutir mais detalhadamente este último grupo teórico, deixando como sugestão aos interessados em aprofundar os estudos das Teorias clássicas da localização a apresentação das mesmas no trabalho de Cavalcante e Monasterio (2011).

Assim, na próxima subseção, serão apresentadas apenas as teorias clássicas que consideram explicitamente a proximidade do centro consumidor como fator de decisão locacional por parte das firmas. Em seguida, parte-se diretamente para a discussão das principais contribuições do segundo grupo, as “Teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração”.

1.1 A distância do centro consumidor como fator de decisão locacional das firmas nas Teorias Clássicas de Localização

1.1.1 Os triângulos de Alfred Weber

Um dos principais marcos teóricos da teoria clássica da localização é a obra do irmão do sociólogo Max Weber, o economista e também sociólogo alemão Alfred Weber (1868-1958). Publicado em 1909 e intitulado originalmente por *Über den Standort der Industrien*³, o livro é considerado uma das pioneiras teorias gerais sobre localização industrial. Nele, Weber elenca três fatores que, de forma ponderada, determinariam a localização das atividades industriais: o custo de transporte, o custo da mão de obra e um “fator de ordem local” oriundo do conflito entre forças aglomerativas e dispersivas.

Weber parte das definições de “*ubiquidades*” - insumos disponíveis em qualquer lugar -, e de “*matérias-primas localizadas*” - aquelas disponíveis em apenas alguns lugares – para então estabelecer uma expressão que, em última instância ilustraria a

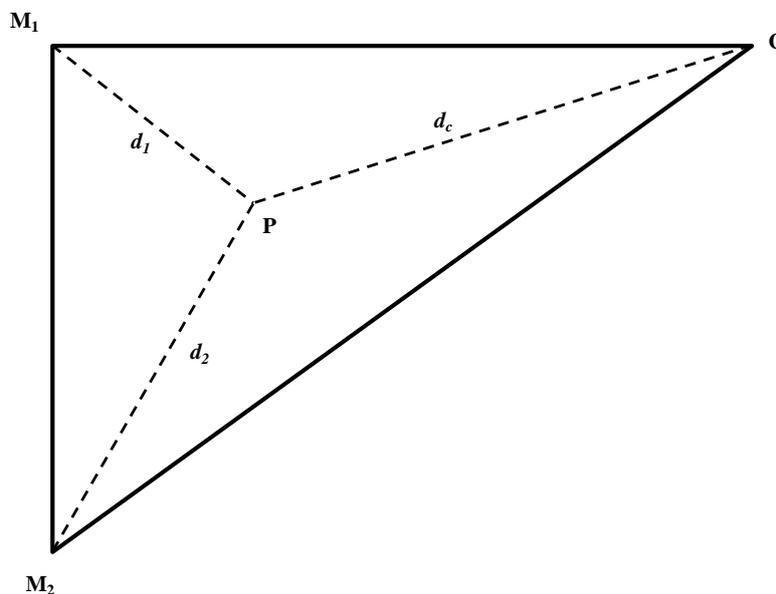
³ Tradução literal: “Sobre a localização de Indústrias”. Publicado em inglês como “Theory of the Location of Industries” (cf. WEBER, 1929).

escolha ótima de localização de uma firma, considerando o peso dos insumos, o peso do bem final e a distância ótima que minimizaria os custos totais de transporte da empresa.

Por assumir preços dados e função de produção do tipo Leontief (i.e., com coeficientes fixos), o modelo de Weber impõe à firma que a escolha da localização seja sua variável decisória fundamental. Dessa forma, para maximizar lucros, ela necessariamente deve minimizar seus custos totais de transporte (CT). No exemplo teórico de duas fontes de matérias-primas localizadas respectivamente em M_1 e M_2 e um mercado consumidor localizado em C , o ponto ótimo de produção P será aquele que minimiza a função de custos totais de transporte, definida conforme a expressão abaixo:

$$CT = m_1 t_1 d_1 + m_2 t_2 d_2 + m_c t_c d_c$$

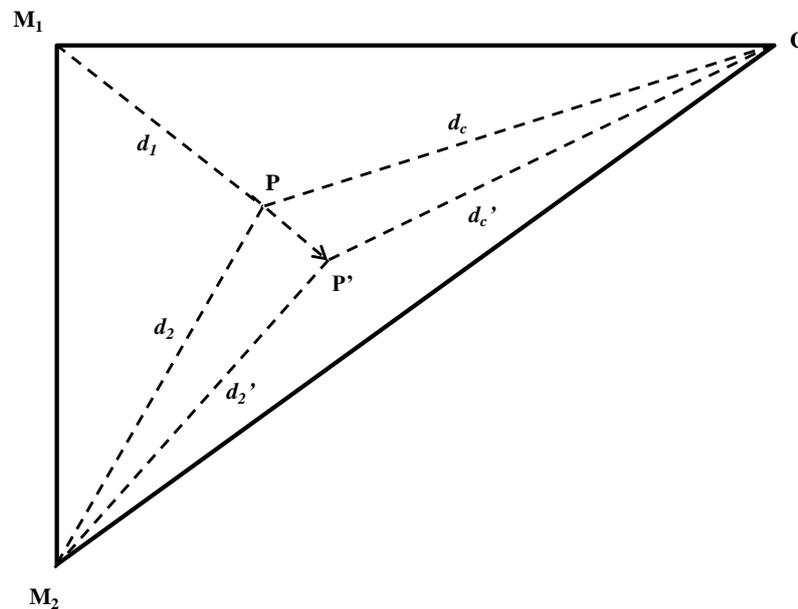
Onde m_1 , m_2 e m_c são, respectivamente, os pesos dos insumos 1 e 2 e do bem de consumo final; d_1 é a distância entre a fonte da matéria-prima 1 (M_1) e o ponto ótimo de localização P , assim como d_2 é distância entre M_2 e P e d_c é a distância entre o mercado consumidor C e o ponto ótimo P ; t_1 e t_2 são os custos de transporte entre M_1 e P e entre M_2 e P , respectivamente, ao passo que t_c é o custo de transporte entre C e P . A figura 2 a seguir mostra o “Triângulo locacional de Weber”, uma ilustração gráfica do modelo de Weber.



Fonte: Elaboração própria, a partir de Cavalcante e Monasterio (2011).

Figura 2: Triângulo locacional de Weber

A solução do problema pode variar entre uma solução de canto (em qualquer dos três) ou em algum ponto intermediário, localizado no interior do triângulo. Soluções em pontos externos ao triângulo não são possíveis, uma vez que sempre há uma aproximação capaz de reduzir a distância entre os três vértices.



Fonte: Elaboração própria, a partir de Cavalcante e Monasterio (2011).

Figura 3: Efeito de uma redução dos custos de transporte entre M_1 e P

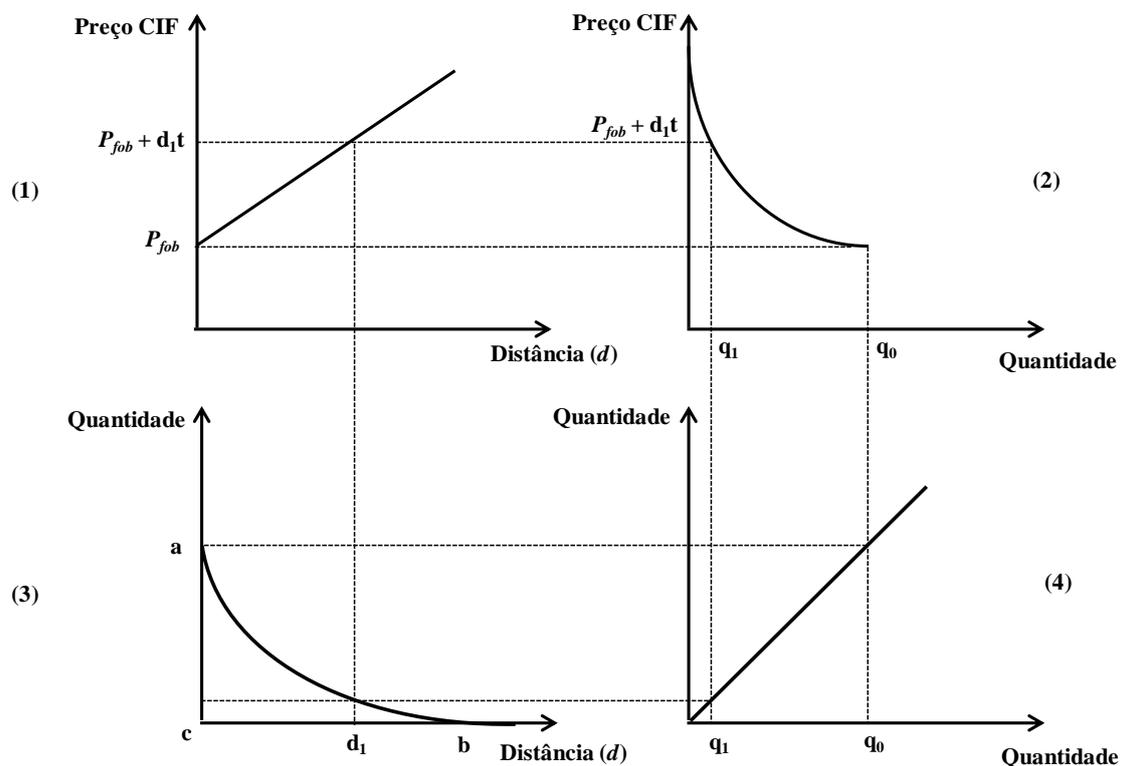
Em condições *ceteris paribus*, o efeito de um aumento no peso do insumo ou do produto (o que neste modelo se traduz em aumento de seu custo de transporte) é o deslocamento do ponto ótimo de localização P em direção à localização do insumo ou produto que sofreu a alteração. De maneira inversa, a redução dos custos de transporte entre P e qualquer fonte de matéria-prima ou do mercado consumidor distanciará a solução ótima do ponto onde ocorreu essa diminuição. Por exemplo, no caso de uma construção de uma ferrovia entre a fonte de matérias-primas 1 e o então ponto de localização ótima (i.e., entre M_1 e P), a localização ótima se afastará para um ponto como P' , conforme mostra a figura 3.

1.1.2 Os cones de Lösch

Uma hierarquia entre as áreas de mercado foi proposta pelo economista alemão Auguste Lösch (1906-1945), através da publicação, em 1940, da obra intitulada *Die*

*räumliche ordnung der Wirtschaft*⁴. A principal contribuição de Lösch foi construir um modelo dotado de fundamentação microeconômica que produzisse um sistema urbano parecido com o proposto por Christaller (1933). Em seu modelo, Lösch pressupõe um monopolista que atua em um mercado com consumidores bem distribuídos no espaço e um produto com elasticidade-preço não nula (CAVALCANTE e MONASTERIO, 2011, p. 59).

O modelo pode ser explicado através da relação entre os gráficos acoplados da figura 4.



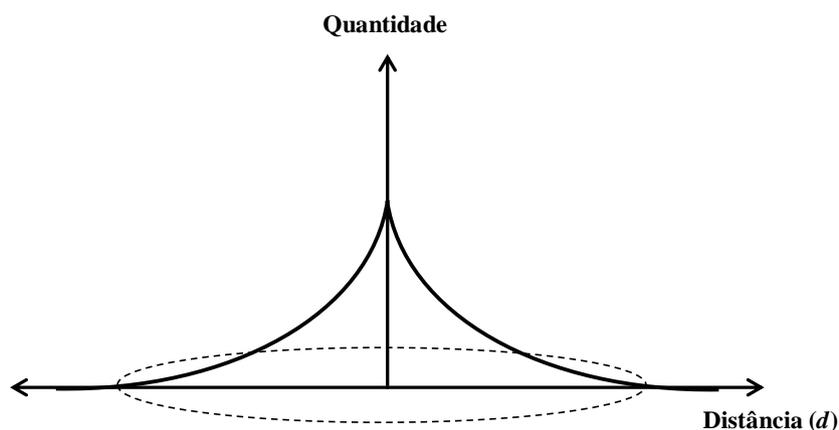
Fonte: Elaboração própria, a partir de Cavalcante e Monasterio (2011, p. 60).

Figura 4: Derivação da curva de demanda espacial

O gráfico (1) da figura 4 acima mostra a relação crescente entre a distância da firma em relação ao consumidor final e o preço final (com custos de transporte incluídos - *CIF*). Assim, quanto mais afastada for a localização da firma em relação ao consumidor final, mais alto será o custo de transporte e, em consequência, o preço final do produto. O gráfico (2) à direita mostra a curva de demanda, que relaciona o preço final e a quantidade demandada. Ao preço na origem – e, portanto, sem custos de

⁴ “A ordem espacial da economia”. A edição em inglês, de 1954, chama-se *The economics of location*.

transporte -, a quantidade demandada é máxima (q_0). O gráfico (4) é apenas um gráfico auxiliar, utilizado para rebater as quantidades expressas na abscissa do gráfico (2) para o eixo das ordenadas do gráfico (3). Este, por sua vez, mostra a relação entre a distância da firma em relação ao consumidor final e a quantidade demandada. Examinando este gráfico, percebe-se que a inclinação negativa da curva “ ab ” indica a redução da quantidade demandada na medida em que a distância do consumidor final em relação à localização da empresa em “ c ” aumenta. No ponto “ b ” (e para além dele), o custo de transporte é suficientemente alto a ponto de tornar o preço do produto proibitivo, inviabilizando as vendas do mesmo. A área sob a curva “ ab ” representa, portanto, o total de vendas (em quantidade física) da firma na área de mercado compreendida entre as localizações c e b . Esta área pode ser obtida pela integração da função associada à curva de demanda espacial pela distância b . Fazendo a rotação da forma abc em torno do eixo vertical, chega-se à figura geométrica ilustrada na figura 5, conhecida como o “*cone de demanda de Lössch*”.



Fonte: Elaboração própria, a partir de Cavalcante e Monasterio (2011, p. 61).

Figura 5: Cone de demanda de Lössch

O cone de demanda de Lössch na figura 5 lembra os anéis de Von Thünen (1826). No entanto, enquanto os anéis de Von Thünen se referiam a áreas de produção, os cones de demanda em Lössch se referem a espaços de consumo. De acordo com o modelo, *tudo mais constante*, uma redução na tarifa de transporte amplia a área de mercado do monopolista. De maneira similar, quanto menor for a elasticidade-preço do produto em análise, menor será a queda na quantidade demandada na medida em que aumenta a distância “ d ”. Assim, produtos com baixo custo de transporte e demanda relativamente inelástica possuem áreas de mercado mais extensas.

Como observa Mccann (2001, p. 91-92), o volume do cone de Lösch representa a receita total da firma, que pode ser obtida mediante a integração da função de demanda espacial por toda a circunferência de raio b . Conforme visto no gráfico (2) da figura 4, a quantidade demandada a cada nível de distância d é função do preço final, que por sua vez corresponde ao preço na origem acrescido do custo de transporte ($P_{fob} + d_1t$).

Em condições *ceteris paribus*, segundo Lösch, quanto menores forem a densidade da demanda, a elasticidade-preço do produto e os custos de transporte, mais amplas serão as áreas de mercado para o monopolista produtor da mercadoria em questão. A especificidade dessas características implicaria na existência de múltiplas (e de todos os tamanhos) áreas de mercado para cada produto, de modo que, para construir um sistema urbano de caráter geral, Lösch precisou lançar mão de algumas restrições adicionais que possibilitavam limitar o número e a distribuição dos centros no espaço.

Desse modo, impondo pressupostos microeconômicos, Lösch (1954) obtém uma hierarquia urbana semelhante à elaborada por Christaller (1933), inclusive com a incorporação de um número maior de proporcionalidades entre os centros de diferentes hierarquias em relação à teoria dos hexágonos de Christaller.

No entanto, a teoria de Lösch admite certo grau de maleabilidade, na medida em que abre possibilidade para que determinadas atividades se localizem em áreas de mercado de tamanho não ideal, com o objetivo de usufruírem das economias externas de urbanização. Apesar de essas atividades estarem em uma localização “subótima”, elas acabariam se adaptando às categorias de cidades existentes. Isso é fundamental, pois permite a análise acerca das economias de aglomeração. Nesse ponto, Lösch resgata Marshall ao introduzir a aglomeração à discussão.

1.2 Teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração

A partir da década de 1950 ganharam força as teorias que enfatizavam a ação de mecanismos dinâmicos de autorreforço, oriundos de externalidades associadas à aglomeração industrial. De certa forma, tais teorias viriam a preencher uma lacuna teórica deixada pelas teorias clássicas de localização que, salvo pouquíssimos casos, tendiam a desprezar os efeitos das externalidades aglomerativas, na medida em que mantinham ênfase sobre as decisões locacionais do ponto de vista da firma.

A par de estas teorias terem ganhado força na década de 1950, existe uma dificuldade em identificar o autor que teria tratado, de forma pioneira, a questão da aglomeração de atividades como um atrativo *per si* para a localização de novas atividades e, portanto, como um fator de desenvolvimento de um determinado espaço. A par dessa dificuldade, o pioneirismo teórico em relação a esta questão é frequentemente atribuído a Alfred Marshall (1842-1924).

Mais especificamente no livro quarto de sua obra *Princípios de Economia*, Marshall (1890) aborda questões relacionadas não apenas às economias de escala internas à firma, mas também às externalidades decorrentes das relações estabelecidas entre empresas situadas próximas umas das outras, conforme explícito no fragmento a seguir:

“Deixando de lado essa série de exemplos sobre a ação que as forças modernas exercem sobre a distribuição geográfica das indústrias, retomaremos nossa investigação sobre a que ponto podem chegar as economias da divisão do trabalho pela concentração de grande número de pequenas empresas da mesma espécie numa mesma localidade, e até que ponto esse resultado pode ser obtido pela concentração de grande parte do comércio do país em mãos de um número relativamente pequeno de firmas ricas e poderosas ou, como se diz correntemente, através da produção em larga escala; ou, em outras palavras, até que ponto as economias de produção em larga escala devem ser *internas*, e até que ponto devem ser *externas*” (MARSHALL, 1890, p. 230).

Conforme visto, os benefícios da aglomeração de firmas já eram conhecidos pelo menos desde fins do século XIX. Na década de 1920, já é possível identificar alguma discussão acerca da natureza cumulativa do processo de desenvolvimento⁵, o que levou Krugman (1998, p. 26) a assumir a existência de uma produção teórica sobre os efeitos da aglomeração já neste período, embora bem menos influente do ponto de vista teórico. Contudo, a investigação sistemática dos efeitos dos fatores de aglomeração sobre o desenvolvimento regional só veio a ocorrer a partir da década de 1950 através da interpretação⁶ da teoria dos “*polos de crescimento*” de Perroux (1955), da teoria da “*causação circular e acumulativa*” de Myrdal (1957), dos “*efeitos para trás*”

⁵ Ver, por exemplo, Young (1928).

⁶ Uma vez que, na elaboração de seu trabalho, Perroux não estava preocupado com a questão regional. Nesse sentido, não foi o trabalho em si, mas as interpretações do mesmo que deram origem às ideias de polarização.

e para frente” de Hirschman (1958) e da “base exportadora” de North (1959). Apesar da maior notoriedade das teorias desenvolvidas na década de 1950, Krugman (1998, p. 26) considera que elas “marcam o fim, e não o início, das teorias do desenvolvimento”. De acordo com Cavalcante e Monasterio (2011), além da influência subsidiária de Marshall, estas teorias foram influenciadas de modo mais marcante por ideias keynesianas (especialmente Myrdal e Hirschman) e schumpeterianas (principalmente Perroux).

A figura 6 a seguir corresponde a uma ampliação da figura 1, no que se refere à série de marcos teóricos denominados por Cavalcante e Monasterio (2011) como “teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração”.

De modo geral, essas teorias se baseiam na observação empírica de que o crescimento pode ocorrer de forma muito concentrada não só setorialmente, mas também no espaço. Enquanto as poucas regiões centrais crescem a taxas elevadas, as demais crescem significativamente menos ou permanecem estagnadas, proporcionando perdas de participação relativa das regiões periféricas no produto nacional decorrente de seu desempenho inferior diante das regiões centrais.

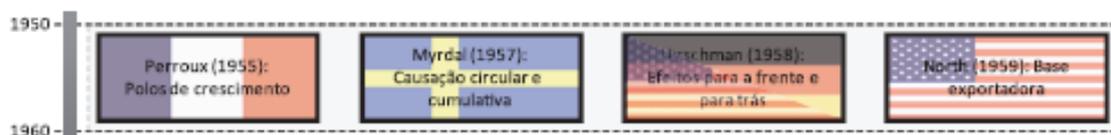


Figura 6: Teorias do desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomeração

Fonte: Monasterio e Cavalcante (2011, p. 65).

A seguir, apresentam-se os principais pontos das teorias de desenvolvimento regional desenvolvidas por estes autores.

1.2.1 Perroux e a teoria dos polos de crescimento

A “teoria dos polos de crescimento” ou “teoria do crescimento polarizado” surgiu da crítica do economista francês François Perroux (1903-1987) ao modelo neoclássico de crescimento. O modelo neoclássico abstrai a influência do espaço, supõe a existência de uma estrutura de mercado competitiva, com progresso técnico

exogenamente determinado, preços relativos independentes do nível de crescimento econômico, rendimentos constantes de escala e livre mobilidade de fatores de produção. Nestas condições, a resposta das variáveis econômicas a quaisquer distúrbios tomaria a forma de um ajustamento automático que conduziria a economia ao equilíbrio paretiano em todas as regiões e, conseqüentemente, no país como um todo (SOUZA, 1993, p. 31).

Contestando a aplicabilidade da teoria neoclássica do crescimento, Perroux (1977) argumenta que nenhuma economia se comporta nos moldes do referido modelo. Segundo ele, o crescimento econômico ocorre na presença de alterações estruturais, materializadas principalmente através do nascimento e extinção de empresas e pela propagação desigual do crescimento entre setores e regiões. Nesse sentido, rompe com o resultado neoclássico de crescimento regional homogêneo, na medida em que admite que *“o crescimento não aparece, simultaneamente, em toda a parte. Ao contrário, manifesta-se em pontos ou polos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”* (PERROUX, 1977, p. 146).

Mais que isso, Perroux (1977) aponta a existência de níveis distintos de difusão dos efeitos de encadeamento inerentes aos processos de crescimento dos diversos setores e regiões. Na presença de *canais de integração*⁷ (ou *de fluxo*), responsáveis pela difusão dos efeitos de encadeamento, os efeitos do crescimento em um polo seriam disseminados para outros, descentralizando o crescimento econômico em direção a outras regiões do país. Por outro lado, na ausência destes canais, a difusão do crescimento se dá em direção a outros países ou regiões mais desenvolvidas e afastadas, em vez de ocorrer de maneira quase integral rumo aos demais focos regionais de desenvolvimento. Segundo Perroux (1977, p. 147), uma economia se tornará desenvolvida apenas quando forem implantados *“vários polos de crescimento, ligados por vias e meios de transporte, que compõem pouco a pouco a infraestrutura de mercado”*.

Vale notar que as concepções de Perroux (1977) não mantêm relação de continuidade com a tradicional exposição teórica que supõe uma relação dicotômica entre o polo central industrializado e urbano e a periferia rural e subdesenvolvida. Em vez disso, Perroux (1977) supõe a existência de poucos polos principais, de porte

⁷ Como explica Souza (1977, p. 33), os canais podem ser vistos como *“os meios de transporte e de comunicações, os institutos de pesquisa, as redes interindustriais integradas e a hierarquia urbana, localizando as atividades econômicas compradoras e fornecedoras de insumos”*.

similar e concentradores do crescimento; e de um número maior de polos secundários, localizados na periferia e organizados de forma hierarquizada, através dos quais os efeitos de encadeamento provenientes dos polos superiores seriam filtrados e difundidos.

Nesse ponto, as ideias de Perroux de polos hierarquizados se aproximam da hierarquia urbana inserida na “*teoria dos lugares centrais*” de Christaller (1933). Segundo Souza (1993, p. 32), a diferença fundamental entre as duas teorias reside no fato de que a primeira enfatiza o papel indutor da indústria motriz enquanto que, no último, a ênfase recai sobre a prestação de serviços por parte dos centros urbanos.

A implantação de um polo, por si, não é suficiente para promover o desenvolvimento de uma região no médio prazo. O desenvolvimento requer a difusão dos efeitos de encadeamento, que é tão menor quanto maior for o isolamento econômico e geográfico dos polos. Isso porque, muitas vezes, polos situados em regiões afastadas podem manter mais relações com o resto do mundo do que com mercado interno. De acordo com Souza (1993, p. 32), os complexos de mineração localizados no interior das regiões, ou ainda, próximo a polos de exportação, são exemplos de *enclaves industriais* implantados em regiões em desenvolvimento. Frequentemente, a ausência de mercados locais implica na existência desses enclaves. No entanto, eles seriam evitados com a diversificação da estrutura produtiva local, através do estabelecimento de atividades integradas aos polos principais.

Em um contexto extremo típico de economias de subsistência - com deficiências fundamentais de infraestrutura (estradas, meios de comunicação), relações capitalistas ainda incipientes determinadas pela escassez de empresas locais demandantes e fornecedoras de insumos – essa difusão tende a não ocorrer. Por outro lado, a difusão dos efeitos de encadeamento tende a ocorrer com a presença de empresas interdependentes, motrizes e polarizadas, situadas em centros principais e em regiões vizinhas, cujas relações são facilitadas por canais de integração (ou de fluxo) eficientes, na medida em que eles favorecem o fluxo de bens, pessoas, informações, fatores de produção e inovações tecnológicas (SOUZA, 1993, p. 32-33).

O crescimento dos polos está vinculado às interdependências tecnológicas, no sentido de existir uma relação de determinação bidirecional entre o crescimento de duas indústrias ou de duas regiões.

Sejam, por exemplo, duas indústrias i e j , que utilizam tecnologias A_i e A_j e combinam de forma não necessariamente homogênea os fatores de produção capital “ K ” e trabalho “ L ”:

$$Y_i = Y_i(A_i, K_i, L_i) \quad \text{e} \quad Y_j = Y_j(A_j, K_j, L_j) \quad (5)$$

Supondo que as duas indústrias sejam interdependentes - ou seja, que a produção de uma influencie a produção da outra -, então a produção de cada indústria dependerá da tecnologia e da combinação de fatores adotadas pela outra:

$$Y_i = Y_i(A_i, K_i, L_i, Y_j) \quad \text{e} \quad Y_j = Y_j(A_j, K_j, L_j, Y_i) \quad (6)$$

∴

$$Y_i = Y_i(A_i, K_i, L_i, A_j, K_j, L_j) \quad \text{e} \quad Y_j = Y_j(A_j, K_j, L_j, A_i, K_i, L_i) \quad (7)$$

Dessa forma, a teoria do crescimento polarizado parte da hipótese de que os efeitos propulsores, que partem do polo de crescimento, dinamizarão toda sua região de influência.

1.2.1.1 O papel da Indústria Motriz

De acordo com a teoria perrouxiana de crescimento polarizado, o setor industrial lidera o crescimento econômico e abriga um tipo peculiar de atividade, a *indústria motriz*, que seria capaz de difundir os efeitos de encadeamento em direção aos setores e regiões polarizadas. A indústria motriz apresentaria as seguintes características:

- i) Crescimento a taxa superior à média nacional;
- ii) Em termos das relações de insumo-produto, pode ser classificada como *indústria-chave*, tendo em vista sua intensa ligação com os demais setores da economia, estabelecida pela compra e venda de insumos que executa;
- iii) Em geral, apresenta-se como uma atividade inovadora, de grande dimensão e de estrutura tipicamente oligopólica.

Uma indústria-chave é definida como aquela que apresenta ligações comerciais do tipo insumo-produto acima da média da economia com um determinado número de setores. Para que uma indústria-chave seja também uma indústria motriz, é necessária a

existência de efeitos de encadeamento suficientes para fomentar o crescimento local e regional. Na ausência destes efeitos, a indústria-chave não será motora, de modo que o conceito de indústria motriz é mais amplo que o de indústria-chave.

Na análise de insumo-produto, os índices de encadeamento que definem se uma indústria é ou não um setor chave são calculados em termos unitários. Nesse sentido, o conceito de indústria-chave está baseado em efeitos potenciais. Por outro lado, os efeitos provenientes da indústria motriz necessitam, por definição, serem fortes o suficiente para impulsionar o desenvolvimento das atividades interligadas. Desse modo, o aspecto quantitativo do efeito de encadeamento antecede o dinamismo de crescimento de uma indústria motriz. Quanto maior a taxa de crescimento dessa indústria, maiores serão os efeitos indutores de crescimento desencadeados em direção às regiões polarizadas (SOUZA, 1993, p. 34).

Antes de averiguar as formas de influência da indústria motriz sobre as demais atividades aglomeradas no espaço, é importante examinar a maximização de lucro de uma firma típica i sob o contexto de concorrência perfeita. O lucro (φ) da firma típica i é dado pela diferença entre as receitas totais (R) e os custos totais (C):

$$\varphi_i = R_i - C_i = p_i q_i - c_i q_i = q_i (p_i - c_i) \quad (8)$$

Onde p_i , q_i e c_i representam o preço, a quantidade vendida e o custo médio de produção do produto produzido pela indústria i , respectivamente. Num ambiente de concorrência perfeita, o preço “ p_i ” é dado pelo mercado. Assim, o lucro da indústria i dependerá das quantidades vendidas e do custo médio do referido bem:

$$\varphi_i = \varphi(q_i, c_i) \quad (9)$$

Em (9), a empresa poderá elevar seu lucro através da venda de maiores quantidades do produto. Supondo que, além dos preços “ p_i ”, também sejam dadas as quantidades vendidas “ q_i ”:

$$\varphi_i = \varphi(c_i), \quad \text{com } \frac{\partial \varphi}{\partial c} < 0 \quad (10)$$

Isto é, em última instância, o lucro da firma “ φ_i ” dependerá do custo médio “ c_i ”. Por sua vez, este é determinado pela combinação interna dos fatores de produção, ou, pela tecnologia adotada pela firma i , $A_i = (K_i, L_i)$:

$$c_i = c(A_i) = c(K_i, L_i) \quad (11)$$

E, após substituir (12) em (11):

$$\varphi_i = \varphi(c(K_i, L_i)) \quad (12)$$

Contudo, se assumirmos que a empresa típica i está tecnologicamente interligada a outras firmas, seu custo médio “ c_i ” será função também de seus próprios dispêndios com matérias-primas “ U_i ” e das combinações de fatores adotadas pelas demais firmas “ $A_j = (K_j, L_j)$ ”:

$$c_i = c(A_i, K_j, L_j, U_i) \quad (13)$$

Se o custo do capital “ r ” e os salários monetários “ w ” forem dados pelo mercado e as quantidades de fatores empregadas forem fixadas pelo tipo de tecnologia em todas as firmas, então:

$$\varphi_i = \varphi(U_i) \quad \text{com} \quad \frac{\partial \varphi}{\partial U} < 0 \quad (14)$$

Sob concorrência perfeita, o lucro de uma firma típica dependerá das economias concretizadas na aquisição e no uso de matérias-primas (combustíveis, peças manufaturadas, serviços auxiliares de transformação, materiais brutos, etc.).

Sendo as firmas tecnologicamente interdependentes, há possibilidade de difusão de *economias externas tecnológicas* entre elas. Suponha, por exemplo, que a firma típica i adquira da firma j um componente manufaturado de grande participação em seus custos, de modo a tornar-se *dependente* do fornecimento da firma j . Ou seja, em termos relativos, se a quantidade vendida da firma j à firma i for pequena em relação às suas vendas totais, então a firma j será relativamente autônoma em relação à firma i , dominando-a pelas vendas.

Todavia, se j for uma grande empresa industrial, responsável por relevantes inovações tecnológicas que impliquem em redução do preço de seu produto p_j , então o dispêndio com matérias-primas “ U_i ” será reduzido e, conforme se infere das equações (13) e (14), menor será o custo médio da firma i “ c_i ” e maiores seus lucros “ φ_i ”. Assim, existirá uma relação de interdependência das tecnologias ou a criação de *economias*

externas tecnológicas, promovidas pela empresa inovadora j e internalizadas pela empresa induzida i .

Se, em vez de j , i for a firma inovadora, a difusão das economias externas tecnológicas também ocorre. Como, em geral, os consumidores respondem positivamente à inovação, ao inovar, a firma i percebe uma elevação na demanda por seu produto. Visando ganhar essa parcela de mercado, aumenta a produção (Y_i) e, conseqüentemente, os gastos com o insumo j utilizado no processo de produção do produto i . Diante do aumento na demanda pelo insumo j , as receitas e os lucros da empresa j tenderão a aumentar, no caso de ausência de sobressaltos atípicos nos custos.

Na abordagem de Perroux (1977), de influência schumpeteriana, a acumulação de capital não é função apenas do excedente criado em cada firma individual, mas também do excedente realizado no conjunto de firmas interdependentes. Ademais, o modelo também prevê que a taxa de lucro das firmas interligadas seja afetada pela taxa de lucro da economia.

1.2.1.2 A influência da Indústria Motriz

De acordo com Perroux (1977), a influência de uma indústria motriz j sobre o produto global da economia ocorre através dos seguintes fatores:

- i) Mediante a própria participação no produto total da economia ($\frac{Y_j}{Y}$);
- ii) Através do produto adicional criado na economia, via relações de insumo-produto (*polarização técnica*);
- iii) Pela expansão da renda e do emprego (*polarização das rendas*);
- iv) Através do impulso indireto sobre o investimento, decorrente do estabelecimento de um ambiente de expectativas favoráveis (*polarização psicológica e geográfica*).

A *polarização técnica* é ocasionada pela difusão dos efeitos de encadeamento (vertical e horizontal) entre empresas. Ela ocorre na medida em que as firmas investem e ampliam sua produção. Esses efeitos serão tão mais relevantes quanto maiores forem os índices de encadeamento e o tamanho das firmas e do próprio polo. O aproveitamento desses efeitos na região depende da existência de atividades satélites ou

polarizadas. Na ausência de sinergia entre estes polos, os efeitos de encadeamento se deslocarão para outros países ou regiões via aumento de importações.

A *polarização pelas rendas* é o efeito das implicações do estabelecimento do polo e do funcionamento das atividades polarizadas, em termos da criação de emprego e renda na economia local. Os efeitos de encadeamento da produção promovem o dinamismo e a diversificação industrial, levando ao desenvolvimento de indústrias de bens de consumo final e ao crescimento das atividades de prestação de serviços. Segundo Souza (1993, p. 36), a agricultura é um bom exemplo disso, tendo em vista que o crescimento de sua produção é concomitantemente induzido pela elevação da renda e pelo crescimento das compras das indústrias processadoras de insumos.

A *polarização psicológica* ocorre através de uma espécie de concentração induzida de atividades secundárias ofertantes de bens e também de serviços, promovidos pela ação indireta de um ambiente de expectativas favoráveis. Ao perceberem a concentração de empresas, outras firmas consideram se juntar à aglutinação, na expectativa de auferirem facilidades, tais como: demanda garantida, mão de obra formada, centros de pesquisa, possibilidades de ligações técnicas, dentre outras economias externas.

A *polarização geográfica* se dá pelo desenvolvimento de centros urbanos secundários, responsáveis por promoverem a articulação dos centros principais com os centros menores e a zona rural. O crescimento dos polos principais também induz à instalação de empresas em polos secundários, seja pela disponibilidade de terrenos mais espaçosos e baratos, seja por incentivos fiscais ou facilidades de transportes. A concentração geográfica de atividades tecnologicamente interligadas é capaz de criar uma série de economias externas, como a redução dos custos de transporte de insumos, ampliação da disponibilidade de mão de obra e a maior proximidade em relação a clientes e fornecedores.

Dentre esses quatro elementos de polarização (*técnica, pelas rendas, geográfica e psicológica*), a polarização técnica aparece como o fenômeno mais relevante em termos de influência sobre as decisões locacionais de investimento por parte das firmas. Na verdade, a polarização técnica induz os demais tipos de polarização, que por sua vez, repercutem em menor escala os processos de indução entre os diversos setores e regiões.

Remontando à teoria schumpeteriana, Perroux (1977) argumenta que a polarização psicológica promoveria *ondas de inovações* de caráter incremental, provocando a ascensão de novos empresários mediante processos de imitação das

inovações empreendidas por empresas pioneiras⁸. Uma vez bem sucedida, uma inovação passa gradualmente a ser incorporada nos processos de produção de outras firmas, modificando a estrutura produtiva da economia.

Em geral, a indústria motriz apresenta as características de ser inovadora e de possuir grande dimensão, o que favorece a repercussão de impactos significativos no interior do complexo de empresas. Nesse sentido, uma aglomeração de empresas em determinado local tende a apresentar uma estrutura de mercado oligopólica, com a indústria motriz atuando como uma firma dominante, impondo às empresas satélites quotas de produção a preços fixos. Assim, a indústria motriz tenderia a dificultar a repercussão dos benefícios do progresso técnico às firmas satélites, apesar de seu interesse na melhoria da qualidade dos produtos que adquire dessas últimas. A resultante deste processo no longo prazo, o maior crescimento da firma líder em relação às demais, ampliaria os diferenciais de produtividade não só entre elas, mas também entre as regiões central e periférica.

Esse processo de ajustamento e expansão das firmas é explicado por Souza (1993), conforme trecho a seguir:

“Na prática, há no interior do polo diferentes graus de poder de mercado. As firmas mais concorrenciais ajustam-se à dominação das empresas líderes e, estas, beneficiam-se da prestação de serviços das empresas satélites dominadas, constituindo a camada protetora schumpeteriana. A resultante dessas forças provocará a expansão das firmas motrizes e polarizadas” (SOUZA, 1993, p. 37).

1.2.1.3 Os Polos de Crescimento

As interdependências tecnológicas conduzem à aglomeração de atividades econômicas em determinado espaço geográfico. As empresas se beneficiam com a formação de complexos industriais integrados ou polos de crescimento, por esta estrutura facilitar as interligações de insumo-produto entre firmas. Por *polo de crescimento*, entenda-se um complexo industrial localizado, composto por atividades interdependentes e ao menos uma indústria motriz.

⁸ A influência schumpeteriana é clara e respaldada pelo fato de Perroux ter sido o tradutor de Schumpeter para a língua francesa.

A depender da abrangência da área de influência e da distribuição geográfica dos efeitos de encadeamento, os polos de crescimento podem ser classificados em *locais*, *regionais*, *nacionais* e/ou *internacionais*.

Por outro lado, a depender das transformações exercidas pelos efeitos de encadeamento sobre a economia, um polo poderá ainda ser classificado como polo de desenvolvimento, um conceito mais amplo que o de polo de crescimento. Um *polo de desenvolvimento* é um polo de crescimento capaz de produzir efeitos dinâmicos que provoquem mudanças estruturais no local onde está instalado, minimizando a fuga dos efeitos de encadeamento para outros lugares. De acordo com a teoria do crescimento polarizado, um polo de crescimento se transformaria em um polo de desenvolvimento após o primeiro promover o aumento da integração intersetorial, com o estabelecimento de pontos de articulação, redução de vulnerabilidades e extensões simples do tecido interindustrial.

Caso o polo se localize em uma área de fronteira, ele poderá cumprir a função de integração. Um *polo de integração* é definido como um polo de crescimento localizado em uma região fronteiriça, com o objetivo de promover a ampliação das relações comerciais dentre as unidades político-administrativas objeto do plano de integração. No entanto, o objetivo de integração entre dois países pode sair prejudicado no caso de conflito entre a área de influência do polo e as fronteiras nacionais. A existência de barreiras alfandegárias pode dificultar a difusão dos efeitos de encadeamento ao longo da área econômica potencial do polo. Por outro lado, a eliminação dessas barreiras tende a contribuir para a maior integração espacial dos polos junto à suas respectivas áreas de atuação, beneficiando a totalidade dos agentes econômicos residentes no espaço geográfico de influência, que neste caso, inclui áreas pertencentes à ao menos dois países.

Segundo Souza (1993, p. 38), os *pontos de articulação* são necessários para fechar “*circuitos de propagação interna dos efeitos de encadeamento*”, minimizando a fuga desses efeitos e do excedente econômico da região para outros lugares. No entanto, ainda que o polo de crescimento não proporcione articulação intersetorial suficiente para atuar como um polo de desenvolvimento na região onde se localiza, ele poderá se constituir um polo de desenvolvimento nacional, caso gerem efeitos de longo alcance, que tenham impactos reduzidos sobre a economia regional e efeitos mais amplos, intensos e diversificados sobre a economia das regiões do país como um todo.

A formação de um polo de crescimento, portanto, vem acompanhada de uma tendência à concentração geográfica, pelo fato das empresas satélites buscarem, prioritariamente, se estabelecer em torno do polo principal. As atividades que se concentram no complexo são atividades ligadas e a distância funciona como uma espécie de proteção monopolista às empresas menos eficientes, o que constitui uma oportunidade de lucro puro e de habilitação à utilização de inovações tecnológicas por parte das firmas mais produtivas.

Por meio das economias de aglomeração, as firmas motrizes expandem os lucros e elevam os investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos, ampliando o diferencial de produtividade e de crescimento potencial em relação às empresas satélites localizadas nas regiões periféricas.

Assim, o impacto do polo sobre seu meio podem provocar danos às firmas concorrentes da periferia, menos eficientes. Isso constitui um problema, na medida em que reduz a capacidade de difusão dos efeitos de polarização que partem do polo central.

1.2.2 Myrdal e o problema das desigualdades regionais

As desigualdades econômicas também foram objeto de estudo do economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987). Em sua obra *“Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas”*, publicada originalmente em 1955, o autor afirma explicitamente que seu objetivo é investigar as causas das desigualdades entre países e os motivos que as tornam um fenômeno duradouro e de tendência crescente (Myrdal, 1965, p. 12).

Citando um ensaio de seu contemporâneo, o economista ucraniano Simon Kuznets (1901-1985), Myrdal (1965, p. 19-20) observa que os países de alto desenvolvimento econômico eram, naquela época, uma pequena parcela do mundo não soviético e sua população representava apenas um sexto da população do mesmo. Esse grupo, segundo Myrdal, corresponderia à “classe superior das nações na sociedade mundial” e era basicamente composto por países alvos das antigas colonizações britânicas, com população de origem predominantemente europeia, como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, além de alguns países localizados no noroeste e centro-oeste da Europa.

Por outro lado, a classe inferior era muito maior e correspondia a mais de 2/3 dos habitantes do mundo não soviético. Nesses países, a renda real *per capita*

correspondia apenas a uma ínfima porcentagem da renda dos países desenvolvidos. Adicionalmente, o nível de renda *per capita* dos países pobres era inferior à média observada nos países ricos antes de adentrarem em processo de rápido desenvolvimento econômico. Esse bloco majoritário de nações pobres, segundo Myrdal, abrigava todos os povos da África⁹, da Ásia não soviética, do Oriente Médio e a maior parte da América Latina.

Myrdal observa não apenas a existência de diferenças significativas entre o ritmo de desenvolvimento econômico entre países ricos e pobres, mas também a continuidade dessa divergência ao longo do tempo. Essa divergência se dá pela tendência concentradora do capital, canalizado quase que integralmente para financiar as inovações desenvolvidas nos países mais avançados, fazendo com que sejam “*os países industrializados os que se estão industrializando mais*”, ao passo que os países subdesenvolvidos, de rendas muito mais baixas, apresentam níveis de acumulação de capital e de investimento em patamares significativamente inferiores.

No entanto, dentro desse contexto dicotômico de muitos países “subdesenvolvidos” e poucos “desenvolvidos”, o autor observa disparidades internas de desenvolvimento nessas nações, identificando, todavia, alguns poucos focos de rápido desenvolvimento no mundo subdesenvolvido, na maior parte das vezes ligada à exploração econômica de recursos naturais.

A observação de que os países pobres, que se desenvolvem mais lentamente, constituem a maior parte do mundo, aliada ao agravante de que o aumento natural da população é tradicionalmente maior nesses países em relação aos de renda superior leva o autor a duvidar de maneira bastante clara e objetiva do sentimento geral, muitas vezes ilusório, de que tenha ocorrido progresso econômico para o conjunto da humanidade nas décadas anteriores ao período de elaboração de seu trabalho.

Com base nesses fatos, Myrdal (1965, p. 23) estabeleceu as seguintes generalizações:

- i) O mundo é dividido entre um pequeno grupo de países prósperos e um grande grupo de países extremamente pobres;

⁹ Com exceção, naturalmente, dos colonizadores brancos da África do Sul e dos grupos de estrangeiros brancos residentes no continente.

- ii) Os países prósperos apresentam um processo de desenvolvimento robusto e contínuo, enquanto que no grupo de países subdesenvolvidos esse processo é mais lento e irregular;
- iii) As desigualdades econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos têm aumentado.

Não obstante, o autor observa que a tendência de divergência econômica no plano internacional contrasta com a de maior igualdade de oportunidades verificada internamente em cada país rico, ao passo que segue a tendência de aumento das já elevadas desigualdades entre indivíduos, classes e regiões no âmbito interno de cada país subdesenvolvido. Esta “marcha em direções opostas” pode estar relacionada “*com o fato de que não ocorreu, ainda, em cada um dos países pobres nada de realmente semelhante ao processo de igualização, em marcha nos países ricos*” (Myrdal, 1965, p. 23).

Segundo o autor, as premissas estabelecidas pela teoria econômica tradicional (*mainstream*) são irrealistas e esta é, dessa forma, ineficaz em explicar as causas e a própria dinâmica das desigualdades econômicas. Especialmente, ele atenta para a premissa clássica de *equilíbrio estável*, que envolve a ideia de que o sistema econômico está sempre em estado de equilíbrio ou em direção deste, de modo que toda perturbação primária provoca alterações secundárias de sentido oposto e em nível suficiente para apenas “devolver” a economia à sua trajetória pré-determinada de desenvolvimento.

Observando a aceitação quase que consensual da hipótese de equilíbrio estável e sua ampla influência sobre a análise econômica ao longo do tempo, Myrdal atenta ainda para a inadequação da abordagem econômica tradicional em separar os fenômenos sociais em fatores “econômicos” e “não econômicos” e, adicionalmente, pela abstração desses últimos, tomados geralmente como dados e estáticos. Esse artifício analítico, inútil na concepção do autor, deveria ser substituído pela distinção entre fatores “relevantes” e “irrelevantes” ou entre fatores “mais relevantes” e “menos relevantes”, cuja linha divisória, do ponto de vista conceitual, não seria necessariamente a mesma para problemas diferentes.

Nestes termos, o autor desenvolveu uma teoria voltada à explicação dos mecanismos de desigualdade que regem a dinâmica econômica regional, internamente e entre países, fundamentada na existência de um processo de *causação circular e acumulativa*, no qual o sistema econômico é admitido como algo intrinsecamente

instável e desequilibrado, conforme será mais profundamente explorado nas seções seguintes.

1.2.2.1 O Princípio da Causação Circular e Acumulativa de Myrdal

Para desenvolver sua teoria, Myrdal recorre à noção de “círculo vicioso”, que embora já tenha sido utilizada anteriormente por outros estudiosos, é desenvolvida e aplicada ao desenvolvimento regional pelo autor. Esta ideia, até então tratada de modo incipiente, corresponde à existência de um processo de determinação de natureza acumulativa e bidirecional, que envolve um jogo de forças interdependentes, cuja circularidade em termos de ação e reação tende a manter um país pobre em estado de pobreza ou, de forma análoga, manter próspero um país rico. Para um melhor entendimento do que seria esta noção ainda imprecisa de círculo vicioso, Myrdal usou um exemplo elaborado pelo Prof. Ragnar Nurkse¹⁰ (1952 apud Myrdal, 1965, p. 32):

“Assim, um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre, o que, por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante. Uma situação dessas, aplicada a todo um país, pode reduzir-se a uma proposição truística: *um país é pobre porque é pobre.*”

Nota-se neste exemplo a ação de um processo circular e acumulativo, que reforça continuamente a ação de um fator negativo (pobreza), e onde este, por sua vez, atua como causa e efeito de outros fatores negativos além dele próprio (debilidade salutar, incapacidade de trabalhar e mais pobreza).

Para aprofundar a noção de causação circular de um processo acumulativo, Myrdal parte justamente da crítica à aplicabilidade da hipótese clássica de equilíbrio estável à análise de um processo social. Segundo o autor, a hipótese de que um processo social tende ao estado de equilíbrio entre as forças que o influenciam é equivocada, assim como a ideia subjacente de que uma alteração no sistema econômico tende a provocar reações de forças opostas às que provocaram a mudança inicial, anulando-as o suficiente para restaurar a trajetória pré-determinada da economia.

¹⁰ Nurkse, R. **Problems of Capital Formation in Under-developed Countries**, Oxford, 1953, p. 4.

Rompendo com essas hipóteses, Myrdal contesta a existência de um mecanismo que promova a tendência à autoestabilização automática no sistema social. Ao contrário, entende como regra comum a tendência de que, após uma dada alteração, o sistema se afaste da posição de equilíbrio. Nesse sentido, as forças resultantes da transformação inicial não apresentam natureza oposta ou compensatória, e sim de reforço, sustentando e conduzindo com mais intensidade o sistema na mesma direção da mudança inicial. Em decorrência desta causação circular, o processo social tende a ter caráter acumulativo, acelerando sua velocidade em muitos casos.

Mas, como então um processo social, após um dado choque, pode atingir a estabilidade? A teoria de Myrdal prevê que um processo social pode ser sustado, não de modo natural, mas sim por meio de mudanças exógenas com direção e intensidade suficientes para estabilizarem o sistema. No entanto, a posição de equilíbrio então estabelecida tem natureza instável, no sentido de que reagirá de modo semelhante ao impacto de qualquer nova mudança exógena, ou seja, através de um processo acumulativo de reforço à nova alteração.

Por outro lado, o autor afirma a possibilidade de se “atingir posição estável mediante interferências políticas planejadas e aplicadas com a intenção de sustar o movimento”, o que é justamente o oposto de uma tendência natural e intrínseca do sistema ao equilíbrio (MYRDAL, 1965, p. 34).

Em estudo anterior, Myrdal (1944) já aplicara de modo concreto a hipótese de causação circular e acumulativa ao estudo de processos sociais, neste caso, à questão da persistência das baixas condições de vida da população negra dos Estados Unidos.

Segundo o próprio Myrdal (1965, p. 35), foi nesse estudo que ele percebeu pela primeira vez a insuficiência da teoria do equilíbrio em explicar um problema social, cuja essência envolve “*um complexo de mudanças interdependentes circulares e acumulativas*”.

O modelo myrdaliano utilizado para explicar esse problema específico, a grande e persistente concentração da população negra nas classes socioeconômicas mais baixas, pode ser entendido a partir da inter-relação entre o “preconceito do branco” – que leva à discriminação racial sobre os negros - e o “baixo padrão de vida da população negra”. Ambos os fatores são fenômenos que possuem natureza multicausal, isto é, são determinados por uma combinação de fatores secundários.

De um lado, o padrão de vida do negro (ou de qualquer outra população) é definido pelas condições observadas em vários componentes: emprego, salários,

habitação, alimentação, vestuário, saúde, educação, estabilidade nas relações familiares, observância da lei, veracidade, lealdade, dentre outros. Esses componentes estão inter-relacionados mediante um processo de causação circular, no sentido de que a melhora significativa em qualquer um ou mais deles tenderia a ser seguida pela evolução dos demais, reforçando de forma acumulativa a mudança inicial, repercutindo em novas transformações positivas sobre o padrão de vida da população negra.

Por sua vez, o preconceito do branco, tal como as demais “atitudes psicológicas” também se constitui um fenômeno multicausal, na medida em que é uma combinação de crenças (verdadeiras e falsas) e juízos de valor sobre aspectos materiais e comportamentais. Do mesmo modo, o preconceito também se constitui num fenômeno instável e de repercussão acumulativa, conforme observa Myrdal (1965, p. 39-40):

“Com efeito, a experiência mostra que se, por acaso, a discriminação em determinado campo do contato social aumenta ou diminui, a força psicológica subjacente, isto é, o preconceito, tende a mudar, de sorte a reforçar esse comportamento. Isto também se ajusta ao modelo geral de causação circular”.

A relação entre esses dois fatores é de determinação mútua: a discriminação dos brancos bloqueia as oportunidades de melhoria ou, na melhor das hipóteses, dificulta o acesso dos negros aos meios que lhes proporcionariam o avanço de seu padrão de vida, o que contribui para a persistência da pobreza, dos baixos níveis de educação formal, das más condições da habitação e das condições sanitárias – que implicam em sujeira, mau cheiro e desorganização do ambiente -, da indisciplina e criminalidade e da instabilidade das relações familiares. Esses fatores, por sua vez, estimulam e alimentam a antipatia dos brancos, reforçando de maneira circular todo esse degradante processo.

Nessas condições, a baixa condição de vida dos negros adquiriria um caráter estático, muito embora os fatores secundários que o determinam estejam suscetíveis à ação dinâmica do mecanismo de reforço circular e acumulativo.

Nesse sentido, ao contrário da teoria tradicional, o caráter estático na teoria myrdaliana não necessariamente remete à posição de equilíbrio estável. Uma alteração em qualquer dos dois fatores provocaria mudanças no outro de tal forma que a reação do segundo realimentaria o processo desencadeado pelo primeiro, conduzindo todo o sistema na direção da mudança primária, de modo cada vez mais amplo. Uma vez

iniciado o processo, os efeitos sobre as variáveis mais relevantes seriam, de certa forma, permanentes:

“Mesmo que o impulso original cessasse, depois de algum tempo, ambos os fatores se teriam alterado para sempre, ou, o que também poderia suceder, o processo de mudanças recíprocas persistiria, sem possibilidade de neutralização imediata” (MYRDAL, 1965, p. 39).

Outro ponto de atenção na teoria de Myrdal é que o processo de mudança social descrito não é constituído exclusivamente por forças que operam sempre no mesmo sentido. A teoria também admite a ação de forças opostas e o equilíbrio, não estável, resultante da mesma, que em não raros períodos mantém o sistema em estado de repouso até que um novo impulso seja aplicado em nível suficiente para modificar qualquer fator.

1.2.2.2 Tendência Natural ao Estabelecimento de Desigualdades Regionais

De acordo com Myrdal (1965), o princípio da interdependência circular dentro do processo de causação acumulativa é válido para explicar uma infinidade de relações sociais.

Convicto de que tal princípio se constitui na hipótese fundamental a ser considerada na investigação do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico, o autor analisa - nos termos de seu modelo teórico - os efeitos da perda de uma indústria numa dada região, para então inferir as tendências do processo de desenvolvimento no âmbito interno de um país.

Assim, ele supõe um acidente fortuito, um incêndio que inviabilize o funcionamento e mesmo a reconstrução de uma fábrica, responsável pelo sustento direto de grande parte da população da localidade onde está instalada. O efeito imediato dessa mudança primária seria a inatividade da firma e a demissão dos trabalhadores, reduzindo as rendas e a demanda.

Por conseguinte, a redução da demanda diminuiria as rendas, reduziria a produção e ampliaria as demissões nos demais empreendimentos locais, cujos produtos eram vendidos à fábrica e a seus funcionários. É o início do círculo vicioso na forma de um processo de causação circular com efeitos acumulativos.

Na ausência de outras mudanças exógenas, a localidade se tornará menos atrativa para empresários e trabalhadores que cogitavam migrar para a região. Na medida em que o processo se desenvolve e as oportunidades tornam-se cada vez mais escassas, tanto os homens de negócios quanto os trabalhadores estabelecidos na comunidade se sentirão motivados a deixá-la para procurar melhores mercados e oportunidades em outros lugares. Na hipótese de ocorrência desta emigração, seria observada nova redução das rendas e da demanda, tornando a cidade ainda menos atrativa ao desenvolvimento de atividades produtivas e, desse modo, economicamente estagnada.

Se em vez de adversa a mudança fosse positiva, o processo acumulativo também funcionaria. A instalação de uma nova indústria em determinada localidade contribui para o desenvolvimento da mesma através de um processo análogo: seriam criados novos empregos e proporcionadas rendas mais elevadas às pessoas até então desempregadas ou em empregos de baixa remuneração. Acompanhando a elevação das rendas, a demanda por produtos e serviços aumentaria, fortalecendo as empresas locais. O crescimento e as boas expectativas em relação à localidade atrairiam trabalhadores de outras regiões, além de capital e novos investimentos, que chegam com o intuito de aproveitar as crescentes oportunidades de mercado. A abertura de um novo empreendimento ou a expansão de um negócio pré-existente amplia o mercado para outras firmas, dado o já citado efeito positivo sobre as rendas e a demanda. Os lucros aumentam e, com ele, a poupança e a demanda. O processo de expansão cria, portanto, economias externas favoráveis ao seu prosseguimento.

Na verdade, Myrdal chama atenção para o fato de que, em geral, as forças de mercado tendem a promover a desigualdade em vez de diminuí-la:

“Se as forças do mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior do que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação, e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado” (MYRDAL, 1965, p. 52).

Isso porque um processo acumulativo, de caráter ascendente ou descendente, tende a se desenvolver a partir de mudanças que elevem ou reduzam, substancialmente e de modo persistente, as “quantidades econômicas inter-relacionadas”: *demanda, poder aquisitivo e rendas, investimento e produção*. Seja ele pensado ou de natureza fortuita, um impulso exógeno suficientemente forte e persistente tende a elevar a atratividade da região, promovendo a aglomeração de agentes econômicos em torno da mesma. As aglomerações são acompanhadas de crescentes economias internas e externas¹¹ que sustentam e fortificam seu crescimento contínuo em detrimento das demais localidades e regiões, onde, de modo contrário, a estagnação ou atraso relativo se tornou a regra de desenvolvimento padrão.

1.2.2.3 Efeitos Regressivos VS Efeitos Propulsores (*backwash effects VS spread effects*)

O dinamismo de uma região produz, portanto, “efeitos regressivos” em outras. Os *efeitos regressivos (backwash effects)* representam as influências, sobre uma determinada localidade, de todas as mudanças adversas relevantes originadas fora dessa região e provenientes da expansão da economia que sofreu a mudança primária.

Particularmente, Myrdal destaca três importantes canais de propagação desses efeitos: a migração, os movimentos do capital e o comércio. Com efeito, esses fatores seriam os meios segundo os quais o processo acumulativo se desenvolve, de modo positivo nas regiões mais prósperas e de forma negativa nas regiões mais necessitadas.

A *migração* - sobretudo da mão de obra - tende a promover desigualdades entre regiões, na medida em que os trabalhadores tendem a se dirigir aos centros em expansão, na busca por melhores oportunidades. O caráter seletivo da migração, tanto em termos de qualificação quanto em termos etários, tende a favorecer as regiões que apresentam surtos de crescimento em detrimento das regiões estagnadas. Dada a tendência a índices mais altos de natalidade nas regiões mais pobres, a saída de trabalhadores em idade ativa das regiões estagnadas em direção às regiões dinâmicas tende a promover uma estrutura etária particularmente desfavorável para as primeiras. De acordo com Myrdal (1965, p. 54), esse efeito desfavorável da migração foi,

¹¹ Segundo Myrdal (1965, p. 52) essas economias incluem a elevação da oferta de pessoal qualificado, a melhoria e barateamento das comunicações, a consciência de crescimento e vizinhança e a disseminação do espírito empreendedor.

inclusive, o principal determinante da pobreza nas áreas rurais europeias durante o longo período de emigração em massa rumo aos centros industriais e à América.

De modo semelhante, os *movimentos do capital* também tendem a contribuir para o aumento da desigualdade regional. O aumento da demanda observado nos centros em expansão impulsiona o investimento. Este, por sua vez, eleva as rendas e novamente a demanda, incentivando um novo fluxo de investimentos, e assim por diante. Nas outras regiões, a estagnação e o baixo patamar médio de renda acarretarão níveis de demanda de capital e de poupança relativamente pequenos e de tendências declinantes. Nestes termos, a desigualdade é operacionalizada através do sistema bancário, que em ambiente não regulado tende a deslocar a poupança das regiões mais pobres para as mais ricas e dinâmicas, pelos investimentos ali localizados oferecerem menor risco e maior rentabilidade do capital.

Quanto ao *comércio*, seu desenvolvimento também ocorre de forma concentrada. Com frequência, a liberalização e expansão dos mercados proporcionam vantagens comparativas às indústrias localizadas em regiões com dinamismo econômico e ambiente institucional progressista já estabelecido, em detrimento das outras áreas.

Além dos efeitos propagados pelos três elementos referidos acima, os efeitos regressivos também incluem as inibições ao desenvolvimento econômico e social resultantes da ação de “*fatores não econômicos*”, como a precariedade dos sistemas de saúde, educação e transporte, tão comum nas regiões mais pobres e que, assim como os “*fatores econômicos*”, também seguem o processo de causação circular e acumulativa.

Como força oposta aos efeitos regressivos, Myrdal aponta a existência dos “*efeitos propulsores*” (*spread effects*), de natureza centrífuga, gerados no centro de expansão econômica e disseminados para outras regiões, de modo a favorecer o processo de desenvolvimento dessas últimas.

Os *spread effects* podem ser vistos como os efeitos do tipo transbordamento (*spillovers*), nos quais as regiões adjacentes ao centro de expansão econômica se beneficiam, por exemplo, do crescimento do mercado de produtos agrícolas, sendo concomitantemente estimuladas ao progresso técnico.

Mas os efeitos propulsores não se restringem à influência sobre a vizinhança do centro dinâmico, na medida em que pode ainda atingir localidades mais distantes, dotadas de condições adequadas à produção de insumos destinados ao abastecimento das indústrias em expansão no centro. Caso o impulso seja intenso o suficiente, a ponto de elevar de maneira significativa o número de empregos nessas outras regiões, os

efeitos benéficos tendem a se estender também às indústrias produtoras de bens de consumo.

Desse modo, essas localidades que receberam impulso e auferiram bons resultados podem se transformar em novos centros autossuficientes de dinamismo econômico, caso a expansão em curso seja forte o bastante para suplantar os efeitos regressivos oriundos da expansão dos centros pré-existentes.

Assim como os efeitos regressivos, os efeitos propulsores se propagam mediante processos sociais de causação circular e acumulativa. Constituem, portanto, forças opostas que produzem mudanças compensatórias em relação às primeiras. No entanto, seu caráter compensatório não fornece um pressuposto para a análise de equilíbrio. No caso específico de compensação recíproca e perfeita entre os dois efeitos incidentes sobre a economia de uma determinada região, ela estará apenas em estado *instável* de estagnação e, portanto, suscetível aos movimentos acumulativos expansionistas ou recessivos resultantes de qualquer alteração nas forças em oposição.

1.2.2.4 Fatos Estilizados das Desigualdades no Mundo Subdesenvolvido e o Papel do Estado, segundo Myrdal

Analisando um estudo empírico acerca das diferenças regionais entre países europeus¹², realizado pela Comissão Econômica das Nações Unidas, Myrdal destaca duas conclusões principais:

- i) Na Europa Ocidental, as disparidades de renda entre uma região e outra eram significativamente mais elevadas nos países mais pobres do que nos países ricos;
- ii) Havia uma tendência de redução de desigualdades regionais nos países ricos e de aumento das mesmas nos países pobres.

O autor atribuiu boa parte da explicação destes dois fenômenos correlacionados ao fato dos “efeitos propulsores” tenderem a ser tão mais fortes quanto mais elevado for o nível de desenvolvimento do país. Isso porque um alto nível de desenvolvimento está associado a uma melhor infraestrutura de transportes e comunicações, melhores padrões

¹² “Problemas do Desenvolvimento Regional e Localização Industrial na Europa”, **Economic Survey of Europe in 1954**, Genebra, 1955, p. 136.

educacionais e à maior robustez nos ideais e valores progressistas, todos atuando no sentido de fortalecer as forças disseminadoras da expansão econômica ou de eliminar os obstáculos à sua ação.

Por outro lado, boa parte da dificuldade dos países pobres em alcançar maior nível de desenvolvimento vem da fragilidade dos efeitos propulsores nesses países, insuficientes para neutralizar os efeitos regressivos.

Em geral, portanto, o baixo nível de desenvolvimento vem acompanhado de grandes disparidades econômicas e sociais e isso dificulta muito o progresso desses países. No entanto, quando a expansão de um centro concentra indústrias e pessoas além de sua capacidade, outros tipos de mudanças compensatórias tendem a atuar para reverter o processo de aglomeração. Dentre essas mudanças, Myrdal destacou as “*deseconomias externas*”, interpretadas como aumentos de custos sociais e privados decorrentes da aglomeração excessiva de agentes econômicos em determinado local. O aumento dos aluguéis, a deterioração da qualidade de vida e da eficiência dos transportes e a elevação das exigências ambientais a serem cumpridas pelas indústrias são exemplos de *deseconomias externas*.

Entretanto, essas mudanças constituem exceções à regra geral de que, em um país pobre, o livre jogo das forças de mercado atuará no sentido de criar desigualdades regionais e de ampliar as já existentes.

Além do fator econômico, o nível de desenvolvimento de um país traz consigo outras questões de ordem social e política que fazem parte do processo e devem ser consideradas. Tão antigas quanto as desigualdades são as medidas políticas voltadas à sua minimização. A implantação de políticas de cunho igualitário normalmente é operacionalizada por benefícios auferidos pelas regiões mais pobres, viabilizados pelos sacrifícios impostos às regiões mais prósperas. Segundo Myrdal (1965, p. 70-73), a propensão das regiões e/ou grupos mais ricos em assumir os sacrifícios de implementação dessas políticas estão diretamente associados ao nível de desenvolvimento do país:

“Quando se desfruta uma vida mais confortável e se tem maior segurança, há mais disposição para renunciar a privilégios, a desprezar proibições discriminatórias e a suportar o preço de sacrifícios comuns. Este processo, por sua vez, fortalece os fundamentos de um progresso econômico contínuo.”
(MYRDAL, 1965, p. 71)

Desse modo, o avanço do processo de desenvolvimento em um país, feito através do fortalecimento dos efeitos propulsores e combate eficiente dos efeitos regressivos, fornece maior base política à implementação de medidas estatais igualitárias. Uma vez que o resultado de tais medidas se traduza em maior igualdade, elas contribuirão para a consolidação da “*verdadeira democracia*”¹³ na medida em que a equidade for percebida de modo mais generalizado.

Contudo, num contexto de *laissez-faire*, a fragilidade característica dos efeitos propulsores nos países pobres e a conseqüente tendência de ampliação das desigualdades dificultam o desenvolvimento da verdadeira democracia, diminuindo a sustentação política das medidas igualitárias.

As medidas políticas voltadas à equidade de regiões e/ou de classes sociais são, naturalmente, capitaneadas pelo *Estado*. Ao se referir ao Estado, Myrdal (1965, p. 73) considera todas as formas de interferência organizada sobre as forças de mercado. De acordo com o autor, o Estado moderno constitui “*a principal manifestação da sociedade organizada*” e, ao mesmo tempo, uma “*estrutura de controle de quase todas as interferências exercidas por outras instituições e outros grupos de poder dentro de um país*”.

Considerando o caráter mutante da sociedade e dos grupos e instituições que a compõem, essa concepção admite papéis distintos do Estado ao longo do tempo. Segundo Myrdal, o Estado pré-industrial, rotulado de “*Estado Opressor*”, era liderado pelas regiões e grupos sociais mais ricos e prósperos, mais eficientes tanto na organização de seus esforços quanto no bloqueio à organização de outros grupos, mediante uso de recursos a eles disponíveis. Nesse sentido, ao tornar-se instrumento de promoção do interesse dos grupos e regiões mais ricas, o Estado (ou a sociedade organizada) atuava de forma favorável ao processo acumulativo de ampliação da desigualdade.

O Estado Opressor tem no feudalismo sua expressão mais nítida. Foi, na verdade, uma ampla aliança da classe rica com o objetivo de manter para si a posse da terra e o poder de tributar os camponeses. Adicionalmente, comerciantes e industriais

¹³ No contexto da obra de Myrdal, a “*verdadeira democracia*” deve ser entendida como um estágio do processo de desenvolvimento que permite maior nível consciente de solidariedade entre regiões e entre classes sociais distintas, de modo a facilitar a implementação de políticas de cunho igualitário, nas quais frequentemente os benefícios auferidos por uma região são viabilizados por sacrifícios impostos às demais. Nesse sentido, pode-se afirmar que este conceito se aproxima da ideia de “obter a igualdade tratando os desiguais de forma desigual”.

urbanos protegiam-se da competição nas áreas rurais, através das restrições à prosperidade sofridas pelos habitantes das últimas. Nas cidades, havia nítida guerra de classes, onde as ricas dominavam as pobres mediante a regulação trabalhista instituída com o propósito de manter baixos os salários e em nível elevado a oferta de mão de obra.

Segundo Myrdal (1965, p.74), esse - e apenas esse - Estado pré-industrial legitima a orientação predominantemente antiestatal dos economistas clássicos, na medida em que o caráter “liberal” de suas teorias tenha sido, na verdade, um protesto contra este Estado Opressor.

A par disto, Myrdal aponta que a tendência geral do papel do Estado nos países ricos foi a de eliminar gradativamente as características protecionistas aos grupos mais favorecidos e, por meio de legislação mais progressista e igualitária, atender também às classes trabalhadoras e mais pobres, promovendo significativos avanços no sentido da igualdade material e de oportunidades.

Portanto, para combater a tendência natural de desenvolvimento desigual, os países ricos da Europa Ocidental evoluíram para o “Estado de Bem-Estar”, instituindo políticas estatais com o objetivo de promover maior nível de equidade regional. Assim, as forças de mercado que impulsionavam os “efeitos regressivos” foram reprimidas e as que fomentavam os “efeitos propulsores”, apoiadas. Nesses países, a prosperidade econômica progressiva e os níveis crescentes de renda proporcionam oportunidades para todos, o que reforça os ideais de generosidade consciente.

Tendo em vista seus altos custos, as políticas de bem-estar de cunho igualitário foram aplicadas com intensidade muito menor nos países mais pobres, de modo que as forças de mercado atuaram com relativamente mais liberdade. Assim, nesses países, os efeitos propulsores não adquiriram força suficiente para anular os efeitos regressivos, o que acentuou a tendência à intensificação das desigualdades regionais. E isto, portanto, deixa transparecer a necessidade de intervenção estatal no sentido de reverter a tendência concentradora e viabilizar o desenvolvimento desses países, de forma mais equilibrada entre as regiões.

1.2.3 Hirschman e os Efeitos de Encadeamento

Outro importante teórico da economia regional foi o economista alemão, radicado nos Estados Unidos, Albert Hirschman (1915-). Suas contribuições no campo

do desenvolvimento regional são oriundas do livro *The Strategy of Economic Development*, publicado originalmente em 1958.

O estudo de Hirschman (1958) é uma análise do processo de desenvolvimento econômico e das formas de transmissão do mesmo de uma região para outra. Rompendo com as teorias de crescimento econômico dominantes na literatura da época, como a *balanced growth theory*, cujo entendimento era de que o processo de crescimento se dava de forma simultânea e balanceada entre as regiões, Hirschman (1958) elaborou uma teoria que estabelece que o desenvolvimento, em vez de ocorrer simultaneamente nas regiões, tende a se concentrar geograficamente em torno do ponto onde o processo teve início, e esta ideia seria de suma importância para a análise estratégica do referido processo.

Nesse sentido, ao contrário do que se verifica em Myrdal (1965), que assume a desigualdade como um entrave ao desenvolvimento, Hirschman (1958) a considera um elemento naturalmente requerido pelo processo de desenvolvimento. Assume que, em vez de se desenhar na forma de uma trajetória contínua, o desenvolvimento econômico seria obtido através de desequilíbrios sequenciados, por meio dos quais as economias ou regiões periféricas potencializariam seus escassos recursos.

Contudo, assim como Myrdal (1965), o autor também admite a existência de efeitos positivos e negativos oriundos dos efeitos do desenvolvimento de uma região sobre as demais. Tais efeitos são denominados respectivamente de “*trickle-down*” (espraiamento), onde o dinamismo, na presença de complementaridade entre as regiões, reduziria o desemprego na região pobre através do aumento da atividade exportadora; e “*polarization*” (polarização), cujos efeitos nocivos sobre a região estagnada se dariam através da migração seletiva em direção à região dinâmica. A respeito desses efeitos, Hirschman assume que a tendência geral ao fim do processo é a de redução das desigualdades regionais, pelo prevalecimento dos efeitos do tipo *trickle-down* sobre os do tipo *polarization*.

Os países subdesenvolvidos ou “*latecomers*” teriam uma dinâmica de desenvolvimento mais complexa, por apresentarem uma maior interdependência relativa entre poupança e investimento, o que implica no fato de que, nestes países, o desenvolvimento seja menos espontâneo e mais dependente de medidas deliberativas. Entretanto, Hirschman (1958, p. 25) não atribui a dificuldade destes países em impulsionar o desenvolvimento à escassez de recursos, mas sim à deficiência organizacional quanto à capacidade de dinamizá-los. Segundo ele, “*the fundamental*

problem of development consists in generating and energizing human action in a certain direction” (HIRSCHMAN, 1958, p. 25). Desse modo, o autor aponta a necessidade de mecanismos de intervenção em países subdesenvolvidos, orientados a concretizar as oportunidades locais de investimento.

Segundo Hirschman (1958, p. 40-41), a dinâmica de crescimento e os determinantes do investimento variam entre os países, devendo ser especificamente investigadas em vez de se supor que ocorram da mesma forma em países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Como observam Lima e Simões (2009, p. 17), para Hirschman, “*a questão crucial para o desenvolvimento é dada pela capacidade de investir (the ability to invest), que depende dos setores mais modernos da economia e do empreendedorismo local*”. O círculo vicioso seria então determinado não pela baixa capacidade de investimento intrínseca ao país subdesenvolvido – como um elemento em si -, mas pela menor capacidade dessas economias em implantar setores modernos, necessários à geração de capacidade de investimento e *vice versa*.

Assim, tendo em vista o insuficiente nível de cooperação e empreendedorismo nos países subdesenvolvidos, o estímulo prioritário deveria recair sobre atividades rotineiras (*easy-to-exploit*), cujos efeitos de complementaridade, inclusive intertemporais, tornariam o investimento uma força compensadora da dificuldade de fomento à inovação, típica dos setores modernos. O objetivo primordial da política de desenvolvimento, neste caso, seria o de conseguir maximizar esses efeitos.

Hirschman contesta a ideia de que o desenvolvimento deva ocorrer de maneira simultânea nos diversos setores e regiões, argumentando que isso provocaria expectativas ilusórias e obstáculos ao desenvolvimento da economia. De acordo com o autor, em vez disso, o desenvolvimento se dá por uma série de desequilíbrios que ocorrem durante um longo intervalo de tempo, cuja simultaneidade dos processos ocorre apenas parcialmente. O processo de crescimento teria início nos setores líderes e, depois, seria transferido de forma não equilibrada para os setores satélites.

Esses desequilíbrios seriam essenciais para a dinâmica do crescimento, uma vez que cada processo é induzido por um movimento de desequilíbrio anterior e, da mesma forma, induz novo processo em outros setores e/ou regiões. Conforme explica Lima e Simões (2009, p. 18):

“Em cada um destes estágios uma indústria usufrui de economias externas criadas pela expansão anterior e ao mesmo tempo cria novas economias

externas que serão exploradas por outras, dada a complementaridade existente entre as mesmas”.

De acordo com Hirschman (1958, p. 72), os processos sequenciais de crescimento frequentemente exibem tendências à convergência ou potencialidades de divergência e, por sua vez, a política de desenvolvimento está amplamente preocupada com a prevenção à convergência demasiadamente rápida e com a promoção das possibilidades de divergência.

Na medida em que o processo de crescimento tem início em apenas algumas e não em todas as áreas ao mesmo tempo, admite-se o surgimento natural de tensões entre setores modernos e tradicionais da economia, o que justifica a intervenção sobre estas atividades e a formulação de uma estratégia de desenvolvimento orientada no sentido de eliminar ou ao menos atenuar os obstáculos ao desenvolvimento - tais como a oferta insuficiente de serviços públicos, precariedade da infraestrutura logística, regulação bancária inadequada, etc. -, uma vez que eles costumam se acentuar após o início do processo.

Desse modo, as decisões de investimento aparecem como o fator fundamental da teoria do desenvolvimento de Hirschman e, de acordo com a mesma, deve ser o principal objeto da política econômica. Segundo a referida teoria, o desenvolvimento deve ser fomentado através da realização de uma sequência de projetos de investimento, capazes de produzir efeitos favoráveis sobre o fluxo de renda das diferentes regiões e em áreas como educação, transportes, saúde, urbanização, agricultura, indústria, dentre outras. A implementação destes projetos deve ainda obedecer a um *ranking* que considera o retorno social e a sequencia ideal de execução, onde seriam priorizados aqueles projetos cuja realização facilitaria a implantação e a consolidação de projetos posteriores.

A determinação desta sequencia ideal de investimentos passaria pela distinção dos vários projetos em duas categorias:

- *Social Overhead Capital (SOC)*: Projetos que envolvem serviços básicos, que viabilizam o funcionamento das atividades produtivas, como saúde, educação, transportes, energia, saneamento, portos, rodovias, hidrelétricas, etc..
- *Directly Productive Activities (DPA)*: Projetos diretamente relacionados a atividades produtivas primárias, secundárias e terciárias.

Tendo em vista a escassez de recursos nos países subdesenvolvidos, a tarefa então seria a de estabelecer uma combinação entre estas duas categorias de projetos de investimento que maximize o retorno das atividades produtivas e minimize os custos relacionados a ambos os tipos investimento. Tendo em vista o caráter irregular do processo de crescimento e as dificuldades dos países subdesenvolvidos em impulsioná-lo, Hirschman chega à conclusão de que o equilíbrio entre os dois tipos de projetos (SOC e DPA) não é desejável, uma vez que ele anularia os incentivos e as pressões que normalmente induzem as decisões de investimento, de modo que o recomendável seria um portfólio composto prioritariamente por projetos do tipo DPA e, apenas de modo secundário, mas sem negligenciá-lo totalmente, por projetos do tipo SOC (LIMA e SIMÕES, 2009, p. 19).

Na construção de sua teoria, Hirschman analisa o desenvolvimento regional através dos conceitos de “*forward linkage effects*” (efeitos para frente) e “*backward linkage effects*” (efeitos para trás). De acordo com Krugman (1998, p. 17), esses conceitos, especialmente o de efeitos para trás, se referem à atuação das economias de escala requeridas para viabilizar investimentos em regiões determinadas.

Nesse sentido, os efeitos para trás expressariam as externalidades advindas do estabelecimento de indústrias em determinado local, na medida em que elas aumentam a demanda de insumos requerido à produção do setor como um todo, proporcionando às firmas deste último a realização de suas escalas mínimas de produção na região. Por sua vez, os efeitos para frente seriam resultantes da oferta de insumos, que viabilizariam a produção dos setores que se situassem na posição imediatamente posterior na cadeia produtiva. Dito de outro modo, enquanto os *backward linkage effects* estão relacionados à aquisição de *inputs* de outras atividades, os *forward linkage effects* dizem respeito ao fornecimento de *inputs* para outras atividades.

De acordo com Hirschman (1958), estes efeitos proporcionariam as condições para que a implantação de uma indústria – denominada *indústria mestre* – induza a aglomeração de outras, denominadas *indústrias satélites*, que teriam as seguintes características:

- i) Vantagens locacionais em virtude da proximidade da indústria mestre;
- ii) Complementaridade em relação à produção da indústria mestre, no sentido de que seu principal insumo é um produto final da indústria

mestre ou seu principal produto final é um insumo para a indústria mestre;

- iii) Escala mínima de produção inferior à da indústria mestre.

Segundo Hirschman (1958, p. 23), os países atrasados tendem a apresentar processos de encadeamento menos espontâneos e mais limitados do que os que se verificam nos países nos quais esses processos se verificaram originalmente. Rompendo com a visão um tanto automatizada dos pré-requisitos de Gerschenkron (1952), segundo a qual, o desenvolvimento nos países atrasados ocorre simplesmente porque, em um dado momento, os benefícios de se superar o atraso se tornam superiores aos custos de superá-lo, Hirschman (1958, p. 24) confere maior relevância às funções do planejamento, discordando dessa ótica que, segundo ele, proporciona o entendimento equivocado de que o desenvolvimento ocorreria de modo relativamente espontâneo e natural nos países atrasados.

Para o autor, cabe ao Governo o dever de fornecer a infraestrutura social requerida para impulsionar a atividade produtiva, além de elaborar uma estratégia de desenvolvimento, determinando as áreas e os setores prioritários.

1.2.4 A Base Exportadora de North

A teoria da base exportadora está associada ao artigo intitulado “*Location theory and regional economic growth*”, do historiador econômico Douglas Cecil North (1920-).

No artigo, publicado em 1955, o autor refuta o entendimento de que, de modo geral, a história econômica da maioria das regiões teria evoluído através da sucessão das seguintes etapas:

- i) Inicialmente, predominam economias de subsistência, autossuficientes, com elevados custos de transporte e níveis incipientes de comércio e investimento. A maior parte da população reside em regiões agrícolas, localizadas de acordo com a distribuição dos recursos naturais;
- ii) Desenvolvimento do comércio e da especialização local, decorrentes da redução dos custos de transporte, e localização industrial determinada pela “camada básica” (ou segunda camada) da população, responsável por gerir as modernas firmas locais para os agricultores;

- iii) Maior diversificação das atividades agropecuárias, decorrente do aumento do comércio inter-regional;
- iv) Industrialização e especialização de atividades secundárias, por conta dos retornos decrescentes do setor primário e do crescimento populacional;
- v) Estágio final do desenvolvimento, com especialização em atividades terciárias para exportação.

As etapas de desenvolvimento descritas acima, que parecem ter sido influenciadas pelo caso europeu não explicam de maneira satisfatória o processo de desenvolvimento de outras regiões como, por exemplo, as regiões dos Estados Unidos.

Segundo North (1977, p. 4), a diferença básica reside no fato dos Estados Unidos terem sido colonizados como um empreendimento capitalista, onde o mercado mundial determinou o povoamento das novas regiões e seu crescimento posterior. Isso implica um modelo de desenvolvimento muito distinto do descrito pela teoria de crescimento regional anteriormente referida, onde as regiões partem da economia de subsistência e ampliam seus mercados de maneira gradual. Diferentemente, o desenvolvimento estadunidense se desenvolveu em torno do objetivo fundamental de explorar a terra e seus recursos naturais, com o intuito de produzir bens passíveis de comercialização “externa”. Ressalta-se o fato de que North não nega a existência da agricultura de subsistência, ele apenas a assume como irrelevante na configuração do desenvolvimento econômico da região naquela época.

Para North, portanto, o desenvolvimento regional ocorre a partir do florescimento de uma atividade exportadora baseada em recursos locais específicos. As atividades relacionadas a esse setor foram denominadas de “base exportadora” e os efeitos das mesmas sobre a economia local ocorrem de forma indireta: A atividade de exportação fomenta o surgimento de cidades e centros de distribuição, onde atividades de processamento industrial e serviços associados aos bens de exportação se desenvolvem.

Nesse sentido, North atribui a diversificação dos setores ao sucesso das atividades de base e não ao esgotamento do setor primário, de modo que a industrialização por si não garante a continuidade do desenvolvimento das regiões, tendo em vista que ela é fruto do sucesso da base exportadora.

Críticas à teoria da base exportadora de North podem ser encontradas em Tiebout (1958). Uma das principais é a dependência da teoria em relação à delimitação arbitrária da região. No caso de expansão da área analisada, a produção que é considerada como de exportação passa a ser um elemento interno à região e não um componente da base

exportadora. Outra crítica é a de que North ignora a possibilidade de que a alocação mais eficiente de fatores poderia resultar até mesmo em uma redução das exportações, sem que isso signifique por si só, um problema ao processo de desenvolvimento regional. Para Tiebout (1958), a teoria da base exportadora é uma teoria da determinação da renda no curto prazo, que observa uma relação causal entre as atividades exportadoras e a atividade total de uma região, e não uma teoria de desenvolvimento.

Quatro anos depois da publicação de *Location theory and regional economic growth*, North (1959) realiza uma revisão de seu trabalho, onde assume que a exportação de produtos agrícolas não necessariamente promove o desenvolvimento regional. Segundo o autor, se a atividade primária for baseada na exploração de grandes latifúndios, os efeitos econômicos sobre a região serão restritos. Perfis concentrados de demanda induziriam, de um lado, a produção de bens de subsistência para os mais pobres e, de outro, a importação de bens de consumo de luxo para os mais ricos, restringindo a produção de manufaturados e, dificultando o desenvolvimento da região na medida em que retornos decrescentes surgissem na atividade principal (CAVALCANTE e MONASTERIO, 2011, p. 72).

Assim como as demais teorias de desenvolvimento regional discutidas ao longo deste capítulo, a teoria da base exportadora também teve grande repercussão entre os formuladores de política econômica regional. No Brasil, essas teorias também influenciaram a implementação de políticas que objetivavam a promoção do desenvolvimento equilibrado entre as regiões. No capítulo a seguir, a evolução do desenvolvimento regional brasileiro será explicada sob as óticas das análises empíricas mais relevantes na literatura nacional.

2. CONCENTRAÇÃO, DESCONCENTRAÇÃO E RISCO DE RECONCENTRAÇÃO: TRANSFORMAÇÕES DA ESTRUTURA PRODUTIVA BRASILEIRA ENTRE 1970 E 1995

2.1 Transformações Regionais e Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil

Do período entre o Pós-Guerra e meados da década de 1990, o exame da literatura empírica de desenvolvimento regional no Brasil permite separar as transformações da estrutura industrial no país em três padrões:

- i) De concentração produtiva no período que vai de meados da década de 1940 até o início da década de 1970;
- ii) De forte desconcentração relativa da atividade produtiva entre as grandes regiões, ocorrida entre o início dos anos 1970 e meados dos anos 1980;
- iii) De arrefecimento do movimento de desconcentração produtiva, observada por volta do período 1985-1995;

Dentre os determinantes desses movimentos a referida literatura destaca as implicações sobre as estruturas produtivas regionais das políticas federais de desenvolvimento, promovidas em maior ou menor grau pelo Estado brasileiro. Essas políticas podem ser divididas em quatro fases distintas¹⁴:

- i) Fase Nacional-Desenvolvimentista (1945-1964);
- ii) Fase Desenvolvimentista-Militar (1964-1985);
- iii) Fase Neoliberal (1985-2000);
- iv) Fase Neodesenvolvimentista (2000-)

De acordo com Senra (2011), a *fase nacional-desenvolvimentista* ocorrera entre o fim da segunda guerra mundial (1945) e o golpe militar (1964) e teve como elemento mais significativo a Política de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (PDEN), lançada em 1959, que representou o marco inicial da política regional no Brasil.

A *fase desenvolvimentista-militar* caracterizou o período que vai desde o início da ditadura militar em 1964 até os governos finais do regime, em meados da década de

¹⁴ Conforme Senra (2011), que aperfeiçoa a distinção estabelecida por Diniz e Crocco (2006), a qual separava as políticas em Desenvolvimentista, neoliberal e uma terceira geração iniciada nos anos 2000.

1980. As ações mais significativas desse período foram os planos regionais, incluídos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento da década de 1970.

Por sua vez, a *fase neoliberal* teve início com o processo de deterioração das instituições públicas de desenvolvimento regional durante a Nova República (1985-1989), aprofundado durante os governos de orientação liberal que se seguiram (1989-2000). Em termos de políticas públicas para o desenvolvimento regional, a iniciativa mais relevante nesse período foi o programa dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENIDs), implementado a partir de 1996.

Já a fase *neodesenvolvimentista* é caracterizada por ações implantadas a partir do ano 2000, que combinaram medidas de caráter neoliberal e desenvolvimentista, apesar da tendência de maior participação estatal no planejamento e execução das políticas de desenvolvimento regional. Apesar dos resultados pífios efetivados até então, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), lançada em 2003, constitui o ato mais significativo desta etapa.

Apesar de distintas em suas formas de atuação, pode-se afirmar que nestas quatro fases, as políticas de desenvolvimento regional tiveram dois objetivos gerais em comum: a redução das desigualdades regionais econômicas e sociais e a ocupação do território nacional.

Ao longo do presente capítulo, serão apresentados os três padrões transformadores da estrutura econômica regional no país, citados no início desta subseção - concentração, desconcentração e seu arrefecimento (principalmente os dois últimos), à medida que se discute seus principais determinantes.

Existe uma vasta literatura disponível, que trata do processo de concentração observado no país ao longo do período 1930-1970, em que, beneficiando-se de estrutura industrial mais avançada, com capacidade de produção suficiente para atender o mercado nacional, além de melhores condições de infraestrutura e de escoamento da produção, a região metropolitana de São Paulo concentrou fortemente os investimentos industriais, dificultando o avanço do processo de industrialização nas demais regiões. Tendo em vista a existência e disponibilidade desses estudos, a análise deste trabalho partirá do ano de 1970. Aos interessados em verificar mais profundamente os determinantes do referido processo de concentração, sugere-se que vejam as análises de Trintin (2001), Pacheco (1996; 1999), Cano (1977; 1995), Araújo (2000), Oliveira (1990), Tavares (1986), Cardoso de Mello (1986), Guimarães Neto (1986; 1997), Breitbach (2004).

2.2 A Desconcentração Produtiva e o Estado Desenvolvimentista-Militar (1970-1985)

Após o Golpe Militar de 1964, a orientação do pensamento econômico do Estado brasileiro manteve a linha keynesiana e o entendimento de forte intervenção na economia e no desenvolvimento regional, embora a aplicação das políticas tenha sido feita de modo mais centralizado que nas duas décadas passadas. É, portanto, esse perfil de Estado, intervencionista e centralizador, que comandará a política econômica no período 1970-1985, caracterizado pela desconcentração da atividade econômica no país.

De modo geral, as medidas de desenvolvimento regional executadas pelo Estado desenvolvimentista-militar foram importantes por:

- i) Criar uma estrutura institucional voltada ao desenvolvimento regional que, embora excessivamente centralizada, atuava em todas as regiões do país;
- ii) Conferir relevância ao planejamento estatal, cuja escala fundamental de atuação era a macrorregional;
- iii) Ampla execução de projetos de investimento em infraestrutura, que pretendiam viabilizar a ocupação do território nacional, e de programas de industrialização, fomento à produção agrícola e mineração;
- iv) Estabelecimento de polos agrícolas e industriais, baseado em investimento estatal e ampla utilização de políticas de incentivos fiscais e tributários.

Observa-se nesse período a elevação dos investimentos públicos, que já em 1970 alcançaram 10% do PIB, elevando-se para aproximadamente 11,9% do PIB em 1975 e 12,8% do PIB em 1980 (MONTEIRO NETO, 2007, p. 395). A maior parte da responsabilidade por esse aumento se deve aos esforços despendidos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, especialmente o I e II PND, que representaram o principal instrumento de planejamento econômico estatal do período. Os PNDs também abrigaram as ações do Governo Federal voltadas ao fomento do desenvolvimento regional, na medida em que eles incorporavam os Planos Regionais de Desenvolvimento.

Por trás da formulação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, é possível identificar a influência da Teoria dos Polos de Crescimento de Perroux (1967), que

observava a capacidade de indústrias motrizes - cuja instalação poderia perfeitamente ser estimulada pelo Estado - em mobilizar outras indústrias e setores secundários e, assim, disseminar o desenvolvimento regional. Além disso, o pensamento voltado ao desenvolvimento regional nessa época também foi fortemente influenciado pela Escola Superior de Guerra (ESG) e sua estratégia geopolítica para integração do território nacional. De acordo com Silva (1981, p. 46 *apud* SENRA, 2011, p. 175), essa estratégia tinha a diretriz de promover a ocupação (especialmente da Região Norte) e integração das regiões Norte e Sul do país, a partir do estabelecimento de uma plataforma economicamente dinâmica na região Centro Oeste.

Conforme observa Senra (2011, p. 176-177), os investimentos do I PND visaram implantar a proposta de polos regionais agrícola-industrial especialmente nas regiões Sul e Nordeste e a de polos agrícola-minerais nas regiões Norte e Planalto Central.

Nesse sentido, no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) existia o objetivo de desenvolver e modernizar a agricultura, de modo a viabilizar a competitividade dos produtos do país no mercado internacional. Na verdade, essa diretriz era parte da estratégia nacional de tirar proveito das oportunidades de inserção no comércio mundial que surgiam naquele período. Esperava-se que, de forma complementar aos incentivos governamentais nessa direção, as empresas multinacionais disseminassem os conhecimentos e tecnologias oriundos da “*revolução verde*” então em curso, ampliando a competitividade dos produtos exportáveis.

A Revolução Verde surgiu da disseminação das descobertas realizadas a partir de estudos encomendados pelo governo Tailandês, em meados do século XX, que tratavam da fragilidade de sua agricultura. As descobertas se referiam a novas variedades de sementes dotadas de amplo potencial produtivo. Posteriormente, essas ações foram transformadas em um programa idealizado para elevar a produção agrícola mundial, baseado na disseminação do uso intensivo de sementes geneticamente melhoradas, fertilizantes e agrotóxicos mais eficazes, modernas técnicas de plantio e irrigação (com amplo uso de tecnologia) e mecanização das atividades. Tais práticas impulsionaram intensamente a produção agrícola mundial.

Em termos regionais, os impactos da política agrícola favoreceram o movimento de desconcentração econômica em direção às regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste (para além da Região Metropolitana de São Paulo), principalmente por conta da maior articulação entre a moderna agricultura que estava sendo implantada e a indústria produtora de máquinas, equipamentos e insumos agropecuários, além da formação e

consolidação de complexos agroindustriais responsáveis por transformar a matéria-prima oriunda da produção agropecuária (PACHECO, 1996, p. 65).

Já o II PND foi preparado no contexto da crise e desaceleração que ocorrera após o ciclo expansivo do milagre econômico, onde se observava aumento persistente dos índices de inflação, crise do balanço de pagamentos e elevação dos preços dos insumos decorrente da crise internacional. É nessa conjuntura da economia nacional que ocorre a transição do movimento de concentração para o processo de desconcentração econômica regional.

Segundo Trintin (2001, p. 26), o II PND foi elaborado para o período 1975-1979 e tinha o objetivo de impedir a retração do ritmo de crescimento verificado desde os fins da década anterior, eliminar o estrangulamento das contas externas e, sobretudo, “completar as forças produtivas no país”, tendo em vista a manifestada incapacidade do setor de bens duráveis em continuar liderando o processo de crescimento econômico.

O plano foi a manifestação da estratégia de desenvolvimento brasileira, voltada para a redução da dependência externa tanto de insumos básicos – como o petróleo, onde dois terços do consumo interno era importado – quanto de financiamento das importações necessárias à continuidade do processo de crescimento.

Nesse sentido, através da retomada do processo de substituição de importações em algumas áreas, setores como o de bens de capital e de insumos básicos foram priorizados com o objetivo de internalizar a produção da indústria pesada no país. Aliado a esses investimentos, existiram programas de incentivos localizados para a produção de metais não ferrosos, fertilizantes, defensivos agrícolas, papel e celulose e produtos da indústria petroquímica, além de programas voltados à exploração de fontes alternativas de energia – como o Proálcool e o Procarvão – como alternativa ao consumo de derivados do petróleo.

Nesse momento, conforme conclui Trintin (2001, p. 27), “*objetivava-se ajustar a estrutura econômica existente à situação de escassez de matérias-primas e petróleo e ao novo estágio de evolução industrial*”.

De acordo com Senra (2011, p. 177) a estratégia de implantação do II PND se dava pela ação concentrada do Estado em Áreas Integradas, com o objetivo de criar e auferir economias de escala para os investimentos públicos.

Os PNDs também abrigavam os chamados “*Programas Especiais*”, planos de ação criados ao longo do biênio 1970/71 e especialmente localizados, que objetivavam eliminar gargalos e dinamizar a economia de áreas selecionadas. Esses planos atuaram

prioritariamente sobre as regiões Centro Oeste e Nordeste e foram importantes instrumentos dos PNDs.

Incluído no II PND, o *Plano de Desenvolvimento do Nordeste*, implantado entre os anos de 1972 e 1974, propunha o aumento de investimentos federais em programas especiais e incentivos fiscais, destinados à implantação de polos industriais em setores como petroquímica, fertilizantes, metal e eletromecânico, têxtil e couro e calçados.

Por sua vez, o *Programa de Integração Nacional (PIN)* foi responsável por iniciativas, dentre as quais, destacam-se a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, projetos de colonização que incluíam a irrigação de 40 mil há de terras no Nordeste, além da construção de corredores de transporte. Do total de recursos do PIN previstos para o período 1972-1974, 47% deles estavam relacionados a obras de transporte, 25% destinados a projetos de irrigação e o restante para os demais projetos, incluindo os de colonização. No entanto, o plano fracassou na execução de suas intenções, tendo sido alvo de constantes, como as relacionadas à proposta de construção da Transamazônica, de deslocar “homens sem terra” para uma “terra sem homens”. Segundo os críticos, inclusive os aliados ao governo militar como o ex-ministro Roberto Campos, a medida resultaria na união da “miséria da caatinga” com a “miséria da selva” (SENRA, 2011).

Já o *Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria (PROTERRA)* objetivava apoiar os pequenos proprietários de terra e os pequenos produtores desprovidos da mesma. No entanto, o programa assentou efetivamente apenas cerca de seis mil famílias. O fracasso na tentativa de promover a colonização rural revela o conservadorismo dos militares quanto às reformas relacionadas à questão fundiária, na medida em que foram mantidas as enormes distorções da estrutura da distribuição de terras, sobretudo no Nordeste, e solidificados os interesses dos grandes proprietários.

Em termos de política regional, a estratégia mais utilizada pelo governo desenvolvimentista-militar girava em torno da criação de programas especiais voltados ao estabelecimento de “polos de desenvolvimento”, donde se detectam claras influências do pensamento de Perroux (1955). O excesso de centralização, contudo, impediu que os resultados desses programas repercutissem de maneira mais significativa sobre as economias regionais.

Dentre os esforços nesse sentido, os polos mais bem sucedidos foram os implantados na Região Centro Oeste. De acordo com Abreu (2000), o Programa

Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), seguiu seis diretrizes de investimento, praticamente financiados apenas com recursos federais:

- i) Transportes (36% dos recursos, através do Ministério dos Transportes);
- ii) Energia (27% do total de recursos, através da Companhia Energética do Mato Grosso);
- iii) Saneamento ambiental (17% dos recursos, através do DNOCS);
- iv) Desenvolvimento da agropecuária (10% dos recursos, através da EMBRAPA);
- v) Financiamento de frigoríficos (6%, através do BNDES);
- vi) Pesquisa e promoção da industrialização (2%, através da SUDECO).

Cabe observar a ínfima participação da instituição de desenvolvimento regional, SUDECO, fruto da centralização das políticas de desenvolvimento regional, característica do Estado desenvolvimentista-militar, o que implicou problemas em termos de eficiência de gestão desses programas que, por outro lado, foram importantes por implantar infraestrutura e promover a repercussão espacial da valorização do capital na referida região.

Apesar da execução não ótima dos programas de desenvolvimento regional incorporados no âmbito do I e II PNDs, este esforço repercutiu no sentido de modificar a distribuição da atividade industrial no país, desconcentrando-a significativamente do sudeste em direção às demais regiões do país.

A par de questões que se referem à intensidade e às causas do processo, o movimento de desconcentração econômica é consensual entre os estudiosos, tal como a concentração observada até o início da década de 1970, sendo possível visualizá-lo através da análise da Tabela 1.

Tabela 1: Participação no PIB Industrial do Brasil, por Região e UF, 1970-1985

Regiões / UF	Participação no PIB Industrial do Brasil (%)		Participação no PIB Industrial da Região (%)	
	1970	1985	1970	1985
CENTRO-OESTE	0,89	2,09	100,0	100,0
Distrito Federal	0,11	0,35	12,4	16,6
Goiás	0,46	1,08	51,6	51,5
Mato Grosso do Sul	-	0,36	-	17,3
Mato Grosso	0,32	0,30	36,0	14,6
NORTE	1,07	3,42	100,0	100,0
Acre	0,01	0,05	1,1	1,5
Amazonas	0,35	1,94	32,6	56,8
Amapá	0,22	0,06	20,2	1,8
Pará	0,44	1,01	41,7	29,7
Rondônia	0,04	0,33	4,0	9,6
Roraima	0,00	0,02	0,4	0,6
NORDESTE	7,01	11,90	100,0	100,0
Alagoas	0,37	0,48	5,3	4,1
Bahia	2,47	4,90	35,2	41,2
Ceará	0,78	1,39	11,1	11,7
Maranhão	0,23	0,31	3,2	2,6
Paraíba	0,34	0,43	4,9	3,6
Pernambuco	2,08	1,95	29,7	16,4
Piauí	0,08	0,17	1,2	1,5
Rio Grande do Norte	0,29	0,88	4,2	7,4
Sergipe	0,36	1,37	5,2	11,5
SUL	11,95	15,15	100,0	100,0
Paraná	2,99	4,82	25,0	31,8
Rio Grande do Sul	6,29	7,00	52,7	46,2
Santa Catarina	2,67	3,32	22,3	21,9
SUDESTE	79,09	67,45	100,0	100,0
Espírito Santo	0,51	1,41	0,6	2,1
Minas Gerais	6,87	9,25	8,7	13,7
Rio de Janeiro	15,26	13,21	19,3	19,6
São Paulo	56,45	43,58	71,4	64,6
BRASIL	100,00	100,00	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IPEADATA.

No período analisado, é nítida a perda de participação da Região Sudeste em prol das demais Regiões brasileiras, todas ganhando participação, sendo indiscutível a desconcentração inter-regional do PIB industrial. Em relação às alterações intrarregionais, os dados acima apontam leve desconcentração na Região Centro Oeste, leve concentração na região Norte (especialmente em torno do AM e do PA), desconcentração no Nordeste (embora a BA tenha ampliado sua participação), desconcentração no Sul (principalmente com o crescimento do PR em detrimento do

RS) e desconcentração no Sudeste (com redução relativa de SP em direção à MG, principalmente).

De acordo com Guimarães Neto (1997, p. 68), de certa forma, essa desconcentração é fruto das repercussões econômicas regionais de políticas de caráter geral, como investimentos resultantes da política de produção de insumos básicos e de substituição de importações contidas no II PND, e da “*política de inserção no mercado internacional e de articulação com capitais multinacionais a partir da extração e exportação de minérios e seu eventual beneficiamento*”. Exemplos desses investimentos são o polo petroquímico de Camaçari, na Bahia e o Programa Grande Carajás, no Pará com extensões ao Maranhão, que se refere à exploração mineral.

Ainda segundo o referido autor, a desconcentração também foi influenciada pela capacidade de atração de investimentos das regiões Norte e Nordeste, pelos instrumentos de desenvolvimento regional que fomentavam a industrialização dessas Regiões.

Na Região Norte, esses investimentos estão relacionados, por exemplo, aos incentivos fiscais e financeiros das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). A esses investimentos, portanto, somam-se os executados na atividade da já citada extração de minérios no Pará, além da construção da hidroelétrica de Tucuruí, no mesmo estado. Guimarães Neto (1995) observa ainda uma elevação significativa da produção dos bens de consumo durável juntamente com a de bens de capital, cuja participação conjunta variou de 5% para 48% da produção total da indústria de transformação da Região Norte, no período 1970-1985. Tal elevação estaria associada à instalação de empresas produtoras de eletrodomésticos e eletrônicos na Zona Franca de Manaus, fortemente beneficiada por recursos oriundos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), criado à época do II PND juntamente com o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). A seletividade – tanto em relação aos setores quanto aos estados beneficiados - desses investimentos explicam, em parte, o avanço e concentração da produção industrial da região nos estados do Amazonas e do Pará. Juntos, esses estados respondem por 86,4% do PIB industrial da Região Norte.

No Nordeste, o impulso verificado foi, em parte, oriundo dos incentivos fiscais e financeiros destinados à região por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O crescimento da participação da Bahia no PIB industrial, tanto nacionalmente quanto em nível regional, foi influenciado pela instalação de grandes

complexos de base, como o polo petroquímico de Camaçari (Bahia), industrial e portuário de Suape (Pernambuco) e siderúrgico do Maranhão, que explicariam também o avanço da indústria de bens intermediários em relação à de bens de consumo não duráveis, conforme observado por Guimarães Neto (1995). Vale ainda citar como investimentos que contribuíram para a desconcentração a implantação das hidrelétricas de Xingó, entre os estados de Alagoas e Sergipe, e de Paulo Afonso IV, na Bahia; investimentos na indústria cloroquímica destes mesmos estados, na exploração de potássio em Sergipe e na exploração de petróleo e gás natural, com criação de plataformas em diversos estados nordestinos.

Especialmente no Nordeste, observa-se uma das características mais relevantes acerca dos resultados das políticas de desenvolvimento regional implantadas na fase desenvolvimentista-militar: o estabelecimento de polos industriais nas regiões periféricas do país, principalmente à base de benefícios creditícios e fiscais e de investimentos de empresas estatais, responsáveis por atrair o capital paulista para a região.

Em relação à Região Sul, sua ascensão relativa esteve associada ao aumento da participação da indústria de bens de capital e de consumo durável, principalmente por conta do ajustamento da dinâmica econômica dessa região às políticas nacionais de modernização da agricultura e da agroindústria, cujos impactos, num período inicial, foram concentrados em alguns estados do Sul e Sudeste. Nesse sentido, houve amplo impacto sobre a indústria associada à moderna produção agrícola e agroindustrial da região, bem como sobre a produção de bens alimentícios, dado a expansão dos complexos agroindustriais. De modo complementar, cabe mencionar os estímulos fiscais e financeiros vinculados à política de incentivo à exportação, que beneficiaram outras atividades como a produção de calçados, e os investimentos em torno da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, localizada na fronteira entre Foz do Iguaçu – PR e da Ciudad del Este, Paraguai.

No Sudeste, apesar da desconcentração observada quanto à perda de participação relativa de São Paulo em direção aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, houve a consolidação da indústria de bens de consumo durável e de capital.

No que se refere à região Centro Oeste, destacam-se os incentivos fiscais e financeiros voltados à promoção da exportação de grãos e à modernização da agricultura, os quais eram concedidos principalmente pela SUDAM e pelo Banco da Amazônia (BASA) e que abrangiam alguns estados da região, especialmente o Mato

Grosso. Além destes e dos próprios efeitos da modernização agrícola, a consolidação do Distrito Federal nos anos 1970 também contribuiu para o processo de desconcentração econômica na região.

Diante do exposto nessa subseção, observa-se algum êxito das políticas regionais, principalmente no sentido de formar polos industriais na periferia do país, desconcentrando a produção industrial, até então fundamentalmente localizada no Sudeste. No entanto, questões essenciais - como a redistribuição fundiária - não foram atacadas e os grandes projetos de integração nacional, como a construção da Transamazônica e as políticas para o desenvolvimento rural no Nordeste, não lograram êxito, em parte devido aos problemas de gestão oriundos da excessiva centralização das políticas pelo governo militar.

Ao longo da década de 1980, percebe-se uma relativa flexibilização do caráter centralizador do governo militar, que alterna entre direcionamentos centralizadores e descentralizadores, ao passo em que avança de maneira controlada em direção ao processo de redemocratização do país. No contexto do III PND, o governo militar já apontava a necessidade de fortalecimento de estados, municípios e instituições regionais, além de desconcentração de recursos e mobilização de esforços conjuntos entre as diferentes esferas de governo e a iniciativa privada com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Nesse período, iniciava-se a progressiva redução do investimento estatal, que retraiu de aproximadamente 12% do PIB em 1980 para 6,7% em 1985, início da Nova República e da proliferação das políticas neoliberais no país.

2.4 A desaceleração do processo de desconcentração e o Estado Neoliberal (1985-1995)

Ao longo da década de 1980, ganhou força no mundo o significativo processo de internacionalização do capital financeiro e a tendência de adoção de políticas neoliberais também por parte dos países em desenvolvimento. Foi a disseminação generalizada, nos governos, das ideias neoliberais que estavam presentes na teoria econômica desde o pós-guerra, quando da publicação da obra de Friedrich Hayek em 1944, intitulada "*O Caminho da Servidão*". Nela, Hayek refuta a concepção de Estado de Bem-Estar e o caráter de planejamento econômico desempenhada pelo Estado, que ganhava força dentre os países desenvolvidos a partir do avanço das ideias keynesianas, observado alguns anos após a crise de 1929.

A partir de Hayek, teóricos como Milton Friedman (1962), grande expoente da chamada *Escola de Chicago*, também firmaram posição oposta ao keynesianismo e ao intervencionismo estatal na economia. Estas teorias tornaram-se a principal referência dos defensores do Estado mínimo, cujo mote foi resumido no conhecido “*Consenso de Washington*”, um conjunto de recomendações de política econômica aos países subdesenvolvidos - em particular, os latino-americanos -, formulado no final de 1989 por economistas de instituições financeiras internacionais como o FMI e o Banco Mundial. As recomendações giravam em torno das seguintes diretrizes:

1. Disciplina Fiscal;
2. Priorização dos Gastos Públicos;
3. Reforma tributária;
4. Liberalização financeira;
5. Unificação da taxa de câmbio;
6. Liberalização comercial;
7. Eliminação de restrições ao investimento externo direto;
8. Privatização;
9. Desregulamentação;
10. Asseveração do direito de propriedade.

No Brasil, as políticas neoliberais ganharam influência mais fortemente durante a Nova República, onde nota-se o início de um processo de degradação das instituições públicas, aprofundado ao longo do Governo Collor, no início da década de 1990. Algumas instituições voltadas ao fomento do desenvolvimento regional como a SUDESUL, SUDECO e o Ministério do Interior foram extintas. Outras, como SUDAM e SUDENE, tiveram seu campo de atuação significativamente restringido, sofrendo inclusive cortes orçamentários e salariais de seus servidores.

Os fundos de investimento FINAM e FINOR tornaram-se inativos no início da década e, posteriormente, foram alvo de uma CPI na Câmara dos Deputados, que apontou uma série de denúncias de corrupção e deficiências na administração dos recursos desses fundos. Progressivamente, esses fundos perderam importância na administração das renúncias fiscais. De acordo com Senra (2011, p. 183), entre 1995 e 1997, o FINOR administrava apenas aproximadamente 8% das renúncias tributárias federais, 40% delas destinadas à Zona Franca de Manaus.

No início da década de 1990, houve ainda uma reorientação das aplicações dos Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO) em direção às micro e pequenas empresas e ao setor rural. No âmbito estadual, vale também lembrar a acirrada competição entre as Unidades Federativas, baseada na atração de investimentos estrangeiros via concessão de incentivos fiscais a grandes empreendimentos, o que se tornou conhecido como “*Guerra Fiscal*”¹⁵.

Do ponto de vista da arrecadação, o sistema tributário brasileiro até os anos 1980 tinha uma característica ainda mais centralizadora que a atual. A maior parcela dos impostos era arrecadada pela União, que também detinha autonomia absoluta para definir regras de tributação.

No decorrer da referida década, com a crise da dívida externa e as mudanças na atuação do Estado, teve início um processo de descentralização tributária que se tornou se tornou explícito com a promulgação da Constituição Federal de 1988, na medida em que ela ampliou as participações de estados e municípios na arrecadação total e aumentou a base de incidência dos impostos de competência própria a essas esferas de governo.

A partir dessa ampliação da autonomia dos estados em relação às deliberações de natureza fiscal, a concessão de diferimentos, isenções e até a renúncia de impostos¹⁶ passou a ser mais utilizada com o fim específico de impulsionar o desenvolvimento mediante atração de investimentos industriais. Por conta do esvaziamento das políticas nacionais de desenvolvimento regional, observado durante o fim dos anos 1980 e o início da década seguinte, diversos estados elaboraram programas de estímulo a investimentos industriais locais, utilizando o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) como instrumento de política fiscal na atração de novos investimentos produtivos.

Contudo, a disseminação dessas concessões de benefícios tributários acabou levando a um processo de disputa interestadual de atração de novos empreendimentos industriais, mais conhecido como “*Guerra Fiscal*”. Nesse processo, estados concediam benefícios fiscais cada vez maiores na tentativa de atrair grandes empreendimentos

¹⁵ Para uma análise da Guerra fiscal no Brasil, de seus condicionantes, aspectos positivos e negativos, bem como dos efeitos dos programas de concessão de incentivos fiscais sobre a dinâmica econômica da Região Nordeste, ver Lima & Lima (2010).

¹⁶ Mais especificamente, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de competência federal; e o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de competência estadual.

(nacionais e internacionais) para seu território e, assim, usufruir do efeito multiplicador desses investimentos sobre suas economias.

Se por um lado a concessão de incentivos fiscais é capaz de estimular o processo de dispersão da atividade produtiva - caso seja associada a outras medidas de desenvolvimento regional que induzam os novos empreendimentos a se instalarem em regiões menos dinâmicas -, pode também agravar as disparidades econômicas regionais, na medida em que, em geral, os vencedores da guerra fiscal são os Estados mais desenvolvidos, por apresentarem melhores condições locacionais e financeiras. Isso porque o esforço em termos de renúncia tributária, despendido por cada Unidade Federativa é inversamente proporcional ao seu nível de desenvolvimento. Em outras palavras, quanto menos atrativo o estado - em termos de infraestrutura, amplitude de mercado consumidor, dentre outros fatores locacionais -, maior tende a ser o benefício fiscal a ser concedido pelo estado para atrair o investimento.

Por conseguinte, o uso generalizado dos benefícios fiscais por parte dos estados reduz de forma significativa a capacidade de estímulo deste instrumento, que têm sua operacionalidade baseada nos diferenciais interestaduais de tributação. A tendência, nesse caso, é a de que o peso da tributação nas decisões locacionais dos investimentos diminua.

O papel do Estado está sempre presente nas discussões de desenvolvimento regional. Ainda que a dinâmica da atividade produtiva em determinado período de tempo seja atribuída a uma série de outros fatores, é a atuação mais presente ou mais omissa do Estado o elemento responsável pelo surgimento e intensificação das forças que acabam por balizar as decisões locacionais dos empreendimentos. Segundo Diniz (1993, p. 39), embora as intervenções estatais no período 1970-1985 tenham, de modo geral, tendenciado a dinâmica econômica regional no sentido da “desconcentração geográfica da produção”, a ação conjunta de outras forças estaria atuando a favor da conformação de um novo padrão locacional do processo de desenvolvimento industrial brasileiro após o referido espaço de tempo.

Segundo o autor, é “incontestável” o fato de que, até a década de 1960, ocorrera no país um processo histórico de concentração econômica e demográfica em torno da Região Metropolitana de São Paulo, cuja participação relativa na produção industrial alcançou 44% da produção industrial brasileira em 1970.

A partir de então, o país assistiu a um processo de “reversão desta polarização” que, devido a atuação de tais “forças”, não teve duração e nem intensidade suficiente

para promover uma desconcentração contínua e sustentada, a ponto de homogeneizar de forma mais significativa a estrutura econômica das regiões brasileiras. Essa desconcentração teria ocorrido em duas fases.

Na primeira, houve um “espraiamento” da indústria da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao interior deste Estado e para quase todos os demais estados do país. Num segundo momento, este processo anterior estaria se revertendo rumo à reconcentração industrial no “polígono” que ilustrativamente liga as regiões de Belo Horizonte – Uberlândia – Londrina/Maringá – Porto Alegre – Florianópolis – São José dos Campos – Belo Horizonte (fechando a figura ilustrativa).

A reconcentração em curso nessa segunda fase seria o resultado da ação conjunta de alguns fatores, os quais, por estarem presentes nas principais cidades do polígono mencionado, representariam para estas localidades um diferencial atrativo fundamental à instalação dos principais polos de alta tecnologia que estavam sendo formados. Dentre essas forças, o autor destaca as seguintes:

- a) Deseconomias de aglomeração na Área Metropolitana de São Paulo e sua criação em outros centros urbanos ou regiões;
- b) O papel do Estado, seja através de políticas regionais explícitas, seja pela consequência espacial de outras decisões de importância;
- c) Disponibilidades diferenciadas de recursos naturais;
- d) Unificações do mercado e mudanças de estrutura produtiva;
- e) Concentração da pesquisa e da renda

Diniz (1993) enfatiza que, embora cada elemento tomado individualmente atue de forma diferente na conformação da dinâmica regional, eles, tomados em conjunto, estariam produzindo “um novo padrão de dispersão produtiva”, favorável às principais cidades que compõem o polígono anteriormente citado.

Em relação às economias e deseconomias de aglomeração, o autor toma a abordagem clássica da economia regional, que decompõe as primeiras em economias de escala, de localização e de urbanização. De acordo com a mesma, essas três componentes atuam de forma conjunta no sentido de criar economias de aglomeração e promover a concentração industrial, sobretudo nas fases iniciais do desenvolvimento. Contudo, de modo contraditório, a concentração urbana começaria a criar deseconomias de aglomeração na forma de: inflação do preço dos terrenos e aluguéis; elevação dos

custos relacionados ao controle ambiental; aumento de congestionamentos; maior organização trabalhista, com “impactos para cima” nos níveis salariais, dentre outros. Além da presença de deseconomias de aglomeração, o processo de desconcentração industrial exigiria a existência de novas economias de aglomeração em outras regiões, que atuariam no sentido de deslocar investimentos antigos e de atrair os novos. Essas novas economias de aglomeração seriam resultado de um conjunto de condições, denominadas por Richardson (1980 apud Diniz, 1993) de “condições para que haja polarização reversa”. Essas condições estariam relacionadas à difusão do conhecimento, ao crescimento populacional e da renda, à expansão do mercado, à disponibilidade de recursos e à expansão da infraestrutura.

Analisando o caso brasileiro, Diniz (1993) aponta o surgimento de deseconomias de aglomeração na Região Metropolitana de São Paulo após sua megalopolização a partir da década de 1950, decorrente da expressiva elevação de custos privados e sociais que, por volta de 1970, seriam maiores que os observados no restante do país, além de ineficiências causadas pelas crescentes dificuldades de deslocamento e transporte.

Uma vez observado o “potencial para desconcentração” decorrente das deseconomias de aglomeração na Área Metropolitana paulista, o autor busca explicar a localização e as razões para o surgimento de novas economias de aglomeração em outros lugares do país mediante análise de outros elementos, como a atuação do Estado na busca pela consolidação de posições competitivas no mercado brasileiro.

Em relação ao papel do Estado, Diniz (1993) separa duas formas de atuação. Num primeiro momento, enxerga a ação estatal como favorável ao processo de desconcentração produtiva, tanto através de maciços investimentos industriais fora do Estado de São Paulo quanto mediante incentivos fiscais e financeiros favoráveis, na esfera federal, sobretudo às regiões Norte e Nordeste e, na esfera estadual, a outros estados fora destas regiões. Em outra ocasião, mais precisamente após 1985, o autor observa que a perda da capacidade de intervenção do Estado na economia e a mudança de orientação ideológica em direção às concepções neoliberais estariam contribuindo para o arrefecimento do processo de desconcentração, antes apoiado pelas ações intervencionistas.

Em relação à localização de atividades baseadas na exploração de recursos naturais, o autor enxerga como válida a abordagem weberiana na explicação desse fenômeno. Segundo a mesma, a localização dessas atividades estaria fundamentalmente vinculada às vantagens relacionadas à redução do custo de transporte. Assim, o

favorável custo de transporte devido à proximidade das instalações de processamento das áreas de exploração do recurso natural poderia criar um processo de aglomeração industrial, por estimular a localização de indústrias processadoras nas proximidades da base desses recursos.

No Brasil, esse processo ocorreria principalmente através do papel exercido pela expansão da exploração agrícola e mineral, no sentido de induzir o estabelecimento, nas proximidades das áreas de exploração, das atividades de processamento de insumos agrícolas e minerais, bem como de indústrias produtoras de insumos industriais e de bens de capital. São exemplos de indústrias orientadas por recursos a de metalurgia, cimento, fertilizantes e as agroindústrias.

Ao analisar a unificação do mercado nacional, Diniz (1993), assim como Guimarães Neto (1986), Oliveira (1977) e Cano (1977) destaca a transição da integração comercial para a integração produtiva, que implicou na maior ocupação do mercado nacional por grandes empresas nacionais que objetivavam criar barreiras à entrada, buscar vantagens na exploração de recursos naturais, ocupar e abrir mercados, atuando de forma a diferenciar a estrutura produtiva das regiões, de acordo com a adequação de suas vantagens relativas aos distintos requisitos locacionais exigidos pelas empresas dos vários setores industriais.

Após discorrer sobre os fatores descritos acima, Diniz (1993) analisa o papel da regionalização da pesquisa, do trabalho profissional e da concentração pessoal e regional da renda assegurando que, ao contrário dos demais fatores, eles estariam agindo como obstáculo ao processo de macrodesconcentração industrial.

O autor ressalta o papel essencial da pesquisa para o processo de crescimento econômico, no sentido de que regiões que apresentam ampla base regional de ensino e pesquisa e mercado de trabalho mais qualificado tendem a apresentar maiores condições de obter altas taxas de crescimento econômico, na medida em que são elementos fundamentais de atração de atividades industriais.

Em relação à concentração da renda, o autor concorda com Oliveira (1975) e Furtado (1972, 1981 e 1989) quanto à constatação do uso estratégico deste fenômeno histórico para assegurar a demanda de bens industriais. Segundo Diniz (1993, p. 45), “no Brasil, as altas rendas estão fortemente concentradas nas maiores cidades industriais ou regiões” e, em concordância com Fajnzylber (1983) quanto ao impacto dessa concentração na economia, conclui que ela, além de perpetuar a injustiça social,

também representa um empecilho ao crescimento econômico ao retardar o progresso técnico.

Desse modo, conclui Diniz (1993, p. 45):

“No caso do Brasil, a concentração industrial prévia e desigualdade do potencial de pesquisa e de renda dificultam um processo de desconcentração industrial para as regiões pobres ou vazias. Assim considerando, não resta dúvida que as melhores condições para a localização de atividades de alta tecnologia estão predominantemente no Estado de São Paulo e secundariamente no corredor que vai de Belo Horizonte a Porto Alegre”.

A Tabela 2 a seguir mostra as alterações nas participações das regiões e estados no PIB industrial brasileiro no período 1970-1995.

Tabela 2: Participação no PIB Industrial do Brasil e da Região, por Região e Estado, 1970-1995

Regiões	Participação no PIB Industrial do Brasil (%)			Participação no PIB Industrial da Região (%)		
	1970	1985	1995	1970	1985	1995
CENTRO-OESTE	0,89	2,09	3,06	100,0	100,0	100,0
Distrito Federal	0,11	0,35	0,53	12,4	16,6	17,2
Goiás	0,46	1,08	1,27	51,6	51,5	41,6
Mato Grosso do Sul	-	0,36	0,65	-	17,3	21,2
Mato Grosso	0,32	0,30	0,61	36,0	14,6	20,0
NORTE	1,07	3,42	4,64	100,0	100,0	100,0
Acre	0,01	0,05	0,08	1,1	1,5	1,8
Amazonas	0,35	1,94	2,55	32,6	56,8	55,0
Amapá	0,22	0,06	0,05	20,2	1,8	1,0
Pará	0,44	1,01	1,60	41,7	29,7	34,5
Rondônia	0,04	0,33	0,29	4,0	9,6	6,2
Roraima	0,00	0,02	0,04	0,4	0,6	0,8
Tocantins	-	-	0,03	-	-	0,7
NORDESTE	7,01	11,90	10,94	100,0	100,0	100,0
Alagoas	0,37	0,48	0,47	5,3	4,1	4,3
Bahia	2,47	4,90	3,92	35,2	41,2	35,8
Ceará	0,78	1,39	1,80	11,1	11,7	16,5
Maranhão	0,23	0,31	0,42	3,2	2,6	3,8
Paraíba	0,34	0,43	0,56	4,9	3,6	5,2
Pernambuco	2,08	1,95	2,33	29,7	16,4	21,3
Piauí	0,08	0,17	0,29	1,2	1,5	2,6
Rio Grande do Norte	0,29	0,88	0,66	4,2	7,4	6,0
Sergipe	0,36	1,37	0,50	5,2	11,5	4,6
SUL	11,95	15,15	19,08	100,0	100,0	100,0
Paraná	2,99	4,82	6,59	25,0	31,8	34,5
Rio Grande do Sul	6,29	7,00	8,24	52,7	46,2	43,2
Santa Catarina	2,67	3,32	4,25	22,3	21,9	22,3
SUDESTE	79,09	67,45	62,29	100,0	100,0	100,0
Espírito Santo	0,51	1,41	1,72	0,6	2,1	2,8
Minas Gerais	6,87	9,25	10,14	8,7	13,7	16,3
Rio de Janeiro	15,26	13,21	10,17	19,3	19,6	16,3
São Paulo	56,45	43,58	40,25	71,4	64,6	64,6
BRASIL	100,00	100,00	100,00	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IPEADATA.

Comparando as participações regionais em 1995 com a base anterior, observa-se a redução do ritmo de desconcentração industrial, onde o Sudeste continua perdendo participação relativa, beneficiando principalmente a região Sul, o que de certo modo corrobora a hipótese de desenvolvimento poligonal de Diniz (1993), descrita anteriormente.

De modo geral, os estudos disponíveis que se debruçam sobre o período após 1985 são menos precisos em demonstrar conclusões em termos de concentração ou dispersão regional da estrutura produtiva do país. Frequentemente, levantam-se tendências, como se pode observar em Cano (1998), que adverte quanto ao “risco de

reconcentração”, dada a aparente inflexão, no período 1985-1995, do processo de desconcentração observado nos 15 anos anteriores.

Tendo em mente a relativa “saída” do Estado da economia no início dos anos 1990, Diniz (1993) defende que a ação conjunta de alguns determinantes (enumerados e discutidos no início desta subseção) tenderia a produzir um processo de desconcentração geograficamente limitado ao polígono que envolve algumas cidades do próprio interior de São Paulo, o Sul e Triângulo de Minas Gerais e o Norte do Paraná, com possibilidade de se estender, ao sul, para Santa Catarina e o nordeste do Rio Grande do Sul e, ao norte, para a região central de Minas Gerais. Segundo o autor, a potencialidade em termos de atração de investimentos dessa região estaria associada à existência de uma *“rede urbana dotada de serviços básicos, infraestrutura de ensino e pesquisa e alguma base industrial, além do maior nível relativo de renda destas regiões”* (DINIZ, 1993, p. 39).

Já Pacheco (1996 e 1999) aponta a tendência de continuidade de desconcentração, embora de forma menos intensa por conta do menor nível de investimento agregado. A desconcentração ocorreria com perdas relativas da região metropolitana de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro e a favor de áreas concentradas nas regiões periféricas do país, o que resultaria na fragmentação da economia nacional mediante a ascensão das chamadas “ilhas de prosperidade” em quase todas as regiões.

No mesmo sentido que Pacheco (1996), Guimarães Neto (1997) também enxerga uma tendência de fragmentação da economia nacional, reforçada pela fragilidade do Estado em reverter a tendência do processo de globalização em privilegiar alguns poucos segmentos produtivos e sub-regiões e de fazer retroagir o processo de integração entre as regiões.

No capítulo seguinte, serão analisadas as informações referentes ao período posterior à época em que foram formuladas estas hipóteses, onde as políticas implantadas indicam a presença de um Estado com orientação predominantemente neodesenvolvimentista. Será feita então uma tentativa de identificar o que efetivamente ocorreu no país em relação à distribuição espacial da atividade econômica. Como corolário destes resultados, será possível, por comparação, verificar a concretização ou não das tendências apontadas pelos referidos estudiosos.

3 A RETOMADA DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO E O ESTADO NEODESENVOLVIMENTISTA (1995-2009)

3.1 Considerações Metodológicas

Para a realização deste estudo, foram utilizados procedimentos metodológicos de análise quantitativa, de natureza distinta e não excludente. Primeiro, foi amplamente realizada uma análise descritiva e sistemática acerca de dados secundários a níveis regional e estadual, relativos à produção, números de estabelecimentos e estoque de empregos, no âmbito do setor industrial. Na medida em que tais informações foram analisadas de modo comparativo em relação às regiões do país, o objetivo deste procedimento metodológico foi o de inferir as mudanças e a real situação da distribuição regional da atividade industrial ao longo do período de tempo considerado.

A análise descritiva foi então desenvolvida mediante a formulação de alguns indicadores de especialização regional e de localização setorial.

Os *indicadores de especialização regional* cumprem a função de mensurar as diferenças entre as regiões em termos de especialização produtiva, diante de algum critério de referência. Respondem, portanto, aos seguintes questionamentos básicos: “*Que setores estão mais presentes na região x?*” ou ainda “*Considerando o setor y, a região x é mais ou menos especializada no mesmo em relação ao país do qual faz parte?*”. Neste grupo, foi utilizado neste trabalho o *Quociente Locacional (QL)*.

Já os *indicadores de localização setorial* são úteis para mensurar o nível de concentração regional dos setores. Desse modo, respondem às seguintes questões fundamentais: “*Em quais regiões estão predominantemente concentradas as atividades do setor y?*” ou, em comparações temporais, “*Atualmente, o setor y é distribuído de forma mais homogênea entre as regiões do que era no passado?*”. O indicador desta linha utilizado neste estudo foi o *Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH)*.

Esse conjunto de medidas descritivas é adequado para identificar padrões locais e mudanças nos mesmos ao longo do tempo. É justamente o que se pretende no objetivo fundamental deste trabalho, identificar a mudança ou a permanência do padrão locacional da atividade industrial no país no período 1995-2009. Contudo, como observa Haddad *et al.* (1989, p. 243), o método descritivo não é adequado para “*identificar os fatores que produziram aqueles padrões, nem mesmo para explicar as variáveis que estejam afetando as mudanças observadas. (...) os coeficientes*

contribuirão para que o pesquisador eventualmente possa ter ideias iniciais sobre hipóteses explicativas de natureza teórica”.

De modo geral, tais indicadores podem ser obtidos através da adaptação dos indicadores de especialização. Contudo, a diferença fundamental entre eles é que, enquanto os indicadores de especialização se referem às regiões, os indicadores de localização estão associados aos setores econômicos. A seguir, apresentam-se formalmente os indicadores utilizados.

Razão de Concentração

Neste trabalho, a *razão de concentração (CR)* das k regiões (UFs) é definida como a proporção do valor total da variável em estudo (PIB Industrial, Emprego Industrial ou Número de Estabelecimentos Industriais) que corresponde às k maiores regiões em termos do valor dessa variável.

Seja, por exemplo, X_i o valor adicionado pela indústria da i -ésima região e seja μ o valor médio dessa variável para as n regiões (UFs) em estudo. Então, a participação da i -ésima região (UF) no valor do PIB Industrial do país (y_i) é:

$$y_i = \frac{X_i}{n\mu} \quad (1)$$

Admitindo que as regiões ou UFs estejam ordenadas de modo que $X_1 \geq X_2 \geq X_3 \geq \dots \geq X_n$, a razão de concentração das k regiões (UFs) mais importantes em termos de participação no PIB Industrial do país (da região) é dada por:

$$CR_k = \sum_{i=1}^k y_i \quad (2)$$

Utilizando as razões de concentração, foi construída a *curva de concentração*, uma descrição mais completa a respeito do nível de concentração de determinado setor, no caso, a indústria. Na prática, a curva mostra como CR_k varia em função de k , sendo obtida mediante a plotagem gráfica dos CR_k , de forma acumulada, contra os respectivos números de regiões (estados). Desse modo, foi possível comparar a evolução do nível de concentração industrial no país e nas regiões ao longo do período considerado neste estudo.

Quociente Locacional

O Quociente Locacional (QL) pode ser considerado a medida de localização e especialização mais difundida no âmbito dos estudos exploratórios da economia regional e urbana.

Neste trabalho, foi construído o Quociente Locacional para três variáveis distintas: O Valor Adicionado da Indústria no PIB, o estoque de Emprego Industrial e o Número de Estabelecimentos Industriais. O QL consiste na comparação da participação relativa que determinado setor possui em certa região com a participação total desse mesmo setor na economia do país. Formalmente, os indicadores foram construídos de acordo com o modo descrito a seguir. Sejam k e i respectivamente, subscritos indicadores do setor e da região e, por conseguinte, sejam:

E_{ki} = Emprego do setor k na região i ;

E_i = Emprego na região i ;

E_k = Total do Emprego no setor k ;

E = Total do Emprego em todo o país;

O Quociente Locacional do Emprego do setor k na região i (QL_{ki}^E) é calculado da seguinte forma:

$$QL_{ki}^E = \frac{\frac{E_{ki}}{E_i}}{\frac{E_k}{E}} \quad (3)$$

Os Quocientes Locacionais do PIB industrial e do Número de estabelecimentos industriais para o setor k na região i são obtidos de forma análoga, apenas mediante a substituição em (3) da variável de interesse.

No numerador do QL, tem-se a participação do setor na região. No denominador, tem-se a participação do mesmo setor no país. A interpretação é simples e varia na medida em que o QL assumira um valor superior ou inferior à unidade, de modo que:

Se $\begin{cases} QL > 1: \text{A região } i \text{ é mais especializada no setor em análise do que o país o é;} \\ QL < 1: \text{O setor é menos representativo na região do que no país;} \\ QL = 1: \text{O grau de especialização da região } i \text{ é idêntico ao observado no país.} \end{cases}$

Assim, o QL superior à unidade sugere que a região é exportadora (para o resto do país) dos bens produzidos pelo setor. E, analogamente, o QL inferior à unidade indica que a região importa, das demais regiões do país, os bens produzidos pelo setor k .

No entanto, é necessária atenção quanto a possíveis equívocos de interpretação em relação ao QL. Regiões detentoras de tecnologia mais intensiva em trabalho tendem a apresentarem um QL superestimado, indicando exportações que na realidade não existem. Um QL equivocadamente superestimado também pode ser encontrado caso exista uma diferença significativa no padrão de demanda local, em que o QL tenderá a ser maior do que 1, embora, na verdade, a região seja uma importadora do produto. Por fim, cabe observar que o QL é um indicador sensível ao nível de análise, no que se refere ao detalhamento setorial e/ou geográfico, no sentido de que, em níveis mais altos de agregação, o QL tende a convergir para a unidade.

Índice de Hirschman-Herfindahl

O Índice de Hirschman-Herfindahl (H), quando devidamente adaptado, indica em que medida um setor está concentrado espacialmente. Tomando como base o índice descrito em Hoffmann (2006a, p. 372) e adaptando-o para que ele reflita a concentração industrial ao nível das regiões, o Índice de Hirschman-Herfindahl pode ser definido pela expressão (4), considerando que X_i é o PIB industrial da i -ésima região; n seja o número de regiões; e que μ seja o PIB Industrial médio entre as regiões brasileiras.

$$H = \sum_{i=1}^n y_i^2 \quad (4)$$

Onde $y_i = \frac{X_i}{n\mu}$ é a participação da região (UF) i no total do PIB Industrial do país (Região).

O índice varia entre zero e um. No limite, o valor máximo ocorre quando uma única região concentra toda a produção e tende a se aproximar de zero quando a

produção está dividida de forma bem homogênea entre um grande número de regiões, isto é, quando os y_i adquirem valores ínfimos.

3.2 A Atuação do Estado no período 1995-2000

A partir de 1994, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foram priorizadas as medidas que tinham como diretrizes básicas a estabilização dos preços e a desestatização da economia, embora também tenham sido implantadas políticas públicas com o objetivo de elevar a competitividade das empresas nacionais e, portanto, viabilizar a inserção externa das mesmas.

A mais relevante dessas políticas foi o *Programa dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento*, inserido no contexto do Plano Plurianual 1996/1999. O programa dividia o território nacional nos eixos ilustrados na figura 7 e elencados na Tabela 3 a seguir:

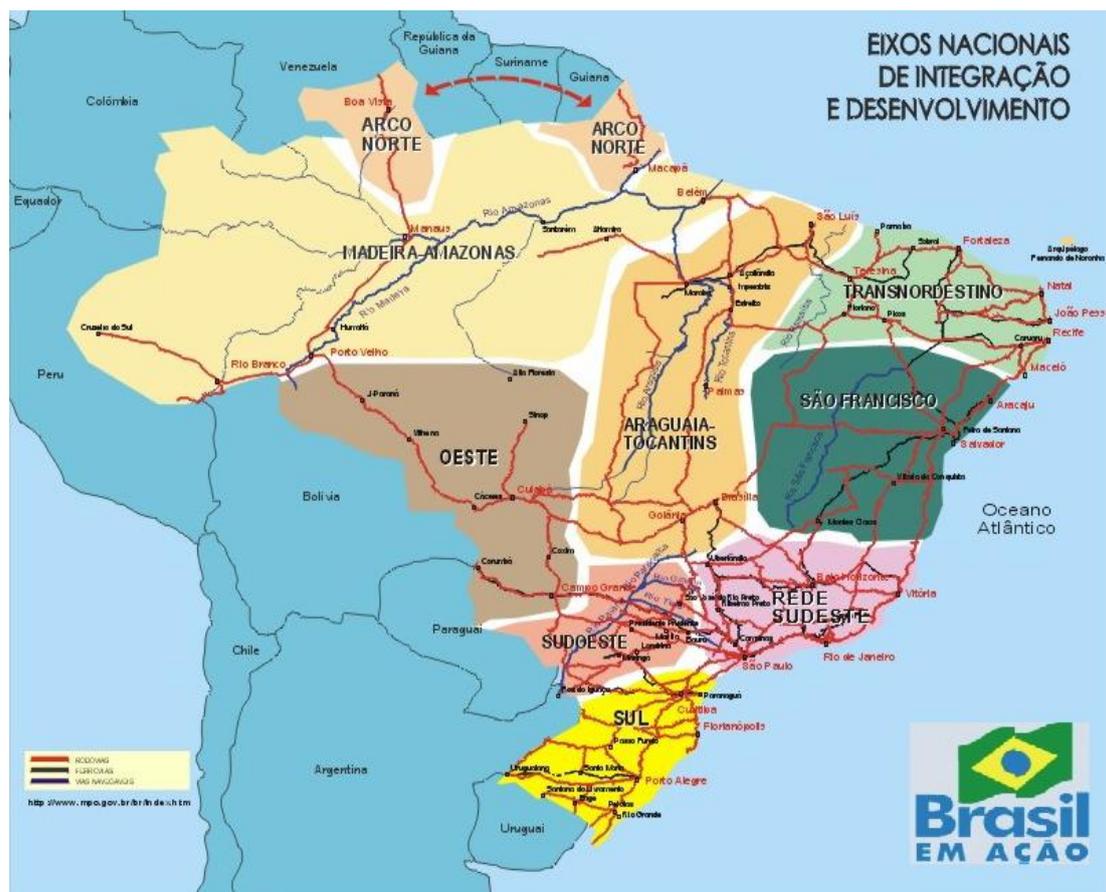


Figura 7: Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

Fonte: Vianna *et al* (2006).

Tabela 3: Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento	
Arco Norte	Oeste
Madeira-Amazonas	Sudeste
Araguaia-Tocantins	Sudoeste
Transnordestino	Sul
São Francisco	Indefinido

Fonte: Elaboração própria, a partir de Vianna *et al* (2006).

O programa tinha como objetivo efetuar a conexão das áreas produtivas nacionais inseridas nesses eixos aos mercados internacionais. Pretendia-se implantar um conjunto de investimentos públicos e privados nas áreas de energia, transportes, telecomunicações, desenvolvimento social, meio ambiente, conhecimento e informação. Era esperado que o efeito multiplicador dos empreendimentos selecionados desencadeasse outros investimentos capazes de promover um círculo virtuoso caracterizado pela elevação do emprego e da renda, crescimento econômico e desenvolvimento social.

Contudo, a atuação efetiva do programa foi mais restrita do que o planejado. Os investimentos foram predominantemente destinados às Regiões Sudeste e Centro Oeste (53,7% do total). Este fato gerou críticas, no sentido de que o projeto privilegiava áreas de produção relevantes para promover a integração da economia brasileira ao mercado internacional, em detrimento de grande parte do território nacional, cujos espaços eram considerados “não competitivos”.

No período no qual o Estado mostra uma orientação ideológica mais próxima das políticas neoliberais, aqui denominado de fase Neoliberal (1985-2000), existiram ainda iniciativas baseadas nos projetos de desenvolvimento local, que buscavam, de modo geral, o estabelecimento de parcerias público-privadas para o cumprimento dos objetivos traçados de forma conjunta para atender às necessidades da população mais pobre.

No entanto, esses projetos, dos quais o Projeto Piloto para Preservação de Florestas Tropicais (PPG 7), o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER) e o Programa de Apoio ao Produtor Rural (PAPP) foram exemplos, tiveram resultados fracos e restritos, principalmente por não terem sido incorporados a uma estratégia

nacional de desenvolvimento. O PAPP, por exemplo, foi descentralizado após algum tempo de atividade, sendo inclusive permitido ao Banco Mundial o estabelecimento direto de contratos com as Unidades Federativas, a despeito da existência ou não de uma orientação estratégica superior (nacional).

Após os anos 2000, observa-se uma mudança na concepção ideológica do Estado, na medida em que o mesmo volta a apresentar características desenvolvimentistas, não obstante ser evidente a manutenção de algumas premissas tradicionalmente associadas às políticas neoliberais. Na próxima seção, está discutida a mudança de atuação do Estado, destacando as principais políticas públicas implementadas ao longo da primeira década do novo milênio, potencialmente capazes de influenciar as alterações na distribuição da atividade econômica no território brasileiro, demonstradas na subseção imediatamente posterior.

3.3 Transição da concepção ideológica do Estado, Estado Neodesenvolvimentista e as principais políticas públicas implantadas pelo mesmo no período recente (2001-2009)

A ausência de uma estratégia nacional de desenvolvimento foi um dos fatos motivadores da discussão acerca do que vem sendo chamado de *novo desenvolvimentismo*. Trata-se de um terceiro discurso, uma proposta de estratégia nacional de desenvolvimento que, embora mescle elementos presentes nas diretrizes inseridas no antigo desenvolvimentismo e na ortodoxia convencional, rompe com orientações características de ambas as concepções. Como enfatiza Bresser-Pereira (2006, p. 12), não é uma teoria econômica, mas sim, uma estratégia nacional de desenvolvimento baseada na teoria macroeconômica keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento.

As diferenças entre o desenvolvimentismo característico dos anos 1950 e o novo desenvolvimentismo estão relacionadas à incorporação, no último, de duas mudanças fundamentais: de um lado, e ao contrário do antigo, o novo desenvolvimentismo considera as recentes mudanças¹⁷ na conjuntura do capitalismo internacional – definida pela transição dos anos dourados para a fase da globalização; de outro, atenta para os avanços ocorridos nos estágios de desenvolvimento dos países de renda média, como o

¹⁷ As mudanças aqui referidas são o que Bresser-Pereira (2006, p. 14) denomina de “fatos históricos novos”.

Brasil, que já superaram a predominância de indústrias infantis em suas respectivas estruturas industriais.

A mudança na conjuntura capitalista internacional é notadamente percebida a transição de um capitalismo politicamente baseado no Estado do bem-estar e, nos âmbitos macroeconômico e teórico, fundamentado no keynesianismo e na “teoria econômica do desenvolvimento” - onde Lewis, Nurkse, Furtado, Prebisch e Myrdal são alguns dos expoentes – para o capitalismo do mercado globalizado, neoliberal, caracterizado por menores taxas médias de crescimento econômico e maior nível de competição entre as nações.

Em relação aos avanços observados nos países em desenvolvimento, no Brasil especificamente, o novo desenvolvimentismo atribui a maior maturidade da indústria nacional ao modelo de substituição de importações entre os anos 1930 e 1960, embora condene a insistência neste modelo após o referido período. Um de seus proponentes mais incisivos, Bresser-Pereira (2006, p.14) afirma que a insistência no modelo de substituição de importações, observada até pouco antes da crise dos anos 1980, foi um equívoco e que, em seu lugar, os países em desenvolvimento deveriam reduzir o alto protecionismo característico do antigo desenvolvimentismo e adotar um modelo exportador, adequado para alavancar a capacidade competitiva na exportação de bens manufaturados.

O quadro 1 resume algumas das principais diferenças entre o antigo e o novo desenvolvimentismo, apontadas por Bresser-Pereira (2006, p. 21):

<i>Antigo Desenvolvimentismo</i>	<i>Novo Desenvolvimentismo</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Papel central do Estado na formação de poupança forçada e no investimento em empresas • Protecionista • Admite certa frouxidão fiscal • Certa complacência com inflação 	<ul style="list-style-type: none"> • Papel subsidiário do Estado, em ambas as atividades • Exportador • Exige disciplina fiscal • Nenhuma complacência com inflação

Quadro 1: Antigo Desenvolvimentismo x Novo Desenvolvimentismo

Fonte: Elaboração própria, com base em Bresser-Pereira (2006).

Segundo o autor, a primeira grande diferença entre essas duas estratégias de desenvolvimento é em relação ao papel desempenhado pelo Estado na promoção da poupança forçada e na implementação de projetos de investimentos em infraestrutura.

Embora ambas as concepções considerem de extrema relevância o papel econômico do Estado em assegurar o bom funcionamento do mercado e em promover as condições ideais para a acumulação de capital – a exemplo dos investimentos em transportes, educação, saúde, comunicações e energia -, era característica marcante do antigo desenvolvimentismo a intervenção estatal orientada para a promoção da poupança forçada e a participação direta nos grandes projetos de investimento, inclusive, por meio de empresas públicas.

No novo desenvolvimentismo, embora o Estado também adquira um relevante *status* estratégico, o papel clássico de investir diretamente no desenvolvimento da indústria pesada e em infraestrutura torna-se subsidiário. Nele, o Estado adquire uma função prioritariamente coordenadora, complementar às forças de mercado, em boa parte porque a própria estrutura industrial do Brasil sofreu significativas mudanças, tendo o setor privado nacional adquirido capacidade empresarial e de recursos para a realização de uma monta significativa dos investimentos necessários.

Ambas as concepções ainda apoiam algumas de suas diretrizes na teoria keynesiana, embora também diverjam em relação a este aspecto, o que nos leva a segunda grande diferença entre as duas estratégias de desenvolvimento, segundo Bresser-Pereira (2006, p. 16).

Nesse sentido, a segunda grande diferença se refere às distorções, não pouco frequentes, sofridas pelo antigo desenvolvimentismo, que o associaram ao uso errôneo da teoria keynesiana com o objetivo de justificar o crescimento baseado na ampliação crônica do déficit público. A teoria keynesiana até legitima o recurso aos déficits fiscais em momentos de recessão, mas, em nenhum momento, sugere a manutenção de déficits crônicos. O novo desenvolvimentismo rejeita o recurso a déficits fiscais crônicos, prezando pela disciplina fiscal.

Por fim, a terceira grande diferença se refere à tolerância em relação à inflação. Enquanto o antigo desenvolvimentismo, até mesmo pelas distorções populistas de afrouxamento fiscal que sofreu, ficou marcado como uma estratégia muitas vezes complacente com a inflação, o novo desenvolvimentismo ambiciona a manutenção da estabilidade de preços sob intensa vigilância.

O novo desenvolvimentismo, todavia, não surgiu em oposição aos moldes tradicionais da estratégia desenvolvimentista. Ele surge pela brecha deixada nos países latino-americanos, onde claramente se identificou o fracasso das políticas da ortodoxia neoliberal, resumidas no Consenso de Washington. É uma estratégia que ambiciona um Estado e um mercado forte, que preza pela estabilidade macroeconômica sem, contudo, perder de vista o objetivo de promover um crescimento econômico mais inclusivo (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 42).

Guido Mantega, ministro da fazenda desde 2006 e ainda em atividade, chama esse novo perfil de crescimento de “social-desenvolvimentismo” porque, segundo ele, *“é um crescimento que ocorre concomitantemente ao aumento da renda da população, aumento do poder aquisitivo e fortalecimento do mercado de massa. É um novo tipo de crescimento que o Brasil nunca trilhou”* (LULA e LIMA, 2007).

O período em que o Estado toma características que se aproximam dessa estratégia de desenvolvimento, aqui denominado de Fase Neodesenvolvimentista, tem início no ano 2000 e sua conformação ainda está sendo discutida na literatura nacional.

Em relação às políticas de desenvolvimento regional, não necessariamente explícitas, embora orientadas à diminuição das desigualdades regionais e à ocupação do território nacional, destacam-se os seguintes pontos:

- i) A Instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), com o estabelecimento de mesorregiões diferenciadas;
- ii) A multiplicidade e, por vezes, até a sobreposição de instituições públicas com foco de atuação dedicado ao desenvolvimento regional, territorial ou local;
- iii) A política dos territórios da cidadania;
- iv) A elaboração de planos de desenvolvimento para escalas territoriais distintas;
- v) Instituição e ampliação de políticas sociais de expressivo impacto sobre a ótica territorial, como os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) e os Programas de Infraestrutura Social, a exemplo, respectivamente, do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa Luz para Todos, os quais beneficiaram grande parte do território nacional e da população mais necessitada, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) tem sido o instrumento mais explícito de políticas específicas voltadas à promoção da equidade regional. Lançada em 2003 pelo Ministério da Integração Nacional, a PNDR é uma tentativa de resgatar uma maior participação do Estado no desenvolvimento regional, através de uma política que considera a participação da sociedade e a diversidade entre as diversas regiões nos âmbitos econômico, ambiental, cultural e social.

A PNDR rompe com a tradicional circunscrição da problemática regional brasileira às regiões Norte e Nordeste do País, na medida em que estabelece a multiplicidade de escalas territoriais ao considerar as mesorregiões diferenciadas, instituídas no PPA 2000/2004, como prováveis áreas prioritárias para o recebimento de investimento público. Além disso, a PNDR propõe a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, de uma Câmara de Articulação de Políticas do Governo Federal e a orientação dos recursos dos Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO), para que se possa promover a adequada articulação entre setores e regiões distintas, criando as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades produtivas e à devida inclusão da população ao mercado de trabalho.

Como destaca Senra (2011, p. 189), os resultados da PNDR foram restritos. Houve investimento, por parte do Ministério da Integração Nacional, em arranjos produtivos locais e em recursos hídricos nas mesorregiões diferenciadas e no semiárido. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional ainda não foi viabilizado, por estar vinculado a uma reforma superior, a reforma tributária. Disseminados sob a forma de empréstimos bancários, os Fundos Constitucionais não foram canalizados às regiões mais pobres, embora tenham sido ampliados os recursos direcionados ao crédito rural.

Os resultados tímidos se devem mais à falta de articulação do que à ausência de instituições voltadas à promoção do desenvolvimento regional. Há um amplo quadro institucional orientado para o desenvolvimento regional na fase neodesenvolvimentista. O Ministério da Integração Nacional (MI), criado em 1999, é o responsável por coordenar os órgãos tradicionais, a exemplo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), da Companhia do Vale do São Francisco (CODEVASF), e as Superintendências de Desenvolvimento Regional SUDAM e SUDENE, que, depois de extintas em 2001, foram transformadas em agências de desenvolvimento (ADA e ADENE), sendo então recriadas em 2007.

O MI, através da SUDENE e da SUDAM, também é responsável pelo controle dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) e da Amazônia (FDA), criados

em 2001 após a extinção, já referida, dos incentivos oriundos dos fundos FINAM e FINOR. O FDNE e o FDA foram criados com o objetivo de promover o financiamento de investimentos em infraestrutura e serviços públicos, e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios nas áreas de atuação das referidas superintendências. Além disso, coordena os Fundos Constitucionais (FNE, FNO e FCO), controlados pelo BNB, pelo BASA e pelo Banco do Brasil. Esses fundos financiam a iniciativa privada e disseminam o crédito agrário.

A despeito dessas iniciativas, no período pós anos 2000 e que ainda vige, programas voltados ao desenvolvimento regional não são exclusividade do Ministério da Integração Nacional. Existem políticas de desenvolvimento territorial em outros ministérios, como, por exemplo, os Consórcios de Desenvolvimento, operados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); e os milhares de Arranjos Produtivos Locais coordenados pelo Ministério da Indústria e do Comércio (MDIC).

No entanto, como demonstrou Senra (2006), a amplitude deste universo de políticas públicas federais orientadas para o desenvolvimento regional esbarra na má coordenação, onde não raramente é possível identificar uma grande quantidade de iniciativas desarticuladas e sobrepostas.

Além das políticas explícitas de desenvolvimento regional supracitadas, no período aqui denominado neodesenvolvimentista, observam-se ainda significativos avanços em políticas dotadas de potencial impacto sobre a estrutura da distribuição pessoal da renda. As mais expressivas e de maior destaque são os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) - do qual o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) são os programas de maior relevância e notoriedade - e a política de recuperação do salário mínimo.

Criado em 1996, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso, com sessenta e cinco anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com situação devidamente comprovada em ambos os casos e que não possuam meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família, além de pertencerem ao grupo de renda mensal familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo vigente (MDS, 2013).

Por sua vez, o programa Bolsa Família é um Programa de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) destinado a apoiar as famílias com renda mensal por

pessoa até R\$ 70, com ou sem crianças e aquelas com renda mensal por pessoa entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00 (cento e quarenta reais), que tenham crianças e adolescentes na sua composição. A manutenção do benefício está condicionada ao cumprimento de exigências ligadas à educação e cuidados básicos com a saúde (MDS, 2013).

Em 2009, essas transferências totalizaram quase 3,2 bilhão de reais em todo país. Desse total, 43,2% era transferido para o Nordeste, 29,5% para o Sudeste, 10,7% para o Norte, 9,4% para o Sul e 7,2% para o Centro-Oeste.

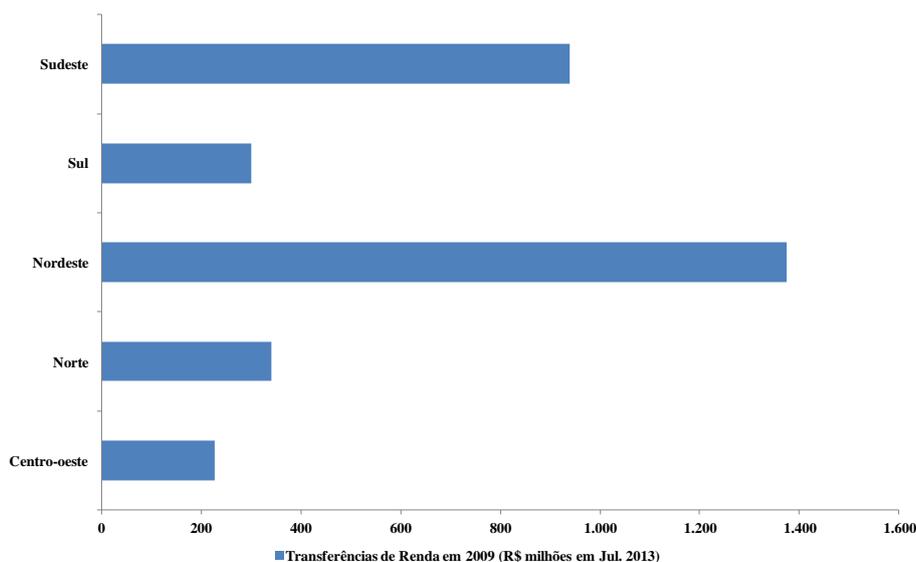


Gráfico 1: Transferências de Renda em 2009, por Região (R\$ milhões em Jul. 2013)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IPEADATA.

Particularmente na região Nordeste, a magnitude dessas transferências e seu efeito multiplicador não podem ser desprezados. Para a região, em 2009, foram transferidos o equivalente a R\$ 1,375 bilhão, valor bastante próximo da massa salarial da indústria nordestina, conforme evidenciado na comparação entre o gráfico 1 e a tabela 21, exposta no fim da seção seguinte. Além de contribuir significativamente para a redução da pobreza e da desigualdade¹⁸, essas transferências também contribuem para o crescimento econômico local. Considerando que, conforme teorizado por Keynes (1983), a propensão marginal a consumir tende a ser mais elevada nas camadas mais pobres da população, provavelmente, a totalidade ou algo muito próximo do valor total dessas transferências de renda é convertido em consumo, principalmente de artigos de

¹⁸ Soares et al (2006; 2007) estima que os Programas de Transferência Condicionada de Renda em conjunto com os Benefícios de Prestação Continuada foram responsáveis por aproximadamente 28% da queda do índice de Gini observada no período 1995-2004. O mesmo percentual de impacto foi encontrado por Hoffmann (2006b), que, no entanto, observa que no Nordeste, as transferências contribuem para quase 66% da redução da desigualdade de renda da região.

primeira necessidade, como alimentos, roupas e serviços. Essas transferências constituem um impulso exógeno e complementar à dinâmica da economia, que contribui para a sustentabilidade de seu crescimento.

Outra fonte de impacto ao crescimento da renda, principalmente após 2004 e de modo provavelmente mais disseminado entre as regiões, foi a política de elevação do salário mínimo real, cuja tendência que pode ser visualizada no gráfico 2.

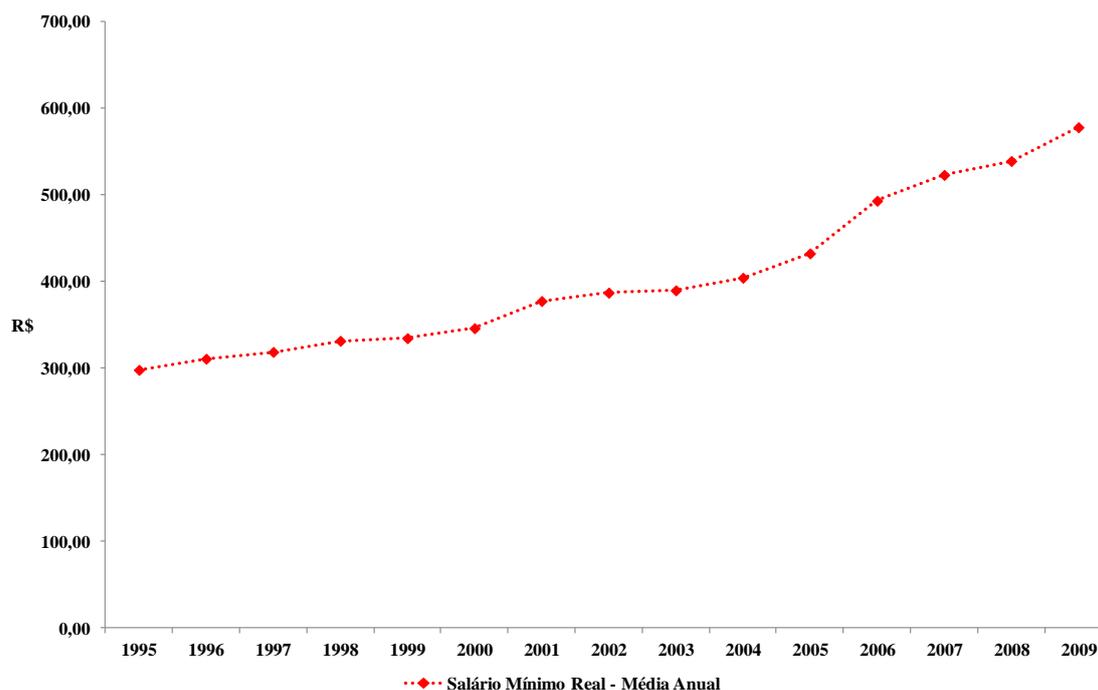


Gráfico 2: Evolução do Salário Mínimo real – média – Brasil - R\$ de jun/2013

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IPEADATA.

Em média, o salário mínimo real avançou 4,8% ao ano, contribuindo significativamente para o crescimento da massa salarial do país e a redução da pobreza e da desigualdade observada no período.

Apesar das falhas de coordenação das políticas de desenvolvimento regional adotadas a partir do ano 2000, muitas delas ainda em curso, a quantidade e a amplitude das mesmas indicam que houve, por parte do Estado brasileiro, a retomada do caráter interventor com o objetivo de promover o desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões. Essas políticas, juntamente com o efeito de caráter mais generalizado e direto das políticas de transferência de renda e de valorização real do salário mínimo, contribuíram para dar um impulso inicial de dinamismo em regiões antes estagnadas,

reduzindo níveis de pobreza e desigualdade internos e melhorando o ambiente de negócios.

O efeito conjunto dessas políticas repercute positivamente sobre “fatores econômicos”, como a renda média e “fatores não econômicos” das regiões, como a redução da precariedade dos sistemas de saúde, educação e transporte e, portanto, na melhoria do ambiente econômico das regiões, sobretudo das mais atrasadas. Assim, essas políticas podem ter reforçado o impulso inicial de um processo de causação circular e acumulativo, conforme preconizado por Myrdal, dado seu efeito substancial e persistente sobre as chamadas “quantidades econômicas inter-relacionadas”: *poder aquisitivo, rendas e demanda* num primeiro momento e, posteriormente, *investimento e produção*. Desse modo, este também pode ter sido um dos determinantes que contribuiu para a modificação do padrão regional da atividade econômica no país, conforme discutido na subseção seguinte.

3.4 Padrões recentes de localização industrial no Brasil: Modificações entre 1995 e 2009

A tabela 4 mostra a evolução da distribuição espacial do PIB do Brasil entre suas regiões e unidades federativas desde o período analisado pela literatura empírica nacional (1970-1995) até o período sobre o qual este estudo se concentra (1995-2009). De acordo com estas informações, há um evidente movimento de desconcentração da atividade produtiva, em magnitude bastante próxima do que ocorreu no país no período compreendido entre a década de 1970 e meados da década de 1980, conforme constatado e amplamente analisado por Cano (1998), Pacheco (1996 e 1999), Guimarães Neto (1995 e 1997) e Diniz (1993), dentre outros.

Tabela 4: Participação no PIB do Brasil, por Região e Estado, 1970-2009

Regiões	Participação no PIB do Brasil (%)					Variações Absolutas		
	1970	1985	1995	2000	2009	1985-1970	1995-1985	2009 - 1995
CENTRO-OESTE	3,9	4,8	6,0	7,0	9,6	0,9	1,2	3,6
Distrito Federal	1,3	1,4	2,0	2,7	4,1	0,1	0,7	2,0
Goiás	1,5	1,8	1,8	2,0	2,6	0,3	0,0	0,8
Mato Grosso do Sul	0,0	0,9	1,1	1,1	1,1	0,9	0,1	0,0
Mato Grosso	1,1	0,7	1,0	1,2	1,8	-0,4	0,3	0,8
NORTE	2,2	3,8	4,6	4,6	5,0	1,7	0,8	0,4
Acre	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,1
Amazonas	0,7	1,5	1,7	1,7	1,5	0,8	0,2	-0,2
Amapá	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0
Pará	1,1	1,5	1,9	1,7	1,8	0,4	0,3	-0,1
Rondônia	0,1	0,5	0,5	0,5	0,6	0,4	0,0	0,2
Roraima	0,0	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,0	0,1
Tocantins	0,0	0,0	0,2	0,2	0,4	0,0	0,2	0,3
NORDESTE	11,7	14,1	12,8	13,1	13,5	2,4	-1,3	0,7
Alagoas	0,7	0,9	0,6	0,6	0,7	0,2	-0,2	0,0
Bahia	3,8	5,4	4,1	4,4	4,2	1,5	-1,2	0,1
Ceará	1,4	1,7	1,9	1,9	2,0	0,3	0,2	0,1
Maranhão	0,8	0,7	0,8	0,8	1,2	-0,1	0,0	0,4
Paráíba	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9	0,0	0,1	0,1
Pernambuco	2,9	2,6	2,7	2,6	2,4	-0,3	0,1	-0,3
Piauí	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,0	0,1	0,1
Rio Grande do Norte	0,5	0,8	0,7	0,8	0,9	0,2	0,0	0,1
Sergipe	0,4	0,9	0,5	0,5	0,6	0,5	-0,4	0,1
SUL	16,7	17,1	17,9	17,6	16,5	0,4	0,8	-1,4
Paraná	5,4	5,9	5,9	6,0	5,9	0,5	0,0	-0,1
Rio Grande do Sul	8,6	7,9	8,3	7,7	6,7	-0,7	0,4	-1,6
Santa Catarina	2,7	3,3	3,6	3,9	4,0	0,6	0,3	0,4
SUDESTE	65,5	60,2	58,7	57,8	55,3	-5,4	-1,4	-3,4
Espírito Santo	1,2	1,7	2,0	2,0	2,1	0,5	0,3	0,1
Minas Gerais	8,3	9,6	9,7	9,6	8,9	1,3	0,1	-0,9
Rio de Janeiro	16,7	12,7	11,5	12,5	10,9	-4,0	-1,2	-0,6
São Paulo	39,4	36,1	35,5	33,7	33,5	-3,3	-0,7	-2,0
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IPEADATA

A par da semelhança em termos de magnitude, há uma diferença de direção. Em 1970-1985, a desconcentração partia fundamentalmente do Sudeste em direção às demais regiões e, de modo mais incisivo para o Nordeste e o Norte do país. Após 1995, a desconcentração partiu do Sudeste e, em menor escala, do Sul do país em direção às demais regiões, principalmente rumo ao Centro-Oeste.

O aumento de 3,6% da participação do Centro-Oeste no PIB nacional foi capitaneado pelo incremento do Distrito Federal (+2,0), seguido de Goiás e Mato Grosso (0,8% cada). No Norte, as variações foram, em geral, pequenas em relação ao contexto nacional, embora elas repercutam mudanças significativas no contexto intrarregional, conforme demonstrado um pouco mais adiante neste trabalho. Agregadas, essas variações elevaram em 0,4% a participação da região Norte no PIB

nacional. De modo semelhante, o ganho de participação de 0,7% no PIB brasileiro para a região Nordeste foi resultado de incrementos quase generalizados e de magnitude próxima entre as UFs, destacando-se o crescimento do Maranhão (+0,4%) e o declínio de Pernambuco (-0,3%). No Sul, pode-se atribuir a perda de participação ao declínio do Rio Grande do Sul (-1,6%), parcialmente compensado pelo crescimento de Santa Catarina (+0,4%). No Sudeste, observam-se perdas em todos os estados, exceto no Espírito Santo. O declínio foi concentrado no estado de São Paulo (-2,0%) e acompanhado por Minas Gerais e Rio de Janeiro (-0,9% e -0,6%, respectivamente).

Para uma melhor visualização, foram plotadas no gráfico 3 as variações absolutas na participação no PIB brasileiro para as cinco regiões nos três períodos de análise. Observa-se o crescimento contínuo do Centro-Oeste, arrefecimento do ritmo de crescimento da região Norte, a retomada do crescimento do Nordeste, a interrupção da trajetória de crescimento do Sul e a nova intensificação do declínio da região Sudeste. Assim, nota-se para o período mais recente a presença de um movimento de desconcentração da atividade produtiva, com intensidade semelhante à observada na década de 1970, porém, fortemente direcionada à região Centro-Oeste e em detrimento não apenas do Sudeste, mas também da região Sul, apesar do processo ser menos intenso nesta última.

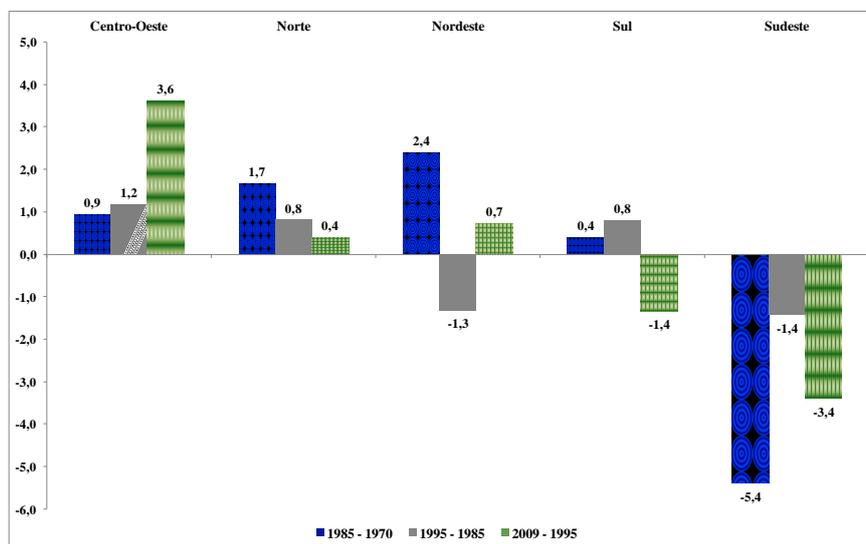


Gráfico 3: Variações absolutas da participação das regiões no PIB do Brasil

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Tabela 5.

Há, portanto, uma continuidade do processo de desconcentração da atividade produtiva após 1995, com declínio da participação do Sudeste, majoritariamente a favor

do Centro-Oeste e, de modo mais tímido, em prol das regiões Nordeste e Norte. Isto pode ser visualizado no gráfico 4, construído mediante utilização de médias móveis trienais¹⁹, para amenizar possíveis distorções decorrentes de eventuais oscilações bruscas ocorridas nos anos-chave considerados na literatura e no presente estudo, como os de 1970, 1985, 1995 e 2009.

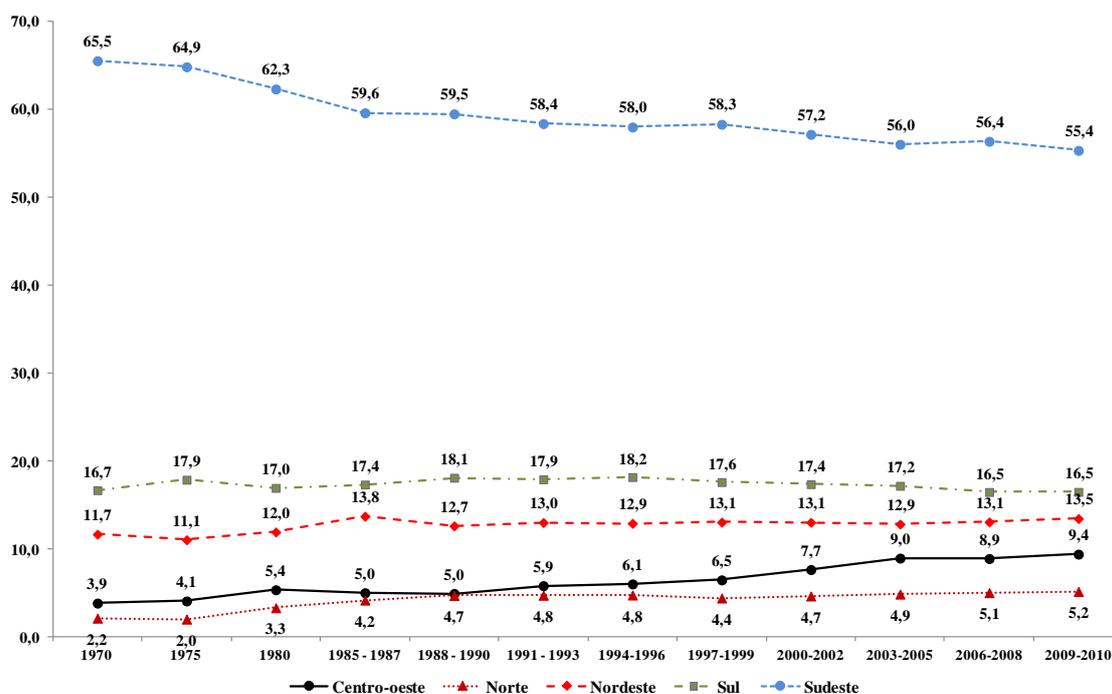


Gráfico 4: Médias móveis da Participação das regiões no PIB do Brasil

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IPEADATA.

De modo similar, os dados relativos à participação das regiões no total do emprego formal do país também apontam desconcentração, na medida em que se observa o declínio do Sudeste e o incremento da participação das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, conforme explícito na tabela 5 e no gráfico 5, que mostram a distribuição do emprego formal entre as regiões e estados brasileiros.

Segundo essas informações, no período 1995-2009 existiram ligeiras modificações na distribuição do emprego entre as regiões. Houve desconcentração relativa do emprego formal, embora a taxas pequenas. Com efeito, o Sudeste perdeu 4,7% da participação do estoque total de empregos no país, ao passo que as regiões

¹⁹ Exceto para os anos 1970, 1975 e 1980, onde se utilizou os resultados dos respectivos anos, pela indisponibilidade de dados e para o período 2009-2010, onde se utilizou a média dos resultados desses dois anos.

Nordeste, Norte e Centro-Oeste aumentaram suas participações (1,9%, 1,5% e 1,4% do total de empregos formais no país, respectivamente). A região Sul manteve praticamente constante sua participação relativa no emprego formal.

Assim, em consonância com os dados de participação regional no PIB, as informações acerca da participação regional dos empregos totais também indicam no período assinalado a tendência à desconcentração. Existem ganhos relativos de todas as regiões, exceto o Sudeste, que teve sua participação reduzida no total de empregos industriais do país e o Sul, que praticamente manteve sua participação relativa.

Tabela 5: Estoque de Empregos - Participação em relação ao Brasil (%) - por Região e Estado, 1995-2009 *

Regiões	Estoque de Empregos - Participação em relação ao Brasil (%)			Estoque de Empregos - Participação em relação à Região (%)		
	1995	2000	2009	1995	2000	2009
CENTRO-OESTE	6,9	8,0	8,3	100,0	100,0	100,0
Distrito Federal	2,66	3,09	2,58	38,84	38,82	31,08
Goiás	2,14	2,53	2,93	31,23	31,75	35,39
Mato Grosso do Sul	1,08	1,14	1,27	15,72	14,33	15,32
Mato Grosso	0,98	1,20	1,51	14,21	15,09	18,21
NORTE	3,8	4,2	5,3	100,0	100,0	100,0
Acre	0,20	0,23	0,26	5,35	5,62	4,84
Amazonas	1,00	0,95	1,24	26,37	22,79	23,26
Amapá	0,13	0,18	0,26	3,47	4,34	4,83
Pará	1,64	1,75	2,11	43,13	41,91	39,74
Rondônia	0,50	0,56	0,72	13,26	13,52	13,55
Roraima	0,09	0,09	0,18	2,38	2,14	3,37
Tocantins	0,23	0,40	0,55	6,06	9,69	10,42
NORDESTE	16,1	16,7	18,0	100,0	100,0	100,0
Alagoas	1,15	1,04	1,08	7,17	6,22	6,01
Bahia	3,98	4,49	4,85	24,69	26,91	26,94
Ceará	2,50	2,64	3,00	15,51	15,80	16,66
Maranhão	1,03	1,09	1,36	6,40	6,51	7,58
Paraíba	1,29	1,29	1,32	8,03	7,75	7,32
Pernambuco	3,45	3,37	3,40	21,40	20,18	18,86
Piauí	0,76	0,78	0,85	4,73	4,70	4,74
Rio Grande do Norte	1,20	1,20	1,31	7,43	7,21	7,26
Sergipe	0,75	0,79	0,83	4,64	4,71	4,64
SUL	17,3	17,6	17,2	100,0	100,0	100,0
Paraná	6,19	6,30	6,40	35,68	35,75	37,27
Rio Grande do Sul	7,31	7,22	6,32	42,14	40,95	36,76
Santa Catarina	3,85	4,11	4,46	22,19	23,31	25,97
SUDESTE	55,9	53,5	51,2	100,0	100,0	100,0
Espírito Santo	1,78	1,80	1,98	3,18	3,36	3,87
Minas Gerais	10,28	10,69	10,56	18,38	19,96	20,62
Rio de Janeiro	11,28	10,36	9,35	20,18	19,36	18,25
São Paulo	32,57	30,69	29,31	58,26	57,32	57,25
BRASIL	100,0	100,0	100,0	-	-	-

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

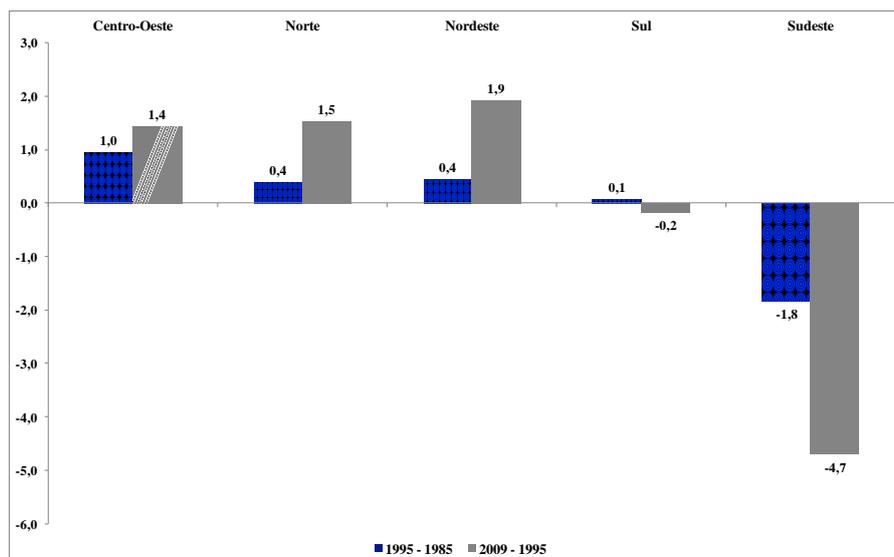


Gráfico 5: Variações absolutas da participação das regiões no Emprego Formal do Brasil

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da Tabela 5.

A par desta desconcentração, nota-se nas regiões e no país como um todo um movimento generalizado de declínio da participação da indústria no valor adicionado do Produto Interno Bruto. Conforme mostra o quadro 2, essa tendência se intensifica a partir do início da década de 2000.

Brasil	Setor	Brasil				
		1970	1985	1995	2000	2009
	Agropecuária	12,5	11,2	8,5	7,5	5,6
	Indústria	30,6	43,8	37,2	40,3	26,9
	Serviços	56,8	45,0	54,3	52,3	67,5
	Total	100	100	100	100	100
Centro-Oeste	Setor	Centro Oeste				
		1970	1985	1995	2000	2009
	Agropecuária	24,0	14,1	12,6	13,6	11,2
	Indústria	7,0	15,2	17,4	18,8	15,5
	Serviços	69,0	70,7	70,0	67,7	73,3
Total	100	100	100	100	100	
Norte	Setor	Norte				
		1970	1985	1995	2000	2009
	Agropecuária	23,6	18,1	16,0	12,5	10,6
	Indústria	15,1	41,4	37,8	39,2	28,7
	Serviços	61,3	40,4	46,2	48,3	60,7
Total	100	100	100	100	100	
Nordeste	Setor	Nordeste				
		1970	1985	1995	2000	2009
	Agropecuária	22,4	17,0	12,8	9,4	7,4
	Indústria	18,3	38,8	31,9	35,6	23,7
	Serviços	59,3	44,2	55,3	55,0	68,9
Total	100	100	100	100	100	
Sul	Setor	Sul				
		1970	1985	1995	2000	2009
	Agropecuária	25,1	19,7	12,7	12,9	8,7
	Indústria	21,9	40,0	39,7	42,7	29,7
	Serviços	53,0	40,3	47,6	44,3	61,6
Total	100	100	100	100	100	
Sudeste	Setor	Sudeste				
		1970	1985	1995	2000	2009
	Agropecuária	6,5	6,9	5,3	4,2	2,8
	Indústria	37,0	48,9	39,8	43,3	28,7
	Serviços	56,5	44,2	55,0	52,4	68,5
Total	100	100	100	100	100	

Quadro 2: Participação dos Setores no PIB – Valor Adicionado, Brasil e regiões

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IPEADATA.

De acordo com Rowthorn e Ramaswamy (1999), o próprio processo de desenvolvimento econômico implica, em algum momento, a ocorrência do fenômeno da desindustrialização. Isso porque, segundo esses autores, a desindustrialização possui duas causas internas: a mudança na relação entre a elasticidade-renda da demanda por produtos manufaturados e serviços e o crescimento mais rápido da produtividade na indústria em relação à produtividade no setor de serviços. A elasticidade-renda da demanda de serviços tende a aumentar com o desenvolvimento econômico, superando a elasticidade renda da demanda por bens manufaturados. Desse modo, o avanço do desenvolvimento econômico implicará em aumento da participação dos serviços no PIB e, a partir de um determinado nível de renda per capita, em uma redução da participação da indústria no PIB. Adicionalmente, em geral, a produtividade do trabalho na indústria cresce mais de forma mais rápida do que no setor de serviços, de modo que a participação do emprego industrial provavelmente inicie seu processo de declínio antes da queda da participação da indústria no valor adicionado.

Contudo, este trabalho parte do entendimento de que a indústria ainda se constitui o setor que exerce a função fundamental de atração de investimentos e de espraiamento dos mesmos junto aos outros setores da economia, através do fenômeno denominado por Perroux (1977) de polarização pelas rendas, que consiste no efeito da instalação de uma indústria motriz sobre o funcionamento das atividades polarizadas em termos da criação de emprego e renda na economia local.

Em outras palavras, entende-se aqui que o setor industrial ainda é responsável por dinamizar regiões, mediante a aglomeração de empresas, tanto industriais quanto comerciais e prestadoras de serviços, atraídas pela oportunidade de aproveitar o dinamismo resultante da aglomeração inicial. Nesse sentido, o foco deste trabalho recai sobre o estudo do padrão da localização da atividade industrial no país após 1995 e sobre a análise de seus determinantes.

3.4.1 Modificações na Distribuição Regional do PIB Industrial

Ao longo do período 1995-2009, o PIB Industrial do país cresceu, em média, o equivalente a 0,4% a.a., puxado pelo bom desempenho da indústria do Centro-Oeste, cuja taxa anual de crescimento, de 4,9% a.a., foi mais de 11 vezes superior à média nacional. Nesta região, cabe ressaltar, todos os estados apresentaram incrementos

positivos e superiores à média. Fora o Mato Grosso do Sul, cujo crescimento médio foi de 1,7% a.a., todos os demais estados incrementaram sua produção industrial a taxas acima de 5% a.a.. As regiões Norte e Nordeste também apresentaram crescimento acima da média nacional. Isso pode ser observado na tabela 6, que mostra a distribuição do PIB Industrial do Brasil por suas Regiões e Unidades Federativas ao longo do referido período.

Na região Norte, cuja variação média foi de 1,4% a.a., observa-se que as maiores taxas de crescimento ocorreram nos estados que, no início do período, detinham menor porte industrial, como Tocantins (+ 20,0% a.a.), Roraima (+ 7,0% a.a.) e Amapá (+4,9% a.a.). Amazonas e Pará, os mais importantes em termos de participação da produção industrial total da região tiveram dinâmicas diferenciadas, o primeiro apresentando recessão média anual de 0,3% a.a. e o segundo incrementando sua produção em médios 2,2% a.a..

Tabela 6: Distribuição do PIB Industrial do Brasil, por Região e Estado, 1995-2009 (em R\$ milhões de 2000)

Regiões	PIB Industrial			Varição Relativa (%)	Varição Absoluta	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	10.462	13.747	20.527	96,2	10.065	4,9
Distrito Federal	1.803	2.081	3.698	105,1	1.895	5,3
Goiás	4.353	6.421	9.856	126,4	5.503	6,0
Mato Grosso do Sul	2.213	2.624	2.789	26,0	576	1,7
Mato Grosso	2.093	2.621	4.184	99,9	2.091	5,1
NORTE	15.894	18.463	19.343	21,7	3.450	1,4
Acre	290	329	416	43,4	126	2,6
Amazonas	8.747	10.618	8.363	-4,4	-385	-0,3
Amapá	158	163	307	94,4	149	4,9
Pará	5.476	5.517	7.395	35,0	1.919	2,2
Rondônia	985	1.297	1.075	9,2	90	0,6
Roraima	122	85	316	159,3	194	7,0
Tocantins	115	456	1.471	1.178,0	1.356	20,0
NORDESTE	37.463	47.367	44.333	18,3	6.869	1,2
Alagoas	1.595	1.903	1.896	18,8	300	1,2
Bahia	13.408	18.248	16.815	25,4	3.408	1,6
Ceará	6.166	7.258	6.867	11,4	701	0,8
Maranhão	1.433	2.033	2.674	86,6	1.241	4,6
Paraíba	1.934	2.579	2.768	43,2	834	2,6
Pernambuco	7.966	8.435	7.145	-10,3	-821	-0,8
Piauí	988	1.290	1.394	41,2	407	2,5
Rio Grande do Norte	2.256	3.578	2.376	5,3	120	0,4
Sergipe	1.719	2.043	2.397	39,5	678	2,4
SUL	65.338	76.998	67.244	2,9	1.906	0,2
Paraná	22.571	25.232	22.628	0,3	57	0,0
Rio Grande do Sul	28.207	32.684	26.644	-5,5	-1.563	-0,4
Santa Catarina	14.560	19.082	17.971	23,4	3.412	1,5
SUDESTE	213.306	254.625	210.594	-1,3	-2.712	-0,1
Espírito Santo	5.883	6.838	7.789	32,4	1.905	2,0
Minas Gerais	34.739	42.847	36.618	5,4	1.878	0,4
Rio de Janeiro	34.827	59.499	38.365	10,2	3.538	0,7
São Paulo	137.856	145.441	127.823	-7,3	-10.033	-0,5
BRASIL	342.463	411.201	362.040	5,7	19.577	0,4

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IPEADATA.

No Nordeste, cujo crescimento médio anual (+ 1,2% a.a.) foi o triplo da média nacional, Pernambuco foi o único estado a reduzir a produção industrial no período, em média, - 0,8% a.a.. Nos demais estados, os incrementos médios anuais variaram de + 0,4% a.a. no Rio Grande do Norte até + 4,6% no Maranhão.

No Sul, apenas Santa Catarina incrementou o PIB Industrial no período (+1,5% a.a., em média), ao passo que no Paraná o nível de produção ficou praticamente estagnado e, no Rio Grande do Sul, houve recessão média de 0,4% a.a.

O Sudeste, única região a reduzir o nível de produção industrial (- 0,1% a.a.), teve seu resultado determinado pela redução média de 0,5% a.a do PIB Industrial de São Paulo. Nos demais estados, o crescimento médio variou de + 0,4% a.a. em Minas Gerais a + 2,0% a.a. no Espírito Santo.

Assim, de modo geral, não foi observado nas regiões o estabelecimento de “ilhas de prosperidade”, utilizando o termo cunhado por Pacheco (1996) para descrever a situação em que o crescimento de certa região era determinado pelo dinamismo isolado e não integrado de poucos estados. Ao contrário, em todas as regiões, observa-se o crescimento da quase totalidade das Unidades Federativas que as compõe e o maior dinamismo dos estados de menor porte industrial.

Com efeito, 51,4% do crescimento do PIB Industrial do país foram provenientes da indústria do Centro-Oeste. Deste número, mais da metade do valor adicionado ao PIB pela indústria na região foi proveniente do estado de Goiás, que agregou o equivalente a 28,1% do incremento total no PIB Industrial do Brasil. Mato Grosso e Distrito Federal também agregaram importantes fatias do aumento total, 10,7% e 9,7%, respectivamente. Nesse sentido, observa-se nitidamente que o Centro-Oeste foi a região que mais contribuiu, tanto em termos absolutos quanto relativos para o crescimento da produção industrial do país no período. Os dados da tabela 8, que apresenta a participação de cada região e estado na variação do PIB Industrial do país entre os anos de 1995 e 2009, evidenciam esse dinamismo.

Boa parte da prosperidade da região se deve ao crescimento industrial em pelo menos três focos de dinamismo. Em Rondonópolis, cidade do interior do Mato Grosso localizada a 217 km de Cuiabá, desenvolveu-se o principal polo agroindustrial do estado, a partir de sua tradicional e significativa produção de soja. Assim como ocorre em Rondonópolis, de modo geral, a industrialização do Centro-Oeste ainda está associada ao setor agropecuário. No entanto, o que se verifica é que vem ocorrendo uma

diversificação dos setores industriais a partir da base agropecuária da região. O crescimento da indústria automobilística, farmacêutica, e sucroalcooleira são alguns exemplos dessa diversificação.

Outro exemplo está localizado no interior do Mato Grosso do Sul. Com 105 mil habitantes e situado a 340 quilômetros da capital, o município de Três Lagoas tem em sua localização privilegiada o grande trunfo para atrair indústrias e emergir como um importante polo de produção de celulose e papel. De acordo com a Revista Exame (2012), além de estar localizado nas proximidades de uma floresta de eucaliptos, o município conta com a vantagem de poder oferecer três alternativas de escoamento, uma vez que, além de possuir estação ferroviária e de estar situada às margens do Rio Paraná, oferecendo assim a opção de escoamento pela hidrovia Tietê-Paraná, a cidade fica ao lado da rodovia Marechal Rondon, que viabiliza o acesso às melhores estradas de São Paulo e, portanto, ao mais relevante mercado consumidor do país. Desse modo, essas vantagens em termos de recursos naturais e localização têm determinado a aglomeração de indústrias (como a sucroalcooleira) nesses estados e, portanto, na região.

**Tabela7: Variação Absoluta do PIB Industrial do Brasil, por Região e Estado, 1995-2009
(em R\$ milhões de 2000)***

Regiões	Variação Absoluta do PIB Industrial	Participação na Variação Total do País (%)
	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	10.065	51,4
Distrito Federal	1.895	9,7
Goiás	5.503	28,1
Mato Grosso do Sul	576	2,9
Mato Grosso	2.091	10,7
NORTE	3.450	17,6
Acre	126	0,6
Amazonas	-385	-2,0
Amapá	149	0,8
Pará	1.919	9,8
Rondônia	90	0,5
Roraima	194	1,0
Tocantins	1.356	6,9
NORDESTE	6.869	35,1
Alagoas	300	1,5
Bahia	3.408	17,4
Ceará	701	3,6
Maranhão	1.241	6,3
Paraíba	834	4,3
Pernambuco	-821	-4,2
Piauí	407	2,1
Rio Grande do Norte	120	0,6
Sergipe	678	3,5
SUL	1.906	9,7
Paraná	57	0,3
Rio Grande do Sul	-1.563	-8,0
Santa Catarina	3.412	17,4
SUDESTE	-2.712	-13,9
Espírito Santo	1.905	9,7
Minas Gerais	1.878	9,6
Rio de Janeiro	3.538	18,1
São Paulo	-10.033	-51,2
BRASIL	19.577	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IPEADATA.

A segunda região que mais agregou valor ao PIB Industrial do país no período considerado foi o Nordeste. Do total agregado, 35,1% foi proveniente desta região. A Bahia comandou o processo contribuindo com 17,4% da variação total observada para o país. Além da ampliação do polo petroquímico já existente desde a década de 1970, o estado foi favorecido pelo efeito multiplicador decorrente da implantação da Ford Nordeste, um complexo industrial inaugurado no final de 2001 e capitaneado pela referida montadora, com capacidade instalada de produção de cerca de 250 mil veículos por ano. De acordo com dados de 2009 da própria montadora, a empresa, em conjunto com seus fornecedores instalados no complexo, empregava aproximadamente 8.400 pessoas naquele ano.

No Ceará, houve expansão da indústria têxtil, principalmente por conta da concessão de incentivos fiscais e pelos baixos custos salariais em relação a outras regiões do país e a implantação do Porto de PECÉM, que abrigará uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE), onde serão instaladas uma siderúrgica e uma refinaria de petróleo (DINIZ e BASQUES, 2004).

Pernambuco foi o único estado da região que contribuiu negativamente para o resultado nacional. No entanto, há perspectivas bastante otimistas de avanço da indústria pernambucana, por conta da articulação proporcionada pela implantação do Porto de Suape, da indústria naval e da maturação dos investimentos associados à construção da Refinaria do Nordeste (Rnest) ou Refinaria Abreu e Lima e da Companhia Siderúrgica Suape (CSS), prevista para entrar em operação em 2014. A implantação da CSS introduzirá de um novo setor na matriz econômica do estado e sua produção atenderá a demanda nordestina por aço em segmentos como construção civil, linha branca (produção de fogões e geladeiras), máquinas e equipamentos, indústria naval e automobilística. Outro projeto futuro de grande repercussão na economia pernambucana será a implantação da montadora da Fiat no município de Goiana, prevista para entrar em funcionamento em 2015.

A região Norte, apesar da pequena participação no PIB Industrial do país, foi a terceira região que mais contribuiu para o crescimento do mesmo no período, responsável por 17,6% do aumento líquido desta variável. Contudo, este resultado foi puxado pelo desempenho dos estados do Pará (+9,8% do incremento total) e Tocantins (+ 6,9%). O Amazonas, por sua vez, foi o único estado da região a não contribuir positivamente para o resultado nacional, uma vez que apresentou redução do nível da produção industrial ao longo do período de tempo considerado.

A região Sul participou com 9,7% do crescimento líquido total do PIB da indústria brasileira observado entre 1995 e 2009. Contudo, esse percentual poderia ter sido significativamente maior, não fosse a redução do nível de produção industrial do Rio Grande do Sul no espaço de tempo em análise. Nesse sentido, diante da manutenção dos níveis de produção no Paraná, o estado de Santa Catarina foi o grande responsável por assegurar o resultado positivo da região, tendo incrementado seu PIB Industrial em um montante equivalente 17,4% do crescimento líquido total desta variável para o país.

Já no Sudeste, os aumentos registrados na produção da indústria no Rio de Janeiro (equivalente a + 18,1% do crescimento total do PIB Industrial nacional), no Espírito Santo (+ 9,7%) e em Minas Gerais (+9,6%), não foram suficientes para

compensar a redução do valor adicionado pela indústria paulista, de modo que a região, no agregado, foi a única dentre as cinco a apresentar redução do nível de produção industrial.

A dinâmica diferenciada dos estados e regiões influencia diretamente nas alterações na participação desses recortes geográficos no PIB Industrial do Brasil, bem como a participação de cada estado no PIB Industrial de sua respectiva região. A fim de observar a dinâmica regional da indústria em todo o período coberto pela literatura e o que ocorreu após ele, a tabela 8 exibe essas participações para anos selecionados entre 1970 e 2009.

Tabela 8: Participação no PIB Industrial do Brasil e das Regiões, por Região e Estado, 1970-2009

Regiões	Participação no PIB Industrial do Brasil (%)					Participação no PIB Industrial da Região (%)				
	1970	1985	1995	2000	2009	1970	1985	1995	2000	2009
CENTRO-OESTE	0,89	2,09	3,06	3,34	5,67	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Distrito Federal	0,11	0,35	0,53	0,51	1,02	12,4	16,6	17,2	15,1	18,0
Goiás	0,46	1,08	1,27	1,56	2,72	51,6	51,5	41,6	46,7	48,0
Mato Grosso do Sul	0,00	0,36	0,65	0,64	0,77	0,0	17,3	21,2	19,1	13,6
Mato Grosso	0,32	0,30	0,61	0,64	1,16	36,0	14,6	20,0	19,1	20,4
NORTE	1,07	3,42	4,64	4,49	5,34	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acre	0,01	0,05	0,08	0,08	0,12	1,1	1,5	1,8	1,8	2,2
Amazonas	0,35	1,94	2,55	2,58	2,31	32,6	56,8	55,0	57,5	43,2
Amapá	0,22	0,06	0,05	0,04	0,08	20,2	1,8	1,0	0,9	1,6
Pará	0,44	1,01	1,60	1,34	2,04	41,7	29,7	34,5	29,9	38,2
Rondônia	0,04	0,33	0,29	0,32	0,30	4,0	9,6	6,2	7,0	5,6
Roraima	0,00	0,02	0,04	0,02	0,09	0,4	0,6	0,8	0,5	1,6
Tocantins	0,00	0,00	0,03	0,11	0,41	0,0	0,0	0,7	2,5	7,6
NORDESTE	7,01	11,90	10,94	11,52	12,25	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Alagoas	0,37	0,48	0,47	0,46	0,52	5,3	4,1	4,3	4,0	4,3
Bahia	2,47	4,90	3,92	4,44	4,64	35,2	41,2	35,8	38,5	37,9
Ceará	0,78	1,39	1,80	1,77	1,90	11,1	11,7	16,5	15,3	15,5
Maranhão	0,23	0,31	0,42	0,49	0,74	3,2	2,6	3,8	4,3	6,0
Paraíba	0,34	0,43	0,56	0,63	0,76	4,9	3,6	5,2	5,4	6,2
Pernambuco	2,08	1,95	2,33	2,05	1,97	29,7	16,4	21,3	17,8	16,1
Piauí	0,08	0,17	0,29	0,31	0,39	1,2	1,5	2,6	2,7	3,1
Rio Grande do Norte	0,29	0,88	0,66	0,87	0,66	4,2	7,4	6,0	7,6	5,4
Sergipe	0,36	1,37	0,50	0,50	0,66	5,2	11,5	4,6	4,3	5,4
SUL	11,95	15,15	19,08	18,73	18,57	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Paraná	2,99	4,82	6,59	6,14	6,25	25,0	31,8	34,5	32,8	33,7
Rio Grande do Sul	6,29	7,00	8,24	7,95	7,36	52,7	46,2	43,2	42,4	39,6
Santa Catarina	2,67	3,32	4,25	4,64	4,96	22,3	21,9	22,3	24,8	26,7
SUDESTE	79,09	67,45	62,29	61,92	58,17	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Espírito Santo	0,51	1,41	1,72	1,66	2,15	0,6	2,1	2,8	2,7	3,7
Minas Gerais	6,87	9,25	10,14	10,42	10,11	8,7	13,7	16,3	16,8	17,4
Rio de Janeiro	15,26	13,21	10,17	14,47	10,60	19,3	19,6	16,3	23,4	18,2
São Paulo	56,45	43,58	40,25	35,37	35,31	71,4	64,6	64,6	57,1	60,7
BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IPEADATA

Assim, contrariando de certo modo as perspectivas indicadas em Diniz (1993), que apontava a tendência de concentração da atividade industrial em torno de um polígono formado por cidades de grande e médio porte das regiões sudeste e sul, e, principalmente, em Cano (1998), que advertia quanto ao risco de reconcentração em torno da Região Sudeste e da Região Sul subsidiariamente, após 1995, os dados relacionados às participações relativas do produto industrial indicam um movimento de desconcentração da referida atividade, na medida em que se observa a continuidade do declínio da participação das regiões Sudeste (- 4,12% do PIB Industrial do Brasil) e Sul (- 0,51%), a favor das demais regiões.

Esse movimento geral de desconcentração da atividade industrial pode ser bem visualizado através das Razões de Concentração (CR_k , $k = 1, 2$ ou 3), expostas na tabela 9, que indicam, no caso do Brasil, a proporção das k regiões com maior participação no PIB Industrial do país. Como pode ser visto, as Razões de Concentração calculadas para o Brasil mostram que houve, no período considerado, desconcentração em nível regional do Produto Interno Bruto Industrial, na medida em que se observa a redução da participação das regiões com maior peso relativo sobre o Produto Industrial do país.

Contudo, em vez desse movimento ser majoritariamente direcionado à Região Sul, como no período 1985-1995, após 1995 ele se dá com mais força em direção à Região Centro Oeste, que aumenta em 2,61% sua participação no PIB Industrial brasileiro. As regiões Nordeste (+ 1,31%) e Norte (+ 0,70%) também acresceram suas participações, embora a um ritmo inferior ao do Centro Oeste. A Região Sul perdeu 0,51% de participação no PIB Industrial nacional, uma interrupção do crescimento relativo observado continuamente desde a década de 1970.

Tabela 9: Razão de Concentração (CR) do PIB Industrial, Brasil e Regiões, 1995-2009

Região	1995			2000			2009			Variação relativa 2009/1995 (%)		
	CR1	CR2	CR3	CR1	CR2	CR3	CR1	CR2	CR3	CR1	CR2	CR3
Centro-Oeste	0,42	0,63	0,83	0,47	0,66	0,85	0,48	0,68	0,86	15,4	9,0	4,4
Norte	0,55	0,89	0,96	0,58	0,87	0,94	0,43	0,81	0,89	-21,4	-9,0	-6,9
Nordeste	0,36	0,57	0,74	0,39	0,56	0,72	0,38	0,54	0,70	6,0	-5,3	-5,4
Sul	0,43	0,78	-	0,42	0,75	-	0,40	0,73	-	-8,2	-5,7	-
Sudeste	0,65	0,81	0,97	0,57	0,80	0,97	0,61	0,79	0,96	-6,1	-2,5	-1,0
Brasil	0,62	0,81	0,92	0,62	0,81	0,92	0,58	0,77	0,89	-6,6	-5,7	-3,6

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IPEADATA, expostos na tabela 8.

Com efeito, a participação das duas regiões com maior peso relativo no PIB Industrial nacional, Sudeste e Sul, medida pelo CR_2 , foi reduzida em 5,7% entre 1995 e 2009, indicando a redução da disparidade inter-regional da atividade industrial no país.

Assim como no período passado (1985-1995), a retração do sudeste foi determinada pela redução da participação relativa de São Paulo (de 40,25% em 1995 para 35,37% em 2000 e 35,31% em 2009). O Rio de Janeiro, que vinha perdendo participação em todos os anos tomados como comparação, teve modesta elevação em sua participação, de 0,43% entre 1995 e 2009, mesmo incremento do Espírito Santo, o que contribuiu para o avanço em termos da equidade *intrarregional*, confirmada pelas Razões de Concentração, que apontam, por exemplo, a redução da participação relativa dos dois Estados com maior peso no PIB Industrial da Região, medida pelo CR_2 (-2,5% entre 1995 e 2009), sendo a redução da participação relativa de São Paulo o principal determinante deste processo.

Na Região Sul, a perda de participação no mesmo período foi determinada pela retração observada no Paraná (-0,34% do PIB Industrial do país) e do Rio Grande do Sul (-0,88%). Em sentido oposto, entre 1995 e 2009, Santa Catarina elevou, em níveis absolutos, sua participação relativa no PIB Industrial em 0,71%. Nesse sentido, identificou-se um quadro de maior equidade intrarregional, com redução da participação relativa das duas UFs com maior peso relativo no PIB Industrial da região (queda de 5,7% do CR_2 entre 1995 e 2009) e avanço do Estado de Santa Catarina. No plano inter-regional, a redução da participação da região sul rompe com a trajetória de crescimento relativo, observada continuamente desde a década de 1970.

Na Região Nordeste, a Bahia destacou-se no período, elevando sua participação no PIB Industrial brasileiro de 3,92% em 1995 para 4,64% em 2009, o que contribuiu para ampliar ainda mais a sua relevância no plano intrarregional. Também o Maranhão elevou significativamente sua participação do PIB Industrial da região, de 3,8% do PIB Industrial regional em 1995 para 6,0% em 2009. Pernambuco e Ceará, duas das três principais economias industriais nordestinas, reduziram suas participações relativas no PIB Industrial da região em 5,1% e 1,0%, respectivamente e em níveis absolutos. Como fica evidente ao se observar a queda do CR_2 e CR_3 (-5,3% e -5,4%, respectivamente, no período considerado), a redução da participação destas economias no PIB Industrial nordestino mais do que compensou o crescimento relativo da Bahia, o que indica avanços em direção à maior equidade relativa da atividade industrial, mesmo apesar do ganho de participação da referida UF. Excluindo os três estados donos dos maiores

parques industriais da região (Bahia, Pernambuco e Ceará), a participação dos demais no total do PIB Industrial da região cresceu de 26,5% em 1995 para 30,5% em 2009, indicando o maior “espraiamento” da produção regional dentre as unidades federativas que a compõe. Como visto anteriormente, no âmbito da desigualdade inter-regional, a região elevou sua participação no PIB Industrial brasileiro, respondendo por aproximadamente 12,25% do Produto Interno Bruto da indústria nacional em 2009.

Entre 1995 e 2009, a Região Norte elevou em 0,7% sua participação no PIB Industrial brasileiro. Nesse processo, destacou-se o Estado de Tocantins, cuja participação relativa no PIB Industrial da região cresceu 6,9% em termos absolutos, saindo de 0,7% em 1995 - quando o Estado era recém-criado – para 7,6% em 2009. De modo oposto, o Estado do Amazonas reduziu de maneira bastante significativa sua participação na produção industrial da região, saindo de 55% em 1995 para responder por 43,2% do PIB Industrial da região Norte em 2009, diferença explícita na redução do CR_1 da região. Contudo, e a par do crescimento da indústria em Tocantins, boa parte do peso relativo da indústria no âmbito regional foi transferido para o Pará, segundo Estado com maior participação no PIB regional da indústria. Isso arrefeceu a queda observada nas Razões de Concentração, não obstante a redução relativa identificada no CR_2 e CR_3 , de 9% e 6,9%, respectivamente, indicando avanço em termos da equidade intrarregional do PIB da Indústria.

Na Região Centro-Oeste, que no plano inter-regional foi a região que mais elevou, em termos absolutos, sua participação relativa do PIB Industrial do país, todos os Estados aumentaram suas respectivas participações no PIB Industrial nacional, com destaque para Goiás (+ 1,45% do PIB Industrial nacional e + 6,4% do PIB Industrial regional). O crescimento industrial da região, contudo, tem sido caracterizado pela maior concentração no plano intrarregional, como indicam as variações relativas positivas nas Razões de Concentração (CR_1 +15,4%, CR_2 +9,0% e CR_3 +4,4%), únicas dentre todas as regiões, conforme ilustrado na tabela 10. Determinante para isso, além do crescimento relativo da indústria goiana, foi a retração da indústria no Mato Grosso do Sul, que perdeu 7,6% de participação no PIB Industrial regional.

A figura 8 a seguir mostra as Curvas de Concentração para os anos de 1995 e 2009, formadas pela agregação gradativa da participação das k regiões brasileiras no PIB industrial do país. A linha de igualdade, que corta o gráfico ao meio, representa a situação hipotética de repartição equitativa do Produto Interno Bruto industrial, na qual cada região teria a mesma contribuição para a formação do mesmo, 20%. Nesse sentido,

é possível comparar a distribuição do Valor Adicionado pela indústria em anos distintos, de modo a identificar se a estrutura do PIB industrial se tornou *mais* ou *menos* concentrada espacialmente, entre os marcos temporais considerados. Assim, a distribuição mais equitativa será representada pela curva de concentração mais próxima da linha de igualdade ou, de outro modo, será aquela cujo espaço geométrico formado entre a curva de concentração e a linha de igualdade apresentar o menor valor numérico.

Conforme evidencia a figura 8, na medida em que a curva referente ao ano de 2009 se aproxima mais da linha de igualdade, pode-se afirmar, com base nesse indicador, que a distribuição do PIB industrial neste ano se dá de forma mais homogênea entre as regiões em comparação à estrutura observada em 1995. Assim, de acordo com a comparação entre as curvas de concentração dos anos de 1995 e 2009, houve desconcentração do PIB Industrial no país.

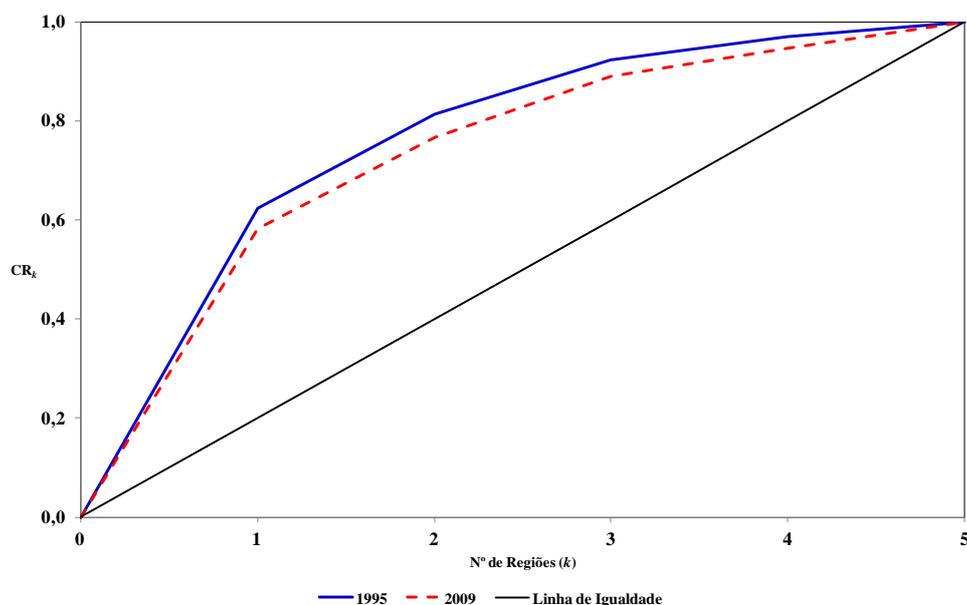
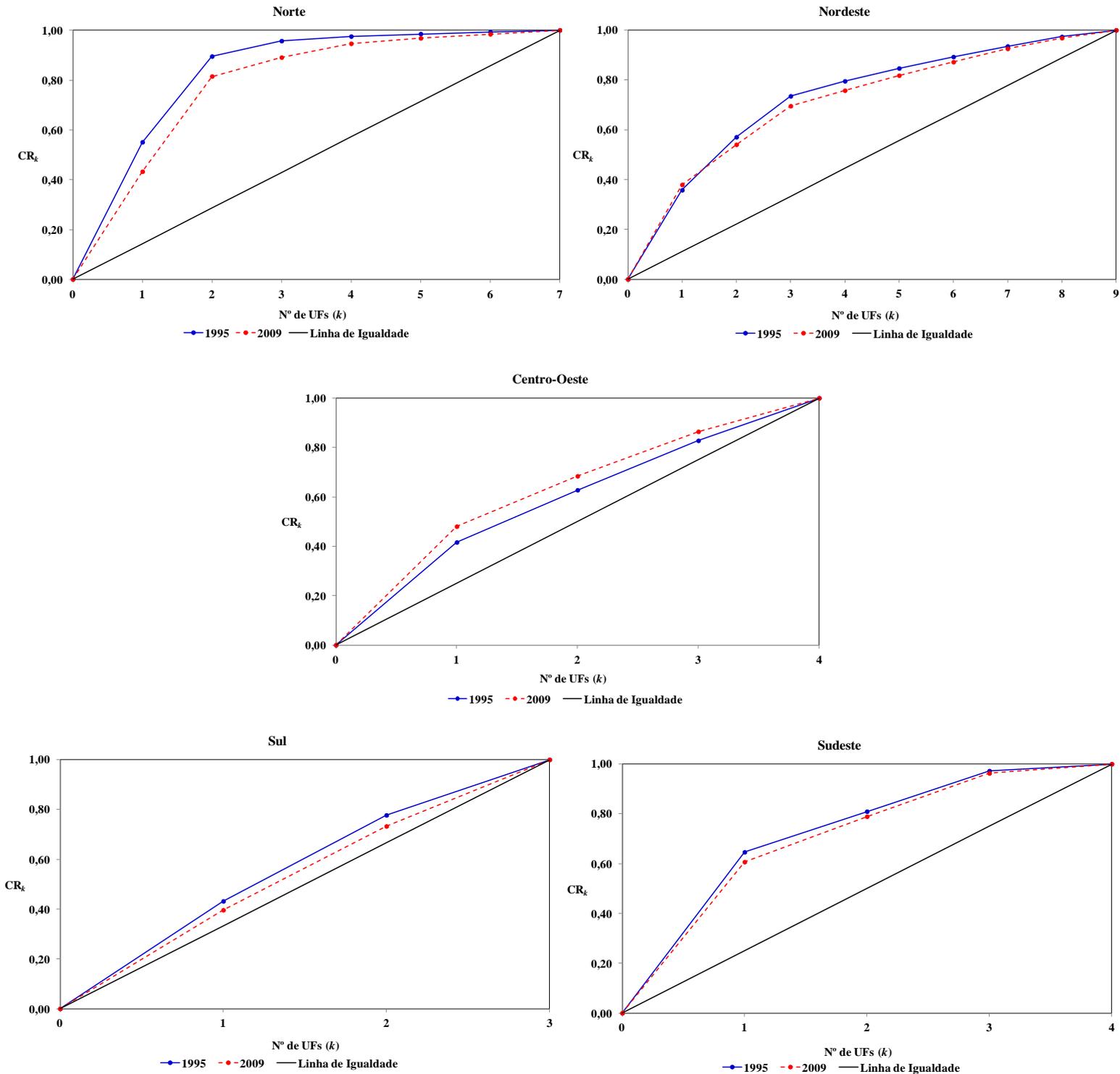


Figura 8: Curvas de Concentração para a participação das regiões brasileiras no PIB industrial (1995/2009)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados do IPEADATA.

O movimento geral de desconcentração é resultado da dinâmica de realocização da atividade industrial que ocorre entre as regiões brasileiras. A figura 9 exibe as curvas de concentração construídas a partir da participação de cada Unidade Federativa (UF) no PIB Industrial de sua respectiva região. No interior das regiões, nota-se desconcentração da atividade industrial em todas elas, exceto no Centro-Oeste, que apresentou em 2009 uma distribuição do PIB Industrial mais concentrada que aquela observada em 1995. Cabe ainda observar que, em relação ao Nordeste, apesar do CR1

ter demonstrado aumento da participação da UF de maior peso na produção industrial (Bahia), todas as demais razões de concentração (do CR2 ao CR8) apresentaram valores inferiores àqueles de 1995, indicando, portanto, desconcentração da atividade industrial, apesar da baixa intensidade.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do IPEADATA.

Figura 9: Curvas de Concentração para a participação das Unidades Federativas no PIB Industrial de suas respectivas Regiões (1995/2009)

Para desenvolver a análise, alguns indicadores de especialização regional foram calculados, como o Quociente Locacional (QL) e o Índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) para as regiões brasileiras.

Os resultados do Quociente Locacional construído com dados relativos ao Valor Adicionado do PIB pela Indústria estão apresentados na tabela 10.

Tabela 10: Quociente Locacional do Valor Adicionado da Indústria para as Regiões Brasileiras (QL_i) – 1995 / 2009

Regiões	QL			Variação 2009/1995 (%)
	1995	2000	2009	
CENTRO-OESTE	0,51	0,48	0,59	15,6
NORTE	1,00	0,98	1,06	5,9
NORDESTE	0,86	0,88	0,91	5,9
SUL	1,07	1,07	1,12	5,3
SUDESTE	1,06	1,07	1,05	-0,9

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do IPEADATA.

De acordo estes resultados, o Centro-Oeste foi a região que mais apresentou crescimento relativo do Quociente Locacional do PIB Industrial entre 1995 e 2009, +15,6%. Além disso, os QLs das regiões Sul, Sudeste e Norte indicam que estas regiões possuem uma estrutura produtiva relativamente mais especializada na indústria que a observada no Brasil, tomado como referência no cálculo dos índices. Já os QLs das regiões Centro-Oeste e Nordeste indicam que estas regiões são relativamente menos especializadas na indústria, quando comparadas à média do país como um todo. Contudo, os dados de 2009 mostram que estas regiões estão mais próximas do padrão médio de especialização do que estavam no meio da década de 1990.

A tabela 11 mostra o Índice de Hirschman-Herfindahl do PIB Industrial para o Brasil e suas grandes regiões em anos selecionados pertencentes ao período 1995-2009.

Tabela 11: Índice de Hirschman-Herfindahl para o PIB Industrial - Brasil e Regiões (IHH_i) – 1995 / 2009

Regiões	IHH			Variação 2009/1995 (%)
	1995	2000	2009	
CENTRO-OESTE	0,288	0,314	0,323	12,3
NORTE	0,426	0,426	0,343	-19,5
NORDESTE	0,213	0,218	0,210	-1,3
SUL	0,355	0,349	0,342	-3,9
SUDESTE	0,472	0,410	0,433	-8,1
BRASIL	0,439	0,435	0,394	-10,4

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados do IPEADATA.

Os resultados mostram redução do IHH para o Brasil, de 0,439 em 1995 para 0,394 em 2009, indicando assim a diminuição do grau de concentração da atividade industrial no país. Em relação às regiões, os índices calculados levam em consideração a participação de cada UF no PIB Industrial da região à qual faz parte. De acordo com os resultados, as duas regiões com maior nível de concentração da produção industrial são o Sudeste e o Norte, as quais detêm, respectivamente, a maior e a menor participação no PIB Industrial do país. Os índices também colocam o Nordeste como a região mais homogênea em termos da distribuição espacial da produção da indústria.

Contudo, a análise dinâmica, isto é, o exame das variações dos índices ao longo do tempo revela que a produção industrial vem ocorrendo de modo mais concentrado no Centro-Oeste, tendo em vista a elevação do *IHH* da região no período. Por outro lado, as variações dos índices para as regiões Norte, Sudeste, Sul e, em menor escala o Nordeste, indicam que a atividade industrial apresentou em 2009 uma distribuição mais equitativa entre os estados que compõem estas regiões do que aquela observada em 1995.

Em suma, a análise do comportamento do PIB Industrial entre 1995 e 2009 indicou diferenças na dinâmica das regiões, com Centro-Oeste, Norte e Nordeste crescendo acima da média nacional, Sul crescendo a uma taxa equivalente à metade da média do país e Sudeste encolhendo levemente o nível de produção anual da indústria. Essas diferentes dinâmicas resultaram em alterações em termos da importância das regiões na formação do Produto Industrial do país. Nesse sentido, verificou-se a redução da participação do Sudeste e do Sul no PIB Industrial brasileiro e o aumento da participação das demais regiões, das quais o Centro-Oeste se destaca como o grande polo dinâmico no período considerado. Do mesmo modo, o exame das razões de concentração e das curvas de concentração derivadas das mesmas indica a ocorrência, no plano inter-regional, de um movimento de desconcentração do Produto Interno Bruto Industrial, na medida em que se observa a redução da participação das regiões com maior peso relativo sobre o Produto Industrial do país, a favor das demais. Esse movimento também é corroborado pela redução do Índice de Hirschman-Herfindahl, calculado a partir da participação de cada região no total da produção industrial do país, de 0,439 em 1995 para 0,394 em 2009.

Esses resultados, que se referem à distribuição da indústria brasileira no plano inter-regional (*entre* regiões), de certo modo contrariam as perspectivas indicadas em DINIZ (1993), que apontava a tendência de concentração da atividade industrial em

torno de um polígono formado por cidades de grande e médio porte das regiões sudeste e sul, e, principalmente, em Cano (1998), que advertia quanto ao risco de reconcentração em torno da Região Sudeste e da Região Sul subsidiariamente. Em relação ao debate presente na literatura empírica de economia regional em meados da década de 1990, que discutia os padrões regionais de localização da atividade industrial no país, eles se aproximam mais das tendências apontadas por Pacheco (1996 e 1999) e Guimarães Neto (1997), apoiadas por Araújo (2000), na medida em que, após 1995, os dados relacionados às participações relativas do produto industrial indicam um movimento de desconcentração inter-regional da referida atividade, confirmando a continuidade do processo de declínio da participação das regiões Sudeste e Sul, a favor das demais regiões do país.

A indústria do Centro-Oeste foi o grande destaque, com crescimento médio mais de 11 vezes superior ao da indústria nacional e responsável por pouco mais da metade do crescimento total do PIB Industrial do país no período analisado. Tal crescimento foi observado individualmente em todos os estados, tendo contribuído para aproximar a estrutura da economia da região, em termos de especialização na indústria relativamente aos outros setores, ao padrão observado nacionalmente, conforme indicado pelo crescimento de 15,6% de seu Quociente Locacional. Contudo, há indícios de que a indústria esteja crescendo de forma concentrada em alguns estados da região, conforme indicado pela elevação do Índice de Hirschman-Herfindahl, uma medida de concentração da atividade industrial, de 0,288 em 1995 para 0,323 em 2009, e pelo crescimento do CR1, de 15,4% no período, que aponta a concentração ainda maior da produção industrial no estado detentor da maior participação relativa, Goiás, responsável em 2009 por 48% do PIB Industrial do Centro-Oeste.

A segunda região que mais agregou valor ao PIB Industrial do país no período considerado foi o Nordeste, tendo sido responsável por pouco mais de um terço desse incremento. As indústrias da Bahia, do Maranhão, do Ceará e da Paraíba comandaram o crescimento, embora ele tenha sido comum aos demais estados, à exceção de Pernambuco, único a reduzir a produção industrial no período. De acordo com os resultados observados para o Quociente Locacional do PIB Industrial, cujo índice cresceu 0,86 em 1995 para 0,91 em 2009, a economia nordestina está relativamente mais especializada na indústria do que era em meados da década de 1990, embora ainda apresente um nível de industrialização inferior ao padrão observado nacionalmente. Apesar do crescimento da participação relativa do estado mais industrializado, a Bahia,

ilustrado pela alta de 6% no CR1 da região, há indícios de um maior “espraiamento” da produção regional da indústria dentre as unidades federativas que a compõe. O desempenho de dois dos três estados mais industrializados, Pernambuco e Ceará, inferior ao de vários outros estados da região, implicaram na maior homogeneidade da estrutura industrial dos estados nordestinos, embora ainda existam enormes diferenças entre essas economias. Além da redução observada no CR2 e CR3, outro indicador desse movimento é a redução tímida do Índice de Hirschman-Herfindahl, de 0,213 em 1995 para 0,210 em 2009, evidenciando o ainda lento processo de desconcentração da atividade industrial na região.

Na região Norte, que, após o crescimento do Centro-Oeste, passou a ser a região com menor participação no PIB Industrial do país, o crescimento foi puxado pelos estados do Pará e Tocantins e prejudicado pela redução da produção da indústria do Amazonas. Essas dinâmicas diferenciadas provocaram o mais intenso processo de desconcentração da produção industrial em âmbito intrarregional, evidenciado pela magnitude das reduções nas razões de concentração (CR1 = -21,4%, CR2 = -9,0% e CR3 = -6,9%). Isso pela estagnação do Amazonas, pelo avanço da economia industrial do Pará, pela ascensão do estado de Tocantins, que em 1995 ainda estava recém-criado e que, em 2009, já respondia por 7,6% do PIB Industrial da região Norte. O Quociente Locacional da região indicou que ela repetia o padrão de especialização do país em 1995 (QL = 1,00) e que, em 2009, possuía uma economia com um grau de especialização na indústria pouco superior à média nacional (QL = 1,06). A estrutura mais desconcentrada da indústria também foi corroborada pela redução do Índice de Hirschman-Herfindahl, de 0,426 no ano inicial para 0,343 no ano final do período em análise.

Na região Sul, a indústria de Santa Catarina foi a grande responsável por assegurar o crescimento da indústria no plano inter-regional, ínfimo pelo mau desempenho da indústria gaúcha e pela apenas manutenção do nível de produção no Paraná. De acordo com os Quocientes Locacionais calculados com base no PIB Industrial, a região Sul é, em termos relativos, a mais industrializada. Como indicam as reduções das razões de concentração e do Índice de Hirschman-Herfindahl, a produção da região está distribuída de maneira mais uniforme no fim da década de 2000 do que em meados dos anos 1990.

A região Sudeste foi a única no período a apresentar redução do nível de produção industrial entre 1995 e 2009. O resultado se deu fundamentalmente pela

menor dinâmica da indústria paulista, que, em média, diminuiu sua produção em 0,5% ao ano, mais do que o suficiente para impedir a compensação do resultado da região pelo desempenho dinâmico observado nos demais estados. Em conjunto, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais foram responsáveis por aproximadamente 37,4% da variação líquida do PIB Industrial do país no período mencionado, o que indica que a região ainda possui grande relevância na determinação da produção industrial brasileira. As reduções observadas nas razões de concentração e no Índice de Hirschman-Herfindahl sugerem uma estrutura industrial mais homogênea em 2009, ao passo que o Quociente Locacional indica que o nível de especialização na indústria foi pouco modificado ao longo do período investigado.

Assim, no que se refere à distribuição da indústria brasileira no plano intrarregional (*dentro* das regiões), os resultados apontam para a menor homogeneidade da estrutura industrial apenas entre os estados da região Centro-Oeste. Em todas as outras, verificou-se a aproximação da estrutura industrial entre as Unidades Federativas, com crescimento mais elevado dos estados menos industrializados. Ou seja, os resultados indicam redução das diferenças relativas à estrutura industrial entre os estados de uma mesma região.

Isto afasta as teses de fragmentação da economia nacional, nos moldes de Pacheco (1996 e 1999), Guimarães Neto (1995 e 1997) e Araújo (2000) na medida em que não se verificam “ilhas de prosperidade” e sim um crescimento quase generalizado e mais robusto entre os estados de menor porte industrial, na dinâmica específica de cada região do país. Essas “ilhas de prosperidade” podem ser entendidas como a situação em que o crescimento é localizado fundamentalmente em poucos estados, de economia desarticulada das demais regiões do país e até mesmo dos demais estados de sua respectiva região, na medida em que possuem uma economia fortemente associada à demanda externa.

3.4.2 Modificações na Distribuição Regional do Emprego Industrial

Visando aprofundar o exame relativo à realocação da atividade produtiva no país, foram analisados os dados relativos ao estoque de empregos e de número de estabelecimentos da indústria, obtidos pela Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS / MTE).

A evolução do emprego e do número de estabelecimentos industriais ao longo do período 1995-2009 está apresentada no gráfico 6. Observa-se, de início, uma redução de pouco mais de meio milhão de empregos industriais, até 1998, quando então o nível de emprego na indústria passa a crescer de modo contínuo até o último ano da série. Ao longo do referido período, em média, o emprego na indústria brasileira cresceu 2,8% ao ano. Já em relação ao número de estabelecimentos, a tendência observada é de crescimento contínuo do início ao fim da série. Além de contínuo, o crescimento médio do número de estabelecimentos industriais no país foi de 3,3% ao ano, superior ao crescimento médio do emprego industrial. As diferenças entre o comportamento dessas duas variáveis resultaram na redução do número de empregados por estabelecimento industrial, um processo conhecido na literatura por “*downsizing*”. De fato, esta relação caiu de 24,5 em 1995 para 22,9 em 2009. Este processo não é novo e aparenta estar em curso pelo menos desde fins da década de 1980, na medida em que a redução do tamanho médio dos estabelecimentos industriais já havia sido identificada por Sabóia (2000), ao investigar a desconcentração industrial no Brasil no período 1989-1997.

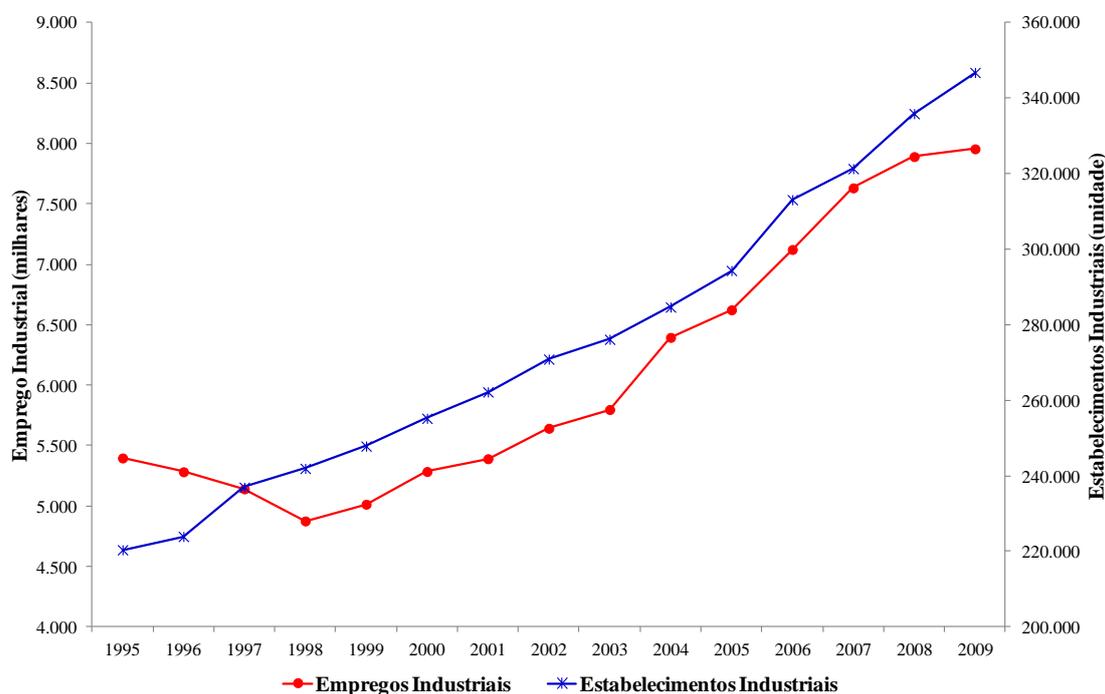


Gráfico 6: Emprego e Número de Estabelecimentos Industriais no Brasil (1995/2009)

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da RAIS/MTE.

Para ter uma dimensão das disparidades regionais relativas ao emprego no setor industrial, é suficiente a observação das tabelas 12 e 14, que mostram a distribuição dos empregos industriais do Brasil em termos absolutos e em termos de participações relativas, respectivamente, para as regiões e UFs nos anos 1995, 2000 e 2009. Essas tabelas ilustram, portanto, as diferenças na alocação dos empregos no plano *inter-regional*, isto é, mostram a distribuição dos empregos industriais entre as cinco regiões do país.

Tabela 12: Empregos Industriais por região e estado – 1995/2009 *

Regiões	Estoque de Empregos (Indústria)			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	167.903	222.624	425.674	153,5	257.771	6,9
Distrito Federal	22.678	24.101	43.232	90,6	20.554	4,7
Goiás	79.026	108.019	204.695	159,0	125.669	7,0
Mato Grosso do Sul	26.076	35.053	80.503	208,7	54.427	8,4
Mato Grosso	40.123	55.451	97.244	142,4	57.121	6,5
NORTE	155.473	171.385	289.680	86,3	134.207	4,5
Acre	2.817	3.516	7.015	149,0	4.198	6,7
Amazonas	58.740	56.001	114.203	94,4	55.463	4,9
Amapá	14.966	10.236	6.105	-59,2	-8.861	-6,2
Pará	58.310	69.230	107.048	83,6	48.738	4,4
Rondônia	15.336	23.910	34.736	126,5	19.400	6,0
Roraima	1.108	1.349	4.291	287,3	3.183	10,2
Tocantins	4.196	7.143	16.282	288,0	12.086	10,2
NORDESTE	635.207	663.942	1.105.325	74,0	470.118	4,0
Alagoas	69.635	64.393	111.055	59,5	41.420	3,4
Bahia	117.393	126.836	238.084	102,8	120.691	5,2
Ceará	115.387	152.789	246.438	113,6	131.051	5,6
Maranhão	27.376	25.811	40.388	47,5	13.012	2,8
Paraíba	46.285	53.109	77.775	68,0	31.490	3,8
Pernambuco	173.379	143.817	230.718	33,1	57.339	2,1
Piauí	20.652	22.128	30.462	47,5	9.810	2,8
Rio Grande do Norte	41.162	48.425	83.742	103,4	42.580	5,2
Sergipe	23.938	26.634	46.663	94,9	22.725	4,9
SUL	1.184.322	1.300.423	1.956.522	65,2	772.200	3,7
Paraná	325.579	374.688	650.686	99,9	325.107	5,1
Rio Grande do Sul	508.678	537.615	695.527	36,7	186.849	2,3
Santa Catarina	350.065	388.120	610.309	74,3	260.244	4,1
SUDESTE	3.254.239	2.926.947	4.178.098	28,4	923.859	1,8
Espírito Santo	72.398	86.286	134.680	86,0	62.282	4,5
Minas Gerais	531.891	553.245	834.647	56,9	302.756	3,3
Rio de Janeiro	448.631	352.849	494.445	10,2	45.814	0,7
São Paulo	2.201.319	1.934.567	2.714.326	23,3	513.007	1,5
BRASIL	5.397.144	5.285.321	7.955.299	47,4	2.558.155	2,8

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Os desníveis regionais são notados já na observação dos dados de 1995. Naquele ano, 3,3 dos 5,4 milhões de empregos estava concentrado na região Sudeste. Sozinho, o estado de São Paulo tinha mais que o dobro dos empregos industriais registrados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste juntas, ou, 40,8% dos empregos industriais do

país. Estes valores, contudo, estão proporcionalmente de acordo com as diferenças entre o tamanho populacional dessas regiões. Contudo, a região Sul, a despeito de ter quase a metade da população do Nordeste, aparecia como o segundo principal centro, com 1,2 milhão de empregos (21,9% do país). Em seguida, apareciam as regiões Nordeste com 635 mil (11,8%), Centro-Oeste com 168 mil (3,1%) e Norte com 155 mil (2,9%) empregos industriais.

Em 2009, os desníveis regionais ainda existiam, embora fossem um pouco menores. Isso, devido às diferenças de crescimento do emprego industrial em cada região do país, uma vez que houve aumento absoluto em todas elas. Ao todo, o emprego industrial no Brasil cresceu 47,4% no período mencionado, o que equivale a uma taxa média de 2,8% ao ano. Das cinco regiões, apenas o Sudeste apresentou crescimento inferior à média nacional, 28,4% em todo período ou, em média, 1,8% ao ano. Percebe-se ainda que as taxas de crescimento das regiões com menor participação no emprego industrial, a saber, Centro-Oeste (6,9% a.a.), Norte (4,5% a.a.) e Nordeste (4,0% a.a.) foram maiores que as observadas para as regiões Sul (3,7% a.a.) e Sudeste (1,8% a.a.), que possuem as maiores participações relativas.

Outro resultado importante a ser destacado é que o crescimento do emprego industrial foi comum a todos os estados, exceto o Amapá, que reduziu em 59,2% seu nível de emprego industrial ao longo do período considerado. Nos demais estados, as magnitudes de crescimento variaram, em média, de 0,7% a.a. no Rio de Janeiro a 10,2% a.a. em Roraima e em Tocantins.

Além da variação absoluta, a tabela 13 apresenta a participação de cada região e estado na variação do Emprego Industrial do país entre os anos de 1995 e 2009. Observa-se uma dinâmica diferenciada do emprego industrial em relação àquela observada para o PIB da indústria no referido intervalo de tempo. O Centro-Oeste, responsável por mais da metade do aumento líquido da produção do período, gerou apenas cerca de 10% dos empregos industriais líquidos ao longo desses anos, com Goiás novamente liderando a região.

Tabela 13: Variação Absoluta do Emprego Industrial do Brasil, por Região e Estado, 1995 / 2009 (em R\$ milhões de 2000)

Regiões	Variação Absoluta do Emprego Industrial	Participação na Variação Total do País (%)
	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	257.771	10,1
Distrito Federal	20.554	0,8
Goiás	125.669	4,9
Mato Grosso do Sul	54.427	2,1
Mato Grosso	57.121	2,2
NORTE	134.207	5,2
Acre	4.198	0,2
Amazonas	55.463	2,2
Amapá	-8.861	-0,3
Pará	48.738	1,9
Rondônia	19.400	0,8
Roraima	3.183	0,1
Tocantins	12.086	0,5
NORDESTE	470.118	18,4
Alagoas	41.420	1,6
Bahia	120.691	4,7
Ceará	131.051	5,1
Maranhão	13.012	0,5
Paraíba	31.490	1,2
Pernambuco	57.339	2,2
Piauí	9.810	0,4
Rio Grande do Norte	42.580	1,7
Sergipe	22.725	0,9
SUL	772.200	30,2
Paraná	325.107	12,7
Rio Grande do Sul	186.849	7,3
Santa Catarina	260.244	10,2
SUDESTE	923.859	36,1
Espírito Santo	62.282	2,4
Minas Gerais	302.756	11,8
Rio de Janeiro	45.814	1,8
São Paulo	513.007	20,1
BRASIL	2.558.155	100,0

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da RAIS / MTE.

O Sudeste, que reduziu seu nível de produção industrial agregada, criou quase 924 mil dos cerca de 2 milhões e meio de postos de trabalho formal gerados na indústria do país ao longo do período considerado, o que corresponde a 36,1% dos novos empregos industriais. Na verdade, São Paulo, que havia puxado o resultado do PIB Industrial da região para baixo, liderou a criação líquida de empregos no Sudeste, com 20,1% dos novos empregos líquidos criados na indústria brasileira.

Após o Sudeste, a indústria da região Sul foi a que mais criou empregos no país entre 1995 e 2009, 30,2% do incremento líquido total do país. O estado do Paraná liderou o processo criando 12,7% dos novos empregos industriais do país, seguido de Santa Catarina (+ 10,2%) e Rio Grande do Sul, que criou 7,3% dos empregos líquidos industriais, apesar de ter reduzido o PIB de sua indústria no período mencionado.

A indústria nordestina, segunda maior “criadora de riqueza” do período em análise, conforme visto anteriormente, respondeu pela geração de 18,4% dos novos empregos do setor no país, com destaque para Ceará (+ 5,1%), Bahia (+ 4,7%) e Pernambuco, que apesar de ter sido o único estado do Nordeste a contribuir negativamente para o incremento do PIB da indústria nacional, criou 2,2% dos novos empregos industriais do Brasil.

Por sua vez, os estados da região Norte foram os que menos geraram empregos industriais no período. Ao todo, foi criado na região o equivalente a 5,8% dos novos empregos industriais líquidos do país. O Amazonas liderou a criação desses postos de trabalho, com 2,2% do total nacional, ao passo que o Amapá foi o único estado do país a contribuir negativamente para o avanço do emprego industrial no Brasil ao longo desses anos.

O resultado desse crescimento diferenciado é a perda de participação do Sudeste a favor do ganho relativo das demais regiões, reduzindo um pouco a disparidade existente na alocação inter-regional do emprego na indústria brasileira.

Tabela 14: Distribuição Inter-regional dos Empregos Industriais por região e estado - (%) em relação ao Brasil, 1995-2009 *

Regiões	Estoque de Empregos - Indústria - (%) em relação ao Brasil			Variação relativa (%)	Variação Absoluta (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	3,1	4,2	5,4	72,0	2,2
Distrito Federal	0,42	0,46	0,54	29,3	0,1
Goiás	1,46	2,04	2,57	75,7	1,1
Mato Grosso do Sul	0,48	0,66	1,01	109,4	0,5
Mato Grosso	0,74	1,05	1,22	64,4	0,5
NORTE	2,9	3,2	3,6	26,4	0,8
Acre	0,05	0,07	0,09	68,9	0,0
Amazonas	1,09	1,06	1,44	31,9	0,3
Amapá	0,28	0,19	0,08	-72,3	-0,2
Pará	1,08	1,31	1,35	24,5	0,3
Rondônia	0,28	0,45	0,44	53,7	0,2
Roraima	0,02	0,03	0,05	162,7	0,0
Tocantins	0,08	0,14	0,20	163,3	0,1
NORDESTE	11,8	12,6	13,9	18,1	2,1
Alagoas	1,29	1,22	1,40	8,2	0,1
Bahia	2,18	2,40	2,99	37,6	0,8
Ceará	2,14	2,89	3,10	44,9	1,0
Maranhão	0,51	0,49	0,51	0,1	0,0
Paraíba	0,86	1,00	0,98	14,0	0,1
Pernambuco	3,21	2,72	2,90	-9,7	-0,3
Piauí	0,38	0,42	0,38	0,1	0,0
Rio Grande do Norte	0,76	0,92	1,05	38,0	0,3
Sergipe	0,44	0,50	0,59	32,2	0,1
SUL	21,9	24,6	24,6	12,1	2,7
Paraná	6,03	7,09	8,18	35,6	2,1
Rio Grande do Sul	9,42	10,17	8,74	-7,2	-0,7
Santa Catarina	6,49	7,34	7,67	18,3	1,2
SUDESTE	60,3	55,4	52,5	-12,9	-7,8
Espírito Santo	1,34	1,63	1,69	26,2	0,4
Minas Gerais	9,86	10,47	10,49	6,5	0,6
Rio de Janeiro	8,31	6,68	6,22	-25,2	-2,1
São Paulo	40,79	36,60	34,12	-16,3	-6,7
BRASIL	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Como pode ser visto na tabela 15, que mostra as participações das UFs no estoque de empregos industriais das respectivas regiões para o mesmo período, as diferenças de crescimento a nível estadual repercutiram sobre a alocação dos empregos industriais no plano *intrarregional*, isto é, na alocação dos empregos industriais entre os estados de uma mesma região.

Tabela 1: Distribuição intrarregional dos Empregos Industriais – (%) em relação à respectiva região – 1995/2009 *

Regiões	Estoque de Empregos - Indústria - (%) em relação à Região			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	100,0	100,0	100,0	-	-
Distrito Federal	13,51	10,83	10,16	-24,8	-3,4
Goiás	47,07	48,52	48,09	2,2	1,0
Mato Grosso do Sul	15,53	15,75	18,91	21,8	3,4
Mato Grosso	23,90	24,91	22,84	-4,4	-1,1
NORTE	100,0	100,0	100,0	-	-
Acre	1,81	2,05	2,42	33,7	0,6
Amazonas	37,78	32,68	39,42	4,3	1,6
Amapá	9,63	5,97	2,11	-78,1	-7,5
Pará	37,50	40,39	36,95	-1,5	-0,6
Rondônia	9,86	13,95	11,99	21,6	2,1
Roraima	0,71	0,79	1,48	107,9	0,8
Tocantins	2,70	4,17	5,62	108,3	2,9
NORDESTE	100,0	100,0	100,0	-	-
Alagoas	10,96	9,70	10,05	-8,3	-0,9
Bahia	18,48	19,10	21,54	16,6	3,1
Ceará	18,17	23,01	22,30	22,7	4,1
Maranhão	4,31	3,89	3,65	-15,2	-0,7
Paraíba	7,29	8,00	7,04	-3,4	-0,3
Pernambuco	27,29	21,66	20,87	-23,5	-6,4
Piauí	3,25	3,33	2,76	-15,2	-0,5
Rio Grande do Norte	6,48	7,29	7,58	16,9	1,1
Sergipe	3,77	4,01	4,22	12,0	0,5
SUL	100,0	100,0	100,0	-	-
Paraná	27,49	28,81	33,26	21,0	5,8
Rio Grande do Sul	42,95	41,34	35,55	-17,2	-7,4
Santa Catarina	29,56	29,85	31,19	5,5	1,6
SUDESTE	100,0	100,0	100,0	-	-
Espírito Santo	2,22	2,95	3,22	44,9	1,0
Minas Gerais	16,34	18,90	19,98	22,2	3,6
Rio de Janeiro	13,79	12,06	11,83	-14,2	-2,0
São Paulo	67,64	66,10	64,97	-4,0	-2,7
BRASIL	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

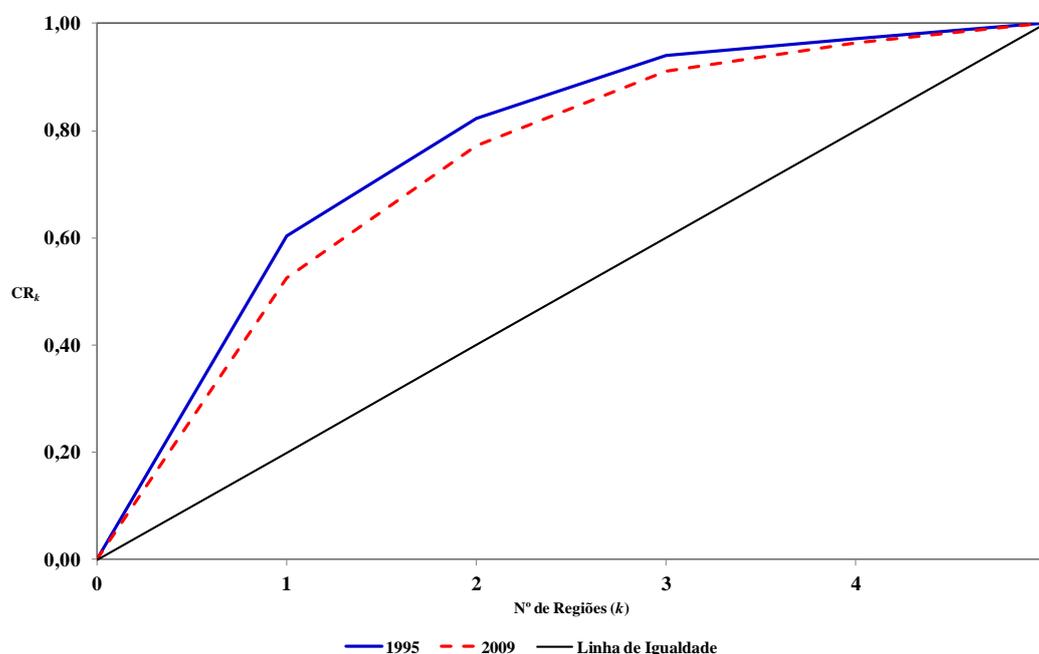
Além disso, para a melhor percepção da análise relativa à dinâmica da atividade industrial, tanto *inter* quanto *intrarregional*, foram calculadas as Razões de Concentração (CR_k , $k = 1, 2$ ou 3), expostas na tabela 16, que indicam, no caso do Brasil, a proporção das k regiões com maior participação no Emprego Industrial do país e, no caso particular de cada região, a proporção dos k estados com maior participação no Emprego Industrial regional.

Tabela 16: Razões de Concentração dos Empregos Industriais – Brasil e Regiões – 1995/2009 *

Região	1995			2000			2009			Variação relativa 2009/1995 (%)		
	CR1	CR2	CR3	CR1	CR2	CR3	CR1	CR2	CR3	CR1	CR2	CR3
Centro-Oeste	0,47	0,71	0,86	0,49	0,73	0,89	0,48	0,71	0,90	2,2	0,0	3,9
Norte	0,38	0,75	0,85	0,40	0,73	0,87	0,39	0,76	0,88	4,3	1,4	3,8
Nordeste	0,27	0,46	0,64	0,23	0,45	0,64	0,22	0,44	0,65	-18,3	-4,2	1,2
Sul	0,43	0,73	-	0,41	0,71	-	0,36	0,69	-	-17,2	-5,1	-
Sudeste	0,68	0,84	0,98	0,66	0,85	0,97	0,65	0,85	0,97	-4,0	1,1	-1,0
Brasil	0,60	0,82	0,94	0,55	0,80	0,93	0,53	0,77	0,91	-12,9	-6,2	-3,2

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS/MTE.

Assim como foi visto anteriormente na análise das Razões de Concentração (CR) calculadas para o Brasil através do Valor Adicionado pela Indústria, as variações das CRs do Emprego Industrial do país indicam desconcentração da atividade deste setor, tendo em vista a redução desses indicadores, quando calculados para o país (CR1 = - 12,9%; CR2 = - 6,2%; e CR3 = - 3,2%). As curvas de concentração referentes às participações das regiões no total do emprego industrial do país nos dois anos extremos estão apresentadas a figura 10.



Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS/MTE .

Figura 10: Curvas de Concentração para a participação das regiões brasileiras no Emprego Industrial do Brasil (1995/2009)

Nas regiões, observam-se algumas diferenças quando a comparação é feita entre as participações dos estados no emprego industrial e no valor adicionado. As curvas de concentração de cada região estão dispostas na figura 11.

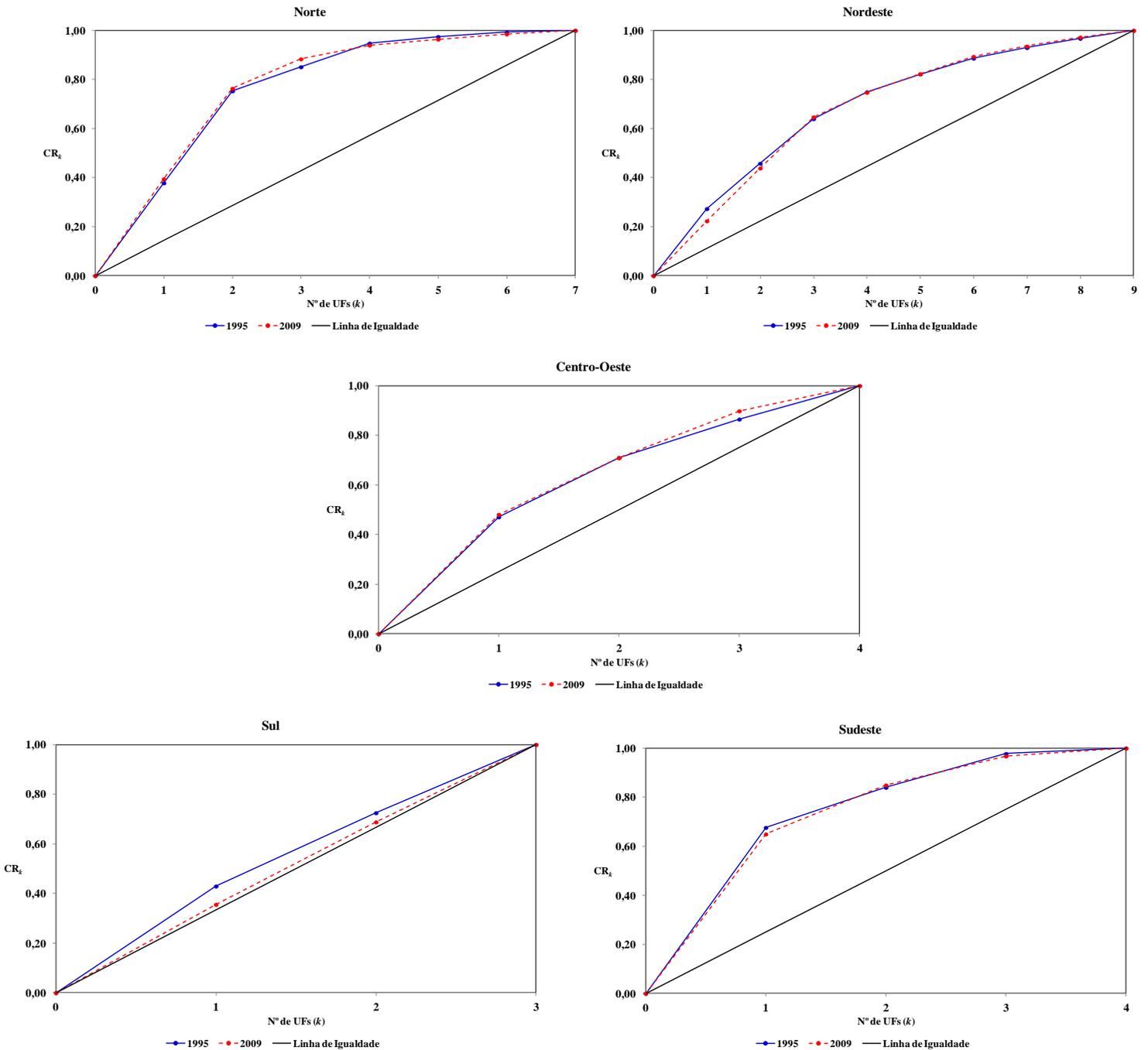


Figura 11: Curvas de Concentração para a participação das regiões brasileiras no Emprego Industrial (1995/2009)

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS/MTE.

Uma primeira diferença se dá em relação à região Norte. Enquanto as CRs calculadas com o PIB da indústria mostram forte desconcentração da produção, as CRs calculadas com o emprego industrial indicam concentração do emprego entre os estados. Isso pode estar associado a uma reestruturação da indústria, principalmente no estado do Amazonas, através da substituição da proporção de plantas industriais com maior nível de produtividade por indústrias de menor nível tecnológico e relativamente mais intensivas em trabalho. No estado do Amapá, onde o nível de emprego na indústria caiu, em média, 6,2% ao ano, pode estar ocorrendo o processo inverso, isto é, de elevação do nível tecnológico da indústria, proporcionando aumento da produtividade, com elevação da produção e redução do emprego de mão de obra.

No Nordeste, enquanto os índices para o valor adicionado indicaram desconcentração, apesar do aumento da participação do estado mais relevante (aumento do CR₁), quando calculados para o emprego industrial, as razões de concentração indicaram redução da parcela dos dois estados de maior participação (redução do CR₂). De fato, o que se observou foi o significativo declínio da participação de Pernambuco no emprego industrial da região, de 27,3% em 1995, quando era o estado que detinha a maior participação no emprego da indústria nordestina, para 20,9% em 2009, quando então perdia espaço para Ceará e Bahia, passando a ser apenas a “terceira potência” da região. Nos demais estados, observam-se variações pouco significativas na distribuição do emprego industrial da região.

Na região Centro-Oeste, as curvas de concentração mostram pouca variação em relação ao panorama de 1995, embora indiquem leve concentração do emprego industrial da região. No período, Mato Grosso do Sul (+ 3,4%) e Goiás (+1,0%) ganharam participação regional em detrimento do Distrito Federal (- 3,4%) e do Mato Grosso (- 1,1%).

No Sul, repete-se o padrão das razões de concentração calculadas para o PIB industrial, de redução significativa do CR₁, sobretudo, e do CR₂. O Rio Grande do Sul perdeu participação equivalente a 7,4% do emprego industrial da região, ao passo que o Paraná elevou sua participação em 5,8% e Santa Catarina em 1,6%. Há um aspecto interessante a ser observado na figura 11, a respeito das curvas de concentração da região Sul, formada pela união dos pontos correspondentes às participações acumuladas dos estados no emprego industrial da referida região. Após o processo de desconcentração descrito, em 2009, a distribuição do emprego dentre os três estados tornou-se bem próxima da divisão igualitária, caso em que o emprego é distribuído em

proporções iguais entre as unidades federativas da região. Assim, no gráfico correspondente à região Sul na figura 11, isso pode ser observado pela proximidade da curva de concentração referente ao ano de 2009 em relação à linha de igualdade, que representa a hipótese de distribuição do emprego total da indústria da região em três partes iguais, no caso, 33,3% para cada UF.

No Sudeste, o padrão de desconcentração observado na análise dos CRs calculados para o PIB da indústria é semelhante ao do emprego industrial, exceto pela variação positiva no CR₂, decorrente do incremento na participação relativa da indústria de Minas Gerais (+ 3,6% dos novos empregos industriais da região), que mais do que compensou a redução na participação da indústria paulista no total de empregos industriais da região.

Na tabela 17, foram calculados os Quocientes Locacionais relacionados ao emprego industrial para as regiões brasileiras entre 1995 e 2009, a partir da definição do Brasil como região padrão na comparação. Assim como no QL do PIB Industrial, a região Sul é apontada como o polo relativamente mais especializado na indústria. O Sudeste também aparece com uma estrutura do emprego mais especializada na indústria do que a média nacional, ao passo que os indicadores para o Centro-Oeste, o Nordeste e o Norte continuam a mostrar que o emprego industrial nestas regiões ainda possui menor peso relativo na economia do que o padrão observado para o país como um todo.

Tabela 17: Quociente Locacional do Emprego Industrial para as Regiões Brasileiras (QL_{ei}) – 1995 / 2009

Regiões	QL			Variação 2009/1995 (%)
	1995	2000	2009	
CENTRO-OESTE	0,45	0,53	0,65	42,3
NORTE	0,76	0,78	0,68	-9,7
NORDESTE	0,73	0,75	0,77	5,5
SUL	1,27	1,40	1,43	13,2
SUDESTE	1,08	1,03	1,03	-4,90

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

Contudo, os resultados indicam aumento do peso relativo da indústria, sobretudo na Região Centro-Oeste e, em menor nível, nas Regiões Sul e Nordeste. Além disso, apontam redução do peso relativo do setor industrial nas economias das regiões Norte e Sudeste.

Em linha com os resultados referentes ao QL do PIB Industrial, o Centro-Oeste foi a região que mais apresentou crescimento relativo do Quociente Locacional do

Emprego Industrial entre 1995 e 2009, + 42,3%. Além disso, em ambos os casos, os QIs das regiões Sul e Sudeste indicam que estas regiões possuem uma estrutura produtiva relativamente mais especializada na indústria que o padrão nacional, ao passo que os QIs das regiões Centro-Oeste e Nordeste indicam que estas regiões são relativamente menos especializadas na indústria que a média do país como um todo.

Há, no entanto, divergência em relação ao QI da região Norte. Enquanto o QI do PIB Industrial aponta para uma estrutura de produção mais especializada na indústria que a observada tomando-se o Brasil como padrão, o QI do emprego industrial indica o contrário, isto é, que a região possui uma estrutura produtiva menos especializada na indústria que a estrutura produtiva do país.

Uma possível explicação está relacionada à susceptibilidade desse indicador quanto a complicações interpretativas relacionadas ao maior ou menor nível de intensidade tecnológica em trabalho. A região Norte abriga a Zona Franca de Manaus, um polo industrial de aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia principalmente nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico, responsáveis pela fabricação de aparelhos celulares e de áudio e vídeo, televisores, motocicletas, concentrados para refrigerantes, entre outros. A concentração de indústrias pertencentes a tais atividades, mais intensivas em capital, pode explicar o diferencial encontrado nos dois QIs, uma vez que, por um lado, o menor uso de tecnologia intensiva em trabalho tende a subestimar o valor do QI do emprego e, por outro, o elevado valor agregado dos bens ali produzidos tendem a superestimar o valor do QI do PIB Industrial.

Prosseguindo, a tabela 18 mostra o Índice de Hirschman-Herfindahl do Emprego Industrial para o Brasil e suas grandes regiões em anos selecionados pertencentes ao período 1995-2009.

Tabela 18: Índice de Hirschman-Herfindahl para o Emprego Industrial - Brasil e Regiões (IHHi) – 1995 / 2009

Regiões	IHH			Variação 2009/1995 (%)
	1995	2000	2009	
CENTRO-OESTE	0,321	0,334	0,330	2,7
NORTE	0,304	0,295	0,311	2,4
NORDESTE	0,168	0,162	0,164	-1,9
SUL	0,347	0,343	0,334	-3,8
SUDESTE	0,504	0,488	0,477	-5,3
BRASIL	0,427	0,386	0,360	-15,8

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

Em consonância com os resultados do *IHH* calculado para o PIB da indústria, percebe-se que as variações no tempo do *IHH* do emprego industrial mostram uma distribuição regional mais homogênea do emprego deste setor, tendo em vista a redução do índice calculado para o Brasil, de 0,427 em 1995 para 0,360 em 2009. Do mesmo modo, os índices das regiões também revelam maior concentração do emprego industrial no Centro-Oeste e distribuição mais homogênea desta variável nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste do país. Novamente, houve distinção quanto às variações do *IHH* do PIB e do emprego industrial da região Norte. No primeiro caso, a redução do índice aponta para uma distribuição mais homogênea da produção, ao passo que, no segundo, a evolução do *IHH* indica que as diferenças na alocação do emprego industrial entre os estados se acentuaram um pouco na região Norte.

A desconcentração regional do emprego se estendeu a todos os setores da indústria, exceto a indústria Extrativa Mineral. Indústria de Calçados, Material de Transporte, Produção Mineral não Metálico, Indústria Metalúrgica e Indústria Têxtil foram, de acordo com as variações do *IHH* calculados para os setores, as divisões da indústria que mais desconcentraram o emprego entre as regiões ao longo do período. Os índices para cada setor estão expostos na tabela 19, que também apresenta a participação relativa das regiões no emprego total de cada setor.

Tabela 2: Participação relativa das regiões no emprego total de cada setor e Índice de Hirschman-Herfindahl para o Emprego Industrial, por setor - Brasil e Regiões (IHH_i) – 1995 / 2009

Setores	Centro-Oeste			Norte			Nordeste		
	1995	2009	Variação Absoluta	1995	2009	Variação Absoluta	1995	2009	Variação Absoluta
Extrativa Mineral	6,7	5,5	-1,2	5,7	7,4	1,7	18,7	18,9	0,3
Prod. Mineral não Metálico	3,6	5,9	2,4	1,9	4,6	2,7	12,3	18,7	6,5
Indústria Metalúrgica	1,2	2,7	1,5	1,1	2,7	1,6	4,8	7,0	2,2
Indústria Mecânica	0,6	1,7	1,0	1,8	2,6	0,8	1,8	4,6	2,8
Elétrico e Comunic	0,5	0,8	0,3	9,7	10,4	0,7	3,9	4,3	0,3
Material de Transporte	0,6	1,2	0,6	1,5	4,5	3,0	1,4	3,7	2,3
Madeira e Mobiliário	5,6	6,8	1,2	10,3	8,4	-1,9	5,9	6,8	0,9
Papel e Gráf	2,9	4,6	1,7	2,3	2,4	0,2	7,4	9,8	2,4
Borracha, Fumo, Couros	1,8	4,5	2,7	1,7	2,9	1,2	6,5	8,6	2,1
Indústria Química	1,5	4,2	2,7	1,9	2,3	0,4	8,3	9,8	1,6
Indústria Têxtil	1,8	3,8	1,9	0,7	0,7	0,0	13,5	17,1	3,6
Indústria Calçados	0,5	1,0	0,4	0,0	0,1	0,0	7,3	36,5	29,1
Alimentos e Bebidas	6,2	10,8	4,6	2,1	3,9	1,8	24,7	20,0	-4,7
Serviço Utilidade Pública	5,7	6,2	0,5	6,9	6,4	-0,5	19,3	19,5	0,2
Total Indústria	3,1	5,4	2,2	2,9	3,6	0,8	11,8	13,9	2,1

Tabela 19: Continuação...

Setores	Sul			Sudeste			Brasil					
	1995	2009	Variação Absoluta	1995	2009	Variação Absoluta	1995	2009	Variação Absoluta	1995 IHH	2009 IHH	Variação IHH
Extrativa Mineral	12,8	8,9	-3,9	56,1	59,3	3,1	2,0	2,6	0,6	0,374	0,403	7,9
Prod. Mineral não Metálico	20,5	19,7	-0,9	61,8	51,1	-10,7	4,4	4,6	0,2	0,441	0,341	-22,7
Indústria Metalúrgica	16,0	21,7	5,8	76,9	65,8	-11,1	9,5	9,1	-0,5	0,620	0,487	-21,4
Indústria Mecânica	26,8	29,7	2,9	69,0	61,5	-7,5	5,5	6,3	0,8	0,548	0,469	-14,5
Elétrico e Comunic	14,8	23,0	8,2	71,1	61,5	-9,6	4,0	3,3	-0,7	0,538	0,444	-17,4
Material de Transporte	11,4	19,1	7,7	85,1	71,5	-13,6	5,9	6,5	0,6	0,738	0,552	-25,3
Madeira e Mobiliário	44,3	43,6	-0,6	33,9	34,3	0,4	6,2	5,4	-0,7	0,328	0,324	-1,1
Papel e Gráf	19,9	23,9	4,0	67,4	59,2	-8,2	5,9	4,9	-1,0	0,501	0,421	-16,1
Borracha, Fumo, Couros	23,8	26,3	2,5	66,2	57,7	-8,5	4,4	3,8	-0,6	0,500	0,413	-17,5
Indústria Química	15,7	19,3	3,6	72,7	64,4	-8,3	9,0	9,2	0,2	0,560	0,463	-17,3
Indústria Têxtil	21,4	29,1	7,7	62,5	49,3	-13,2	12,7	12,2	-0,6	0,456	0,359	-21,3
Indústria Calçados	60,5	37,9	-22,6	31,6	24,6	-7,0	3,6	4,0	0,4	0,471	0,337	-28,5
Alimentos e Bebidas	20,9	23,1	2,2	46,1	42,3	-3,9	19,7	23,3	3,6	0,322	0,285	-11,4
Serviço Utilidade Pública	15,7	17,9	2,2	52,4	49,9	-2,4	7,1	4,8	-2,2	0,344	0,327	-4,9
Total Indústria	21,9	24,6	2,7	60,3	52,5	-7,8	100,0	100,0	-	0,427	0,360	-15,8

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

Na *Indústria de Calçados*, houve deslocamento do emprego das regiões Sul e Sudeste em direção ao Nordeste. Mais especificamente, esse fluxo se deu principalmente do Rio Grande do Sul e São Paulo em direção a Ceará e Bahia.

Já na indústria produtora de *Material de Transporte* o fluxo se deu principalmente com perda relativa da região Sudeste, ou melhor, de São Paulo, a favor das demais regiões, principalmente do Sul.

Na indústria de *Prod. Mineral não Metálico*, o fluxo partiu principalmente do Sudeste e, em menor nível do Sul, em direção ao Nordeste e às demais regiões. As alterações neste caso foram mais disseminadas entre os estados. Com exceção do Espírito Santo, todos os estados do eixo Sul-Sudeste perderam participação relativa, ao passo que foram observados ganhos relativos para todos os estados das demais regiões, com destaque para Bahia, Ceará e Maranhão no Nordeste, Pará no Norte e Goiás e Mato Grosso no Centro-Oeste.

Na *Indústria Metalúrgica*, os empregos se deslocaram do Sudeste principalmente para o Sul e, em menor nível, para as demais regiões. No Sudeste, houve perda relativa de todos os estados, exceto para o Espírito Santo. No Sul, observam-se ganhos relativos para todos os estados, especialmente PR e SC. Nas demais regiões, sobressaem o Amazonas no Norte, Bahia e Ceará no Nordeste e Goiás no Centro-Oeste.

Por fim, na *Indústria Têxtil*, o deslocamento do emprego se deu do Sudeste (SP e RJ) em direção ao Sul (PR e SC, principalmente) e Nordeste (principalmente CE e RN) e Centro-Oeste (GO e MS).

Em pelo menos 6 dos 14 setores, os ganhos relativos se concentram de forma predominante no Sul: Indústria Metalúrgica, Elétrico e Comunicação, Material de

Transporte, Indústria Têxtil e SIUP. Em outros dois, a região também comanda os ganhos relativos, mas em conjunto com outra região, como é o caso Indústria Mecânica (com o Nordeste) e da Indústria Química (com o Centro-Oeste). Por outro lado, a região perde participação em setores como Calçados e Extrativa Mineral.

Já o Nordeste, além de dividir a predominância dos ganhos relativos da Indústria Mecânica, elevou consideravelmente sua participação na Indústria de Calçados, de Prod. Minerais não Metálicos e, de modo mais moderado, em setores como a Indústria Têxtil, Borracha, Fumo e Couros, Indústria Metalúrgica, Material de Transporte e Papel e Gráfica. Apenas no setor de Alimentos e Bebidas houve redução.

No Centro-Oeste, destacam-se setores como Alimentos e Bebidas e, em menor nível, Indústria Química, Borracha, Fumo e Couros, Prod. Mineral não Metálico, Indústria Têxtil e Papel e Gráf. Nos demais, os ganhos foram menos significativos e, apenas na indústria Extrativa Mineral foi observada perda de participação da região.

No Norte, as indústrias que mais se sobressaíram foram de Material de Transporte e de Prod. Mineral não Metálico, seguidos de Alimentos e Bebidas, Extrativa Mineral e Indústria Metalúrgica. A região perdeu participação relativa no setor de Madeira e Mobiliário, ao passo que as variações nos demais setores foram menos significativas.

A região Sudeste perdeu participação em todos os setores da indústria, exceto nas indústrias Extrativa Mineral e Madeira e Mobiliário. Em geral, as reduções foram intensas. As mais significativas ocorreram nas indústrias: Material de Transporte, Têxtil, Metalúrgica e Prod. Mineral não Metálico.

Pacheco (1999), ao analisar o período 1986/1996, identificou o seguinte padrão de desconcentração de atividades:

“O que esses números sugerem é um certo padrão de desconcentração de atividades, que se restringe ao Sudeste e Sul na maior parte do complexo metal-mecânico, estende-se para o Nordeste, em segmentos como têxtil e calçados, e é relativamente bem mais restrito em alguns gêneros como química.” (PACHECO, 1999, p. 27)

Aqui, em primeiro lugar, identificou-se que o processo de desconcentração atingiu todos os setores, exceto a indústria Extrativa Mineral. Em segundo lugar, na grande maioria dos setores, este processo se deu em função da perda de participação do

Sudeste no emprego industrial, mais especificamente de São Paulo e Rio de Janeiro, de modo semelhante aos resultados de Pacheco (1999), encontrados para a década anterior ao período aqui considerado.

Por fim, verificou-se que o processo de desconcentração foi mais amplo. Ele se restringe ao Sul apenas quanto ao setor Elétrico e Comunicação, existindo outros nos quais, apesar também seguir em direção às demais regiões, a desconcentração se dá majoritariamente no Sul do país. São exemplos desses setores a Indústria Têxtil, de Material de Transporte e a Indústria Metalúrgica; Estende-se também ao Nordeste, principalmente através da Indústria de Calçados, mas também por setores como Prod. Minerais não Metálicos e Têxtil; Atinge o Centro-Oeste e o Norte de maneira mais disseminada entre os vários setores, embora seja possível identificar a relevância do setor de Alimentos e Bebidas para a primeira e de Material de Transporte e Prod. Mineral não Metálico para a segunda.

Possivelmente, os determinantes para a dinâmica observada são, em geral, os mesmos levantados pela literatura para explicar a dinâmica observada nas décadas anteriores. Apesar de estes determinantes parecerem atuar de forma combinada, eles se diferenciam entre as regiões em termos de intensidade. Assim, a existência de deseconomias de aglomeração em alguns locais do Sudeste aliado a externalidades e à criação de economias de aglomeração em outras áreas do país, a maior integração do mercado nacional, a disponibilidade relativa de recursos naturais, impacto regional da ampliação e mudança das políticas estatais de desenvolvimento, estratégias empresariais de localização voltadas à minimização de custos salariais e/ou de transporte e que, portanto, consideram a proximidade do mercado consumidor são alguns dos fatores mais relevantes para explicar a dinâmica recente da indústria no país.

De certo modo, a desconcentração do emprego industrial também influencia na desconcentração da renda, na medida em que contribui para o aumento da massa salarial nas regiões.

Tabela 20: Massa Salarial da Indústria, por região e subsetor (R\$ mil de Jul. 2013) – 1995 / 2009

Setores	Centro-Oeste			Norte			Nordeste		
	1995	2009	Cresc. Médio Anual (%)	1995	2009	Cresc. Médio Anual (%)	1995	2009	Cresc. Médio Anual (%)
Extrativa Mineral	11.024	28.517	7,0	12.360	61.992	12,2	27.465	227.673	16,3
Prod. Mineral não Metálico	7.216	24.694	9,2	4.614	16.267	9,4	21.556	64.380	8,1
Indústria Metalúrgica	6.463	26.473	10,6	12.790	37.148	7,9	35.054	80.906	6,2
Indústria Mecânica	4.094	13.112	8,7	9.265	23.882	7,0	10.377	39.017	9,9
Elétrico e Comunic	1.378	2.695	4,9	37.659	51.799	2,3	12.864	18.938	2,8
Material de Transporte	1.550	10.420	14,6	9.434	53.043	13,1	4.123	40.668	17,8
Madeira e Mobiliário	9.516	31.800	9,0	18.639	35.975	4,8	9.235	25.917	7,6
Papel e Gráf	17.291	30.695	4,2	12.215	15.928	1,9	33.813	58.629	4,0
Borracha, Fumo, Couros	3.351	16.017	11,8	5.189	12.559	6,5	17.078	29.791	4,1
Indústria Química	11.974	51.002	10,9	15.836	35.985	6,0	102.893	170.400	3,7
Indústria Têxtil	6.486	31.339	11,9	2.675	5.320	5,0	64.264	136.523	5,5
Indústria Calçados	532	2.371	11,3	29	224	15,8	8.848	98.661	18,8
Alimentos e Bebidas	63.830	271.061	10,9	23.038	79.423	9,2	178.439	377.410	5,5
Serviço Utilidade Pública	81.591	111.293	2,2	80.234	87.882	0,7	195.095	237.920	1,4
Total Indústria	226.298	651.490	7,8	243.977	517.429	5,5	721.106	1.606.833	5,9

Tabela 20: Continuação...

Setores	Sul			Sudeste			Brasil		
	1995	2009	Cresc. Médio Anual (%)	1995	2009	Cresc. Médio Anual (%)	1995	2009	Cresc. Médio Anual (%)
Extrativa Mineral	14.945	37.979	6,9	110.215	832.809	15,5	176.009	1.188.970	14,6
Prod. Mineral não Metálico	52.901	95.569	4,3	208.537	309.967	2,9	294.825	510.877	4,0
Indústria Metalúrgica	121.025	275.514	6,1	801.983	1.093.360	2,2	977.315	1.513.401	3,2
Indústria Mecânica	155.610	335.222	5,6	532.568	876.534	3,6	711.912	1.287.767	4,3
Elétrico e Comunic	60.958	116.044	4,7	354.733	417.887	1,2	467.592	607.364	1,9
Material de Transporte	68.385	256.583	9,9	851.745	1.353.147	3,4	935.238	1.713.861	4,4
Madeira e Mobiliário	109.144	226.094	5,3	111.511	185.845	3,7	258.044	505.630	4,9
Papel e Gráf	97.599	164.642	3,8	462.616	583.051	1,7	623.535	852.945	2,3
Borracha, Fumo, Couros	73.951	131.386	4,2	278.516	354.360	1,7	378.086	544.114	2,6
Indústria Química	139.440	286.293	5,3	967.667	1.484.630	3,1	1.237.811	2.028.311	3,6
Indústria Têxtil	157.037	328.639	5,4	467.678	553.977	1,2	698.141	1.055.798	3,0
Indústria Calçados	91.182	130.606	2,6	49.487	74.985	3,0	150.078	306.846	5,2
Alimentos e Bebidas	243.061	537.255	5,8	717.952	1.252.100	4,1	1.226.320	2.517.250	5,3
Serviço Utilidade Pública	215.066	261.625	1,4	615.820	643.113	0,3	1.187.807	1.341.834	0,9
Total Indústria	1.600.305	3.183.452	5,0	6.531.028	10.015.765	3,1	9.322.713	15.974.969	3,9

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

Em média, a massa salarial da indústria cresceu 3,9% ao ano no período investigado. Entre os setores, o maior crescimento foi observado na indústria Extrativa Mineral. Todas as regiões, exceto o Sudeste, apresentaram taxas de crescimento da massa salarial acima de 5% a.a. e, portanto, da média observada para o país. Em termos de magnitude, observa-se que a massa salarial da indústria nordestina em 2009 atingiu um nível equivalente à massa salarial da indústria do Sul em 1995. Conforme já observado, sobretudo para o caso do Nordeste, a comparação entre as magnitudes da massa salarial da indústria e das transferências de renda direcionadas à região fornece uma idéia do impacto das mesmas sobre a economia local. A despeito dos juízos de valor inerentes à discussão sobre a concessão desses benefícios, o fato é que eles constituem um volume de recursos equivalente a quase 86% dos salários gerados na indústria, que reforça o poder aquisitivo da população, impulsionando a renda média da região e reduzindo as desigualdades existentes.

Em resumo, entre 1995 e 2009, o emprego industrial no país cresceu, em média, o equivalente a 2,8% ao ano, sete vezes mais que o crescimento médio observado para o PIB da Indústria, de 0,4% ao ano. Diferentemente do observado na análise da distribuição do PIB da Indústria, todas as regiões apresentaram crescimento do emprego industrial, em níveis absolutos.

No entanto, a ordenação das taxas de crescimento, distintas entre as regiões, foi semelhante à identificada na análise anterior. Assim como visto na análise do PIB Industrial, as taxas de crescimento das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, de menor participação no emprego industrial, foram maiores que as observadas para as regiões Sul e Sudeste, que possuem as maiores participações relativas.

Nesse sentido, assim como ocorreu com a distribuição regional do PIB da indústria, a resultante desse crescimento diferenciado foi a perda de participação do Sudeste a favor do ganho relativo das demais regiões, o que reduziu um pouco a disparidade existente na alocação inter-regional do emprego na indústria brasileira. A desconcentração inter-regional do emprego industrial também foi corroborada pelo exame das razões de concentração, das curvas de concentração derivadas das mesmas, e do Índice de Hirschman-Herfindahl calculados com dados de emprego industrial, tendo em vista a redução desses indicadores ao longo do período considerado. Comparando a magnitude dos índices calculados nos dois casos, IHH do PIB e do emprego, percebe-se que, embora ambos apontem para a ocorrência de desconcentração da indústria - em relação à produção e ao emprego, respectivamente -, a estrutura do emprego na indústria é menos concentrada do que a de sua produção.

Assim como foi identificado na análise do Quociente Locacional do PIB Industrial, a região Sul é o polo relativamente mais especializado na indústria, de acordo com os valores do Quociente Locacional do emprego industrial. O Sudeste também apresenta uma estrutura do emprego mais especializada na indústria do que a média nacional, ao passo que os QLS do Centro-Oeste, Nordeste e Norte continuam a mostrar, em 2009, que o emprego industrial nestas regiões ainda possui menor peso relativo nessas economias do que o padrão observado para o país como um todo. Contudo, os resultados indicam aumento do peso relativo da indústria ao longo do período, sobretudo no Centro-Oeste e, em menor nível, nas regiões Sul e Nordeste, além de indicarem redução do peso relativo do setor industrial nas economias das regiões Norte e Sudeste.

Identificou-se que, com exceção da indústria Extrativa Mineral, o processo de desconcentração atingiu todos os setores, na maior parte dos casos, à custa da perda de participação de São Paulo e Rio de Janeiro, de modo semelhante aos resultados de Pacheco (1999), encontrados para a década anterior ao período aqui investigado.

Em termos setoriais, verificou-se que o processo de desconcentração foi mais amplo. Ele se restringiu ao Sul apenas quanto ao setor Elétrico e Comunicação, embora esta região também tenha incrementado fortemente o emprego em setores como a Indústria Têxtil, de Material de Transporte e Metalúrgica. No Nordeste, o processo se estendeu principalmente através da ascensão da Indústria de Calçados e de setores como Prod. Minerais não Metálicos e Têxtil. Nas regiões Centro-Oeste e Norte, a desconcentração ocorreu de forma mais disseminada entre os setores, embora a indústria de Alimentos e Bebidas para a primeira e de Material de Transporte e Prod. Mineral não Metálico para a última tenham demonstrado maior relevância que as demais.

Complementarmente, no período considerado, a taxa média de crescimento anual do emprego industrial foi quase 13 vezes superior no interior do que nas capitais²⁰, indicando uma maior relevância das cidades médias dentre as opções de localização, possivelmente motivado pelas deseconomias de aglomeração das regiões metropolitanas e pela criação de economias de aglomeração em cidades localizadas no interior dos estados, da melhoria da infraestrutura dessas cidades, da interiorização da educação e da ampla e generalizada elevação da renda no país.

3.4.3 Modificações na Distribuição Regional do Número de Estabelecimentos Industriais

As tabelas 21 e 22 apresentam a distribuição do número de estabelecimentos industriais pelas regiões e estados do país e sua variação ao longo do período compreendido entre os anos de 1995 e 2009. Essas tabelas ilustram, portanto, as diferenças na alocação dos estabelecimentos pertencentes ao setor industrial no plano *inter-regional*, ou seja, mostram a organização locacional dos estabelecimentos industriais entre as cinco regiões do país e entre as unidades federativas que as compõem.

No período mencionado, o número de estabelecimentos industriais no país cresceu, em média, 3,3% ao ano, em ritmo distinto entre as regiões. Observa-se o

²⁰ Considerando que o foco deste trabalho são as regiões, optou-se por deixar os dados que fundamentam esta conclusão nas tabelas situadas no anexo.

mesmo padrão distributivo do emprego industrial, onde todas as regiões, exceto o Sudeste, elevam o número de estabelecimentos industriais a taxas superiores à média nacional. Centro-Oeste, Norte e Nordeste se destacam com taxas médias de crescimento superiores a 5% ao ano.

Tabela 21: Número de Estabelecimentos - Indústria - Brasil, por Região e Estado, 1995-2009*

Regiões	Número de Estabelecimentos (Indústria)			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	10.824	14.870	24.001	121,7	13.177	5,85
Distrito Federal	1.352	1.633	3.103	129,5	1.751	6,11
Goiás	5.133	7.543	11.874	131,3	6.741	6,17
Mato Grosso do Sul	1.915	2.149	3.226	68,5	1.311	3,80
Mato Grosso	2.424	3.545	5.798	139,2	3.374	6,43
NORTE	4.944	6.946	10.654	115,5	5.710	5,64
Acre	178	336	492	176,4	314	7,53
Amazonas	980	1.105	2.010	105,1	1.030	5,26
Amapá	100	171	363	263,0	263	9,65
Pará	2.056	2.770	3.973	93,2	1.917	4,82
Rondônia	1.054	1.663	2.329	121,0	1.275	5,83
Roraima	115	118	262	127,8	147	6,06
Tocantins	461	783	1.225	165,7	764	7,23
NORDESTE	21.221	28.718	43.876	106,8	22.655	5,33
Alagoas	873	1.229	1.699	94,6	826	4,87
Bahia	5.384	6.847	10.768	100,0	5.384	5,08
Ceará	4.393	6.078	9.498	116,2	5.105	5,66
Maranhão	1.048	1.404	2.117	102,0	1.069	5,15
Paraíba	1.860	2.392	3.154	69,6	1.294	3,84
Pernambuco	4.433	5.843	9.067	104,5	4.634	5,24
Piauí	856	1.389	2.180	154,7	1.324	6,91
Rio Grande do Norte	1.407	2.232	3.505	149,1	2.098	6,74
Sergipe	967	1.304	1.888	95,2	921	4,90
SUL	56.200	71.005	100.829	79,4	44.629	4,26
Paraná	16.937	21.373	31.142	83,9	14.205	4,45
Rio Grande do Sul	23.571	28.945	37.770	60,2	14.199	3,43
Santa Catarina	15.692	20.687	31.917	103,4	16.225	5,20
SUDESTE	127.208	133.664	167.422	31,6	40.214	1,98
Espírito Santo	4.379	5.454	7.734	76,6	3.355	4,15
Minas Gerais	28.017	33.666	43.494	55,2	15.477	3,19
Rio de Janeiro	16.835	16.151	18.777	11,5	1.942	0,78
São Paulo	77.977	78.393	97.417	24,9	19.440	1,60
BRASIL	220.397	255.203	346.782	57,3	126.385	3,29

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Conforme pode ser percebido, no período considerado, houve crescimento do número de estabelecimentos na indústria de todos os estados do país. De modo semelhante ao ocorrido com os empregos industriais, em termos absolutos, a maior parte dos estabelecimentos da indústria no período considerado foi dirigida para as regiões Sul e Sudeste. Da variação total do número de estabelecimentos industriais no país verificada no período, 67,1% foi criada ou se dirigiu para essas duas regiões. Esse resultado difere do observado na análise da variação absoluta do PIB industrial das

regiões, na qual se percebe maior participação das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

Tabela 22: Variação Absoluta do Número de Estabelecimentos Industriais do Brasil, por Região e Estado, 1995 / 2009 *

Regiões	Varição Absoluta do Número de Estabelecimentos	Participação na Variação Total do País (%)
	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	13.177	10,4
Distrito Federal	1.751	1,4
Goiás	6.741	5,3
Mato Grosso do Sul	1.311	1,0
Mato Grosso	3.374	2,7
NORTE	5.710	4,5
Acre	314	0,2
Amazonas	1.030	0,8
Amapá	263	0,2
Pará	1.917	1,5
Rondônia	1.275	1,0
Roraima	147	0,1
Tocantins	764	0,6
NORDESTE	22.655	17,9
Alagoas	826	0,7
Bahia	5.384	4,3
Ceará	5.105	4,0
Maranhão	1.069	0,8
Paraíba	1.294	1,0
Pernambuco	4.634	3,7
Piauí	1.324	1,0
Rio Grande do Norte	2.098	1,7
Sergipe	921	0,7
SUL	44.629	35,3
Paraná	14.205	11,2
Rio Grande do Sul	14.199	11,2
Santa Catarina	16.225	12,8
SUDESTE	40.214	31,8
Espírito Santo	3.355	2,7
Minas Gerais	15.477	12,2
Rio de Janeiro	1.942	1,5
São Paulo	19.440	15,4
BRASIL	126.385	100,0

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Naturalmente, essas dinâmicas diferenciadas refletem mudanças nas participações relativas dos estados e regiões no total de estabelecimentos industriais localizados no território brasileiro, como mostra a tabela 23. No plano inter-regional, o padrão é o mesmo observado para as variações do emprego na indústria: maiores ganhos de participação do Sul (+ 3,6%), seguido de Nordeste (+ 3,0%), Centro-Oeste (+ 2,0%) e, num ritmo bem inferior, da região Norte (+ 0,8%). Assim como no caso do

emprego e do PIB industrial, a região Sudeste foi a única a perder participação relativa no total de estabelecimentos da indústria nacional (- 9,4%).

Tabela 23: Número de Estabelecimentos - Indústria - Part. em relação ao Brasil (%) - por Região e Estado, 1995-2009 *

Regiões	Número de Estabelecimentos - Indústria - (%) em relação ao Brasil			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	4,9	5,8	6,9	40,9	2,0
Distrito Federal	0,61	0,64	0,89	45,9	0,3
Goiás	2,33	2,96	3,42	47,0	1,1
Mato Grosso do Sul	0,87	0,84	0,93	7,1	0,1
Mato Grosso	1,10	1,39	1,67	52,0	0,6
NORTE	2,2	2,7	3,1	37,0	0,8
Acre	0,08	0,13	0,14	75,7	0,1
Amazonas	0,44	0,43	0,58	30,4	0,1
Amapá	0,05	0,07	0,10	130,7	0,1
Pará	0,93	1,09	1,15	22,8	0,2
Rondônia	0,48	0,65	0,67	40,4	0,2
Roraima	0,05	0,05	0,08	44,8	0,0
Tocantins	0,21	0,31	0,35	68,9	0,1
NORDESTE	9,6	11,3	12,7	31,4	3,0
Alagoas	0,40	0,48	0,49	23,7	0,1
Bahia	2,44	2,68	3,11	27,1	0,7
Ceará	1,99	2,38	2,74	37,4	0,7
Maranhão	0,48	0,55	0,61	28,4	0,1
Paraíba	0,84	0,94	0,91	7,8	0,1
Pernambuco	2,01	2,29	2,61	30,0	0,6
Piauí	0,39	0,54	0,63	61,9	0,2
Rio Grande do Norte	0,64	0,87	1,01	58,3	0,4
Sergipe	0,44	0,51	0,54	24,1	0,1
SUL	25,5	27,8	29,1	14,0	3,6
Paraná	7,68	8,37	8,98	16,9	1,3
Rio Grande do Sul	10,69	11,34	10,89	1,8	0,2
Santa Catarina	7,12	8,11	9,20	29,3	2,1
SUDESTE	57,7	52,4	48,3	-16,4	-9,4
Espírito Santo	1,99	2,14	2,23	12,2	0,2
Minas Gerais	12,71	13,19	12,54	-1,3	-0,2
Rio de Janeiro	7,64	6,33	5,41	-29,1	-2,2
São Paulo	35,38	30,72	28,09	-20,6	-7,3
BRASIL	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

As diferenças de crescimento a nível estadual repercutiram sobre a alocação dos estabelecimentos industriais no plano *intrarregional*, isto é, na alocação das firmas industriais entre os estados de uma mesma região. Isto pode ser visto na tabela 24, que mostra as participações das UFs no total de estabelecimentos industriais das respectivas regiões para o período investigado.

Tabela 24: Distribuição Intrarregional do Número de Estabelecimentos Industriais - Part. em relação à Região (%) – por Unidade Federativa, 1995-2009 *

Regiões	Número de Estabelecimentos - Indústria - (%) em relação à Região			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	100,0	100,0	100,0	-	-
Distrito Federal	12,49	10,98	12,93	3,5	0,4
Goiás	47,42	50,73	49,47	4,3	2,1
Mato Grosso do Sul	17,69	14,45	13,44	-24,0	-4,3
Mato Grosso	22,39	23,84	24,16	7,9	1,8
NORTE	100,0	100,0	100,0	-	-
Acre	3,60	4,84	4,62	28,3	1,0
Amazonas	19,82	15,91	18,87	-4,8	-1,0
Amapá	2,02	2,46	3,41	68,5	1,4
Pará	41,59	39,88	37,29	-10,3	-4,3
Rondônia	21,32	23,94	21,86	2,5	0,5
Roraima	2,33	1,70	2,46	5,7	0,1
Tocantins	9,32	11,27	11,50	23,3	2,2
NORDESTE	100,0	100,0	100,0	-	-
Alagoas	4,11	4,28	3,87	-5,9	-0,2
Bahia	25,37	23,84	24,54	-3,3	-0,8
Ceará	20,70	21,16	21,65	4,6	0,9
Maranhão	4,94	4,89	4,82	-2,3	-0,1
Paraíba	8,76	8,33	7,19	-18,0	-1,6
Pernambuco	20,89	20,35	20,67	-1,1	-0,2
Piauí	4,03	4,84	4,97	23,2	0,9
Rio Grande do Norte	6,63	7,77	7,99	20,5	1,4
Sergipe	4,56	4,54	4,30	-5,6	-0,3
SUL	100,0	100,0	100,0	-	-
Paraná	30,14	30,10	30,89	2,5	0,7
Rio Grande do Sul	41,94	40,76	37,46	-10,7	-4,5
Santa Catarina	27,92	29,13	31,65	13,4	3,7
SUDESTE	100,0	100,0	100,0	-	-
Espírito Santo	3,44	4,08	4,62	34,2	1,2
Minas Gerais	22,02	25,19	25,98	18,0	4,0
Rio de Janeiro	13,23	12,08	11,22	-15,3	-2,0
São Paulo	61,30	58,65	58,19	-5,1	-3,1
BRASIL	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Com base nos dados dessas participações, foram calculadas as Razões de Concentração (CR) relativas ao número de estabelecimentos industriais para o Brasil e suas regiões. No que se referem ao Brasil, as reduções observadas nesses indicadores para o período considerado, que variam de -3,1% para o CR₃ e -16,4% para o CR₁, evidenciam um robusto processo de desconcentração regional dos estabelecimentos industriais no país. Desse modo, os resultados dos CRs para o número de estabelecimentos industriais sugerem uma conclusão idêntica à resultante das análises

dos CRs construídos com dados do PIB e do emprego industriais, a saber, a ocorrência de um significativo processo de desconcentração da atividade industrial no país.

Tabela 25: Razões de Concentração do Número de Estabelecimentos Industriais – Brasil e Regiões – 1995/2009 *

Região	1995			2000			2009			Variação relativa 2009/1995 (%)		
	CR1	CR2	CR3	CR1	CR2	CR3	CR1	CR2	CR3	CR1	CR2	CR3
Centro-Oeste	0,47	0,70	0,88	0,51	0,75	0,89	0,49	0,74	0,87	4,3	5,5	-0,5
Norte	0,42	0,63	0,83	0,40	0,64	0,80	0,37	0,59	0,78	-10,3	-6,0	-5,7
Nordeste	0,25	0,46	0,67	0,24	0,45	0,65	0,25	0,46	0,67	-3,3	-0,2	-0,2
Sul	0,42	0,72	-	0,41	0,71	-	0,37	0,69	-	-10,7	-4,1	-
Sudeste	0,61	0,83	0,97	0,59	0,84	0,96	0,58	0,84	0,95	-5,1	1,0	-1,2
Brasil	0,58	0,83	0,93	0,52	0,80	0,91	0,48	0,77	0,90	-16,4	-7,0	-3,1

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

As curvas de concentração referentes às participações das regiões no total dos estabelecimentos industriais do país nos dois anos extremos do período considerado estão apresentadas a figura 12. Elas sugerem desconcentração, uma vez que a curva referente à distribuição dos estabelecimentos industriais no ano de 2009 está localizada mais próxima da linha de igualdade do que a curva referente a distribuição desses estabelecimentos em 1995.

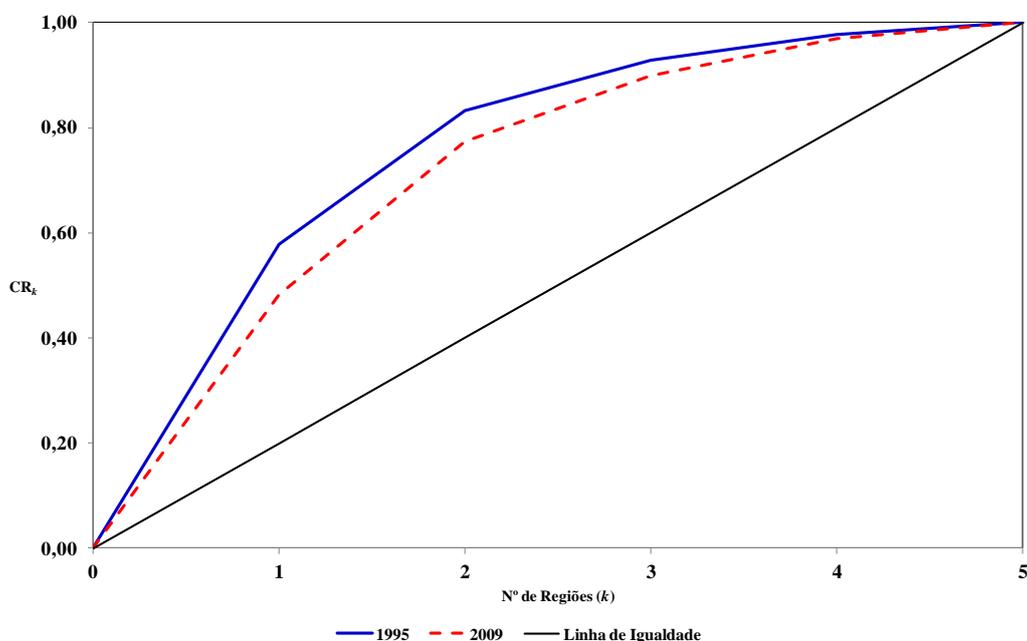


Figura 12: Curvas de Concentração para a participação das regiões brasileiras no total de Estabelecimentos Industriais do Brasil (1995/2009)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir dos dados da tabela 29.

Por conseguinte, a figura 13 reúne as curvas de concentração de cada região, com base na participação dos estados no total de estabelecimentos industriais da respectiva região.

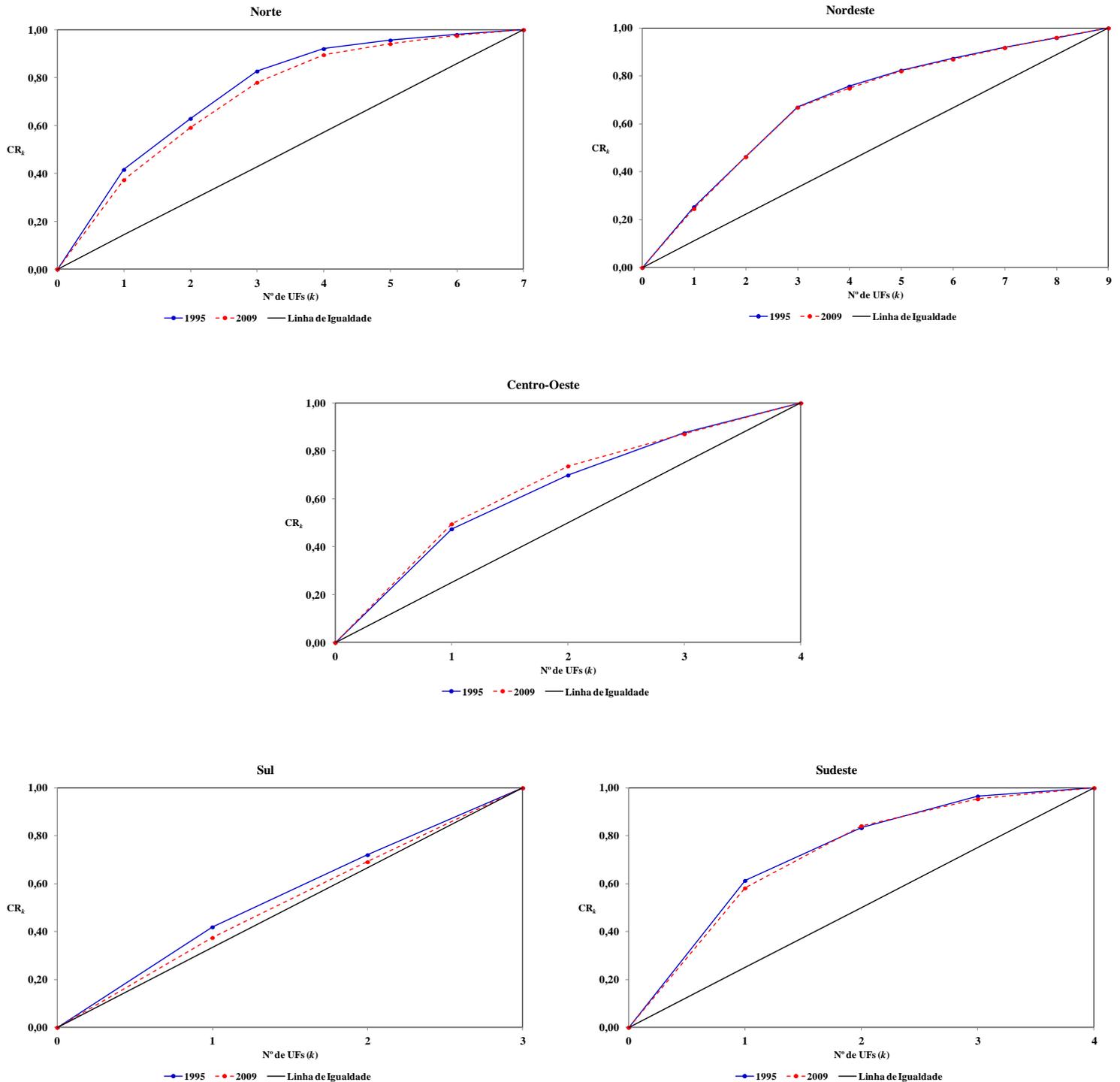


Figura 13: Curvas de Concentração para a participação das Unidades Federativas no total dos Estabelecimentos Industriais de suas respectivas Regiões (1995/2009)

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS/MTE.

Na região Norte, a redução observada ao longo dos anos nas Razões de Concentração, calculadas com base no número de estabelecimentos, sugere um maior “espraiamento” da indústria, em linha com os resultados das CRs calculadas com o PIB da indústria, que mostraram forte desconcentração da produção e em sentido oposto das CRs calculadas com o emprego industrial, uma vez que, para esta variável os índices indicaram concentração do emprego entre as unidades federativas. A curva de concentração de 2009, mais próxima da linha de igualdade que a de 1995, ilustra este fato.

Regionalmente, Pará (- 4,3% dos estabelecimentos industriais da região) e Amazonas (- 1,0%) perdem importância relativa em relação ao total de firmas da indústria. Por outro lado, Tocantins (+ 2,2%), Amapá (+ 1,4%) e Acre (+ 1,0%) foram os que mais elevaram a participação relativa no total de estabelecimentos industriais da região.

A análise comparativa das magnitudes das Razões de Concentração calculadas para as três variáveis mencionadas indica que, na região Norte, a produção da indústria (em termos do valor do PIB Industrial) é mais concentrada que o emprego deste setor, que por sua vez possui estrutura mais concentrada que o número de estabelecimentos industriais.

No Nordeste, a redução dos índices calculados para o número de estabelecimentos indica desconcentração, porém, de magnitude pouco significativa, como pode ser percebido pela quase sobreposição das curvas de concentração referentes aos dois anos limites do período analisado.

A indústria da Paraíba (- 1,6%) e da Bahia (- 0,8%) foram as que mais reduziram a participação no total de estabelecimentos deste setor, ao passo que Rio Grande do Norte (+ 1,4%), Ceará e Piauí (0,9%, ambos), foram os estados que mais elevaram a participação.

A comparação das magnitudes das CRs calculadas para as três variáveis mencionadas indica que, no Nordeste, a produção da indústria (em termos do valor do PIB Industrial) é mais concentrada que o número de estabelecimentos e que o emprego industrial, nessa ordem.

No Centro-Oeste, houve concentração do número de estabelecimentos nos dois estados mais industrializados da região segundo este critério, Goiás (+ 2,1%) e Mato Grosso (+ 1,8%), que pode ser visualizado pela posição da curva de concentração de 2009, acima da de 1995, na parte que corresponde ao CR₁ e CR₂ e pela elevação de

5,5% no CR_2 entre ao longo do período considerado. A indústria do Mato Grosso do Sul foi a única a diminuir sua representação no total de firmas da região, - 4,3%.

Comparativamente, os valores das CRs calculadas para as três variáveis investigadas indicam que, no Centro-Oeste, a alocação do número de estabelecimentos na indústria é levemente mais concentrada que a do emprego e, por conseguinte, que a distribuição do PIB Industrial.

No Sul, as reduções das razões de concentração relativas ao número de estabelecimentos industriais indicam a maior homogeneidade na alocação das firmas industriais na região no período mais recente, decorrentes da perda de participação do Rio Grande do Sul (- 4,5%) e do ganho relativo de Santa Catarina (+ 3,7%). Como pode ser visto na comparação entre as curvas de concentração das regiões, a região Sul é a que possui a distribuição mais equitativa dos estabelecimentos industriais entre seus estados, no sentido de que as curvas dessa região são mais próximas da linha de igualdade do que as curvas das demais regiões o são de suas respectivas linhas.

Ademais, os valores das CRs calculadas para as três variáveis investigadas sugerem que, no Sul, o PIB Industrial é mais concentrado do que o número de estabelecimentos e que o emprego na indústria, os quais possuem distribuição bem semelhante.

No Sudeste, a de modo análogo ao observado para o emprego industrial, as reduções dos CRs apontam para a alocação mais equitativa do número de estabelecimentos industriais entre os estados dessa região, resultado também verificado na análise dos índices construídos com dados de PIB Industrial, embora de forma mais vigorosa neste último.

Novamente, o processo de desconcentração foi motivado pela perda de participação de São Paulo (- 3,1%) e Rio de Janeiro (- 2,0%) e pelo ganho relativo dos demais estados.

Os valores das CRs calculadas para as três variáveis investigadas sugerem que, no Sudeste, a indústria apresenta maior grau de concentração no emprego, no número de estabelecimentos e no PIB, respectivamente, apesar das participações não se distanciarem muito entre si.

A tabela 26 apresenta os Quocientes Locacionais do número de estabelecimentos industriais (QL_{est_i}) para as regiões brasileiras ao longo do período 1995-2009. No geral, as variações dos QL_{est_i} (QLs do nº de estabelecimentos industriais) das regiões tiveram a mesma direção dos QL_e (QLs do emprego industrial): Centro-Oeste e Nordeste

avançando rumo a uma estrutura industrial mais próxima da média nacional, Sul ampliando o já elevado nível de especialização setorial na indústria para além do padrão médio observado no país e as regiões Norte e Sudeste reduzindo o nível de especialização industrial em suas economias.

Contudo, as magnitudes das variações desses índices ao serem calculados para cada uma dessas variáveis apresentam algumas distinções que devem ser consideradas. A respeito do Centro-Oeste, por exemplo, enquanto o QL do emprego industrial apresenta um crescimento de 42,3% ao longo do período investigado, o QL do nº de estabelecimentos mostra crescimento de apenas 3,5%. No Norte, a queda observada no QL do nº de estabelecimentos da indústria, - 22%, foi bem mais intensa do que a observada no QL do emprego industrial, - 9,7% ao longo do intervalo temporal considerado, de modo que o valor de 0,80 para o QL dos estabelecimentos em 2009 indica, em concordância com os resultados do QL do emprego e em ruptura com as conclusões do QL do PIB, que a economia da região Norte possui uma estrutura ainda aquém da média nacional, no que se refere à especialização na indústria.

Tabela 26: Quociente Locacional do Número de Estabelecimentos Industriais para as Regiões Brasileiras (QLesti) – 1995 / 2009

Regiões	QL			Variação 2009/1995 (%)
	1995	2000	2009	
CENTRO-OESTE	0,72	0,73	0,75	3,5
NORTE	1,03	0,96	0,80	-22,0
NORDESTE	0,87	0,87	0,87	0,2
SUL	1,16	1,27	1,32	13,9
SUDESTE	1,00	0,96	0,96	-3,76

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

Por conseguinte, a tabela 27 apresenta os resultados do cálculo dos Índices de Hirschman-Herfindahl com base no número de estabelecimentos industriais (IHH_{est_i}) para o Brasil e suas regiões, em anos selecionados no período 1995-2009.

Tabela 27: Índice de Hirschman-Herfindahl para o Número de Estabelecimentos Industriais - Brasil e Regiões (IHHesti) – 1995 / 2009

Regiões	IHH			Variação 2009/1995 (%)
	1995	2000	2009	
CENTRO-OESTE	0,322	0,347	0,338	5,0
NORTE	0,269	0,258	0,240	-10,8
NORDESTE	0,171	0,165	0,169	-0,8
SUL	0,345	0,342	0,336	-2,5
SUDESTE	0,443	0,424	0,421	-5,0
BRASIL	0,410	0,369	0,339	-17,3

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

Em conformidade com os resultados do IHH_{pib} calculado para o PIB da indústria, percebe-se que as variações no tempo do IHH_{esti} mostram uma distribuição regional mais homogênea dos estabelecimentos industriais, tendo em vista a redução do índice calculado para o Brasil, de 0,410 em 1995 para 0,339 em 2009. De modo semelhante ao observado para o PIB da indústria, os índices das regiões também revelam maior concentração do número de firmas na indústria do Centro-Oeste e distribuição mais homogênea desta variável nas demais regiões do país, sobretudo no Norte e no Sudeste, sendo mais tímida no Nordeste.

Em resumo, entre 1995 e 2009, o número de estabelecimentos industriais no Brasil cresceu, em média, o equivalente a 3,3% ao ano, superior ao crescimento médio observado para o PIB da Indústria, de 0,4% a.a. e para o emprego industrial, de 2,8% ao ano. Diferentemente do observado na análise da distribuição do PIB da Indústria e de modo semelhante ao verificado para o emprego industrial, todas as regiões apresentaram crescimento absoluto do número de estabelecimentos industriais.

Entretanto, a ordenação das distintas taxas de crescimento entre as regiões foi semelhante à identificada nas análises anteriores. Assim como visto na análise do PIB e do emprego industriais, as taxas de crescimento das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, de menor participação no número de firmas da indústria, foram maiores que as observadas para as regiões Sul e Sudeste, detentoras das maiores participações relativas.

Nesse sentido, assim como ocorreu com a distribuição regional do PIB e do emprego da indústria, o resultado desse crescimento diferenciado foi a perda de participação do Sudeste a favor do ganho relativo das demais regiões, de modo a reduzir um pouco a disparidade existente na alocação regional das empresas industriais no Brasil. A desconcentração inter-regional dos estabelecimentos industriais do país

também foi corroborada pelo exame das razões de concentração, das curvas de concentração derivadas das mesmas, e do Índice de Hirschman-Herfindahl, tendo em vista a redução desses indicadores ao longo do período considerado. Comparando a magnitude dos índices de Hirschman-Herfindahl calculados para cada uma das três variáveis - PIB industrial, emprego industrial, e nº de estabelecimentos industriais - percebe-se que, embora todos apontem para a ocorrência de desconcentração da indústria, a distribuição regional do número de estabelecimentos é mais homogênea do que a da produção e do emprego.

Assim como foi identificado na análise do Quociente Locacional calculado através de dados de PIB e emprego industriais, a análise desse indicador para o número de estabelecimentos também concluiu que a região Sul é, dentre todas as regiões brasileiras, a que possui a economia relativamente mais especializada na indústria. O Sudeste, que para as variáveis analisadas anteriormente apresentou uma estrutura econômica mais especializada na indústria do que a média nacional, demonstrou nível de especialização ligeiramente inferior ao padrão nacional no caso do nº de estabelecimentos. Já os QLS do Centro-Oeste, Nordeste e Norte continuam a mostrar, em 2009, que o setor industrial nestas regiões ainda possui menor peso relativo na economia do que o padrão observado para o país como um todo. Além disso, os resultados indicam forte redução do peso relativo da indústria ao longo do período na região Norte, aumento ínfimo no Centro-Oeste e estabilidade do peso da indústria na economia do Nordeste.

Ademais, no período considerado, a taxa média de crescimento anual do número de estabelecimentos industriais no interior foi quase 3 vezes superior à registrada para as capitais²¹, indicando crescimento das cidades médias fora das regiões metropolitanas, possivelmente motivado pelas deseconomias de aglomeração nas mesmas e pela criação de economias de aglomeração em cidades localizadas no interior dos estados, da melhoria da infraestrutura dessas cidades, da interiorização da educação e da ampla e generalizada elevação da renda no país. Esta tendência também foi observada anteriormente, na análise do emprego.

²¹ Conforme dados organizados nas tabelas em anexo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve o objetivo de identificar o padrão de localização da atividade industrial no Brasil no período compreendido entre os anos 1995 e 2009, traçando um perfil das alterações na distribuição regional da indústria, de modo a verificar a assertividade de alguma das tendências apontadas na literatura empírica de desenvolvimento regional.

Para isso, as informações acerca da distribuição do PIB industrial, do emprego industrial e do número de estabelecimentos industriais, em nível das regiões e estados brasileiros, foram tratadas através da análise descritiva das participações das regiões e unidades federativas no total do país, para cada uma das variáveis de interesse; e do cálculo e análise de índices de concentração e especialização, amplamente utilizados pela literatura de economia regional, a saber: a Razão de Concentração e sua derivação em forma de Curvas de Concentração, o Quociente Locacional e o Índice de Hirschman-Herfindahl.

A análise dos dados referentes ao período investigado mostrou que o número de estabelecimentos da indústria no Brasil apresentou crescimento médio superior ao emprego e, por conseguinte, ao PIB deste setor, o que implica que, em média, as firmas industriais no país tornaram-se menores, em termos da relação entre o número de empregados e o número de estabelecimentos. Além de apresentarem taxas de crescimento mais altas, foi verificado que os estabelecimentos industriais também possuem uma dispersão regional mais homogênea do que a verificada para a produção e para o emprego da indústria.

De modo geral, observou-se na análise das três variáveis o crescimento mais robusto da estrutura industrial das regiões periféricas: Centro-Oeste, Norte e Nordeste, em relação ao eixo Sul-Sudeste e, dentro destas, maiores taxas de expansão da indústria no interior dos estados em comparação às capitais.

Nesse sentido, a dinâmica regional mostra que, embora a maioria absoluta dos empregos e estabelecimentos industriais esteja se dirigindo para o eixo Sul-Sudeste, em termos relativos, essas variáveis vêm crescendo a taxas mais elevadas nas demais regiões do país, proporcionando maior simetria em termos das participações relativas das regiões dos empregos e dos estabelecimentos industriais do país, embora as diferenças entre as regiões relativas ao tamanho da estrutura industrial ainda sejam muito grandes. Ademais, em termos do valor da produção, a indústria do Centro-Oeste,

Nordeste e Norte têm superado a do eixo Sul-Sudeste tanto em termos relativos quanto em termos absolutos.

Além disso, foi observado que o processo de desconcentração foi generalizado, atingindo todos os setores, com exceção da indústria Extrativa Mineral - weberiana por natureza-, que ainda tende a se localizar nas proximidades das fontes de matéria-prima. Na maior parte dos casos, este processo ocorreu em função do declínio da participação do Sudeste, mais especificamente de São Paulo e Rio de Janeiro, de modo semelhante aos resultados de Pacheco (1999), encontrados para a década anterior ao período investigado neste trabalho.

Foi observado que, em termos setoriais, o processo de desconcentração foi mais amplo. Ele se restringiu ao Sul apenas quanto ao setor Elétrico e Comunicação, embora esta região também tenha incrementado fortemente o emprego em setores como a Indústria Têxtil, de Material de Transporte e Metalúrgica. No Nordeste, o processo se estendeu principalmente através da ascensão da Indústria de Calçados e de setores como Prod. Minerais não Metálicos e Têxtil. Nas regiões Centro-Oeste e Norte, a desconcentração ocorreu de forma mais disseminada entre os setores, embora, no Centro-Oeste, a indústria de Alimentos e Bebidas e, no Norte, a indústria de Material de Transporte e Prod. Mineral não Metálico tenham demonstrado maior relevância que as demais.

Assim, após a análise referente às participações das regiões no total das três variáveis de interesse analisadas e ao cálculo dos índices de concentração e especialização para cada uma delas, verificou-se que os resultados encontrados neste estudo corroboram a ocorrência de um processo de desconcentração industrial no Brasil no âmbito inter-regional, de intensidade inferior, mas não muito dessemelhante ao que foi presenciado no país ao longo da década de 1970 e até meados dos anos 1980.

Este resultado rompe com a tendência apontada por Cano (1998) quanto ao risco de reconcentração da atividade industrial em torno da região metropolitana de São Paulo e se afasta um pouco, embora não completamente, da tendência à concentração poligonal indicada por Diniz (1993), na qual a atividade econômica se concentraria em torno do polígono “Belo Horizonte – Uberlândia - Londrina/Maringá - Porto Alegre – Florianópolis - São José dos Campos – Belo Horizonte”.

Embora essa tese não possa ser completamente rejeitada, tendo em vista que a maioria absoluta do emprego e dos estabelecimentos industriais criados no período tendeu a se localizar no interior dos estados pertencentes às regiões Sudeste e Sul, ela

pode ser afastada enquanto tendência futura, na medida em que taxas de crescimento significativamente superiores da produção, do emprego e do número de firmas industriais nas regiões periféricas, em relação ao eixo Sudeste-Sul, continuam a ser observadas. A região Sudeste-Sul ainda é extremamente relevante em termos de atração de investimentos. Contudo, as regiões periféricas também evoluíram de forma significativa, rompendo alguns dos entraves que dificultavam seu desenvolvimento nas décadas anteriores. É o caso, por exemplo, da melhoria da infraestrutura principalmente no Centro-Oeste e da melhoria da renda no Nordeste, embora os dois quesitos ainda estejam longe dos níveis ideais.

Nesse sentido, dentre as tendências levantadas pela literatura empírica nacional, expostas ao longo deste trabalho, os resultados guardam maior proximidade com o prognóstico realizado por Pacheco (1996 e 1999) e Guimarães Neto (1995 e 1997), que previam a continuidade do processo de desconcentração da atividade econômica no âmbito inter-regional, exceto pelo fato da tendência à “fragmentação da economia nacional”, que, segundo esses autores, tenderia a acompanhar o processo de desconcentração, não ter sido corroborada. De acordo com os referidos autores, principalmente Pacheco (1996 e 1999), o processo de desconcentração inter-regional viria acompanhada do aumento da heterogeneidade intrarregional, mediante a formação de “ilhas de prosperidade”, localidades cujo dinamismo estaria atrelado aos objetivos de inserção na economia mundial em vez de estar articulado com os demais estados da região. Como visto, a análise dos Índices de Hirschman-Herfindahl, dos Quocientes Locacionais, das razões de concentração e das curvas derivadas evidenciaram, no geral, que as regiões encontram-se numa trajetória de maior homogeneidade entre as estruturas industriais das unidades federativas que as compõem.

O processo de desconcentração identificado possui importantes desdobramentos, que, associados a impulsos externos, determinam seu comportamento futuro. Nesse sentido, verificaram-se, em todas as regiões, exceto o Sudeste, taxas de crescimento da massa salarial acima da média observada para o país.

A considerar esses desdobramentos e impulsos externos, o fenômeno identificado ao longo desta exposição possui uma explicação alternativa, não necessariamente oposta, baseada no princípio da causação circular e acumulativa, teorizado pelo economista sueco Gunnar Myrdal.

O processo de desconcentração eleva o emprego e eleva a renda média de regiões antes estagnadas. Particularmente nas regiões localizadas fora do eixo Sudeste-

Sul, esse impulso inicial provocado pela desconcentração foi reforçado pelo efeito das políticas públicas federais de desenvolvimento regional e, mais fortemente, pelo avanço das políticas de transferências de renda e do salário mínimo real. Tais políticas marcaram a atuação do Estado ao longo da primeira década do século XXI, consideravelmente modificada em relação aos quinze anos imediatamente anteriores.

O efeito imediato dessas políticas foi a redução da pobreza e da desigualdade de renda, além da ampliação e desconcentração da massa salarial (também determinada pela desconcentração do emprego) e, portanto, do mercado consumidor interno, tendo em vista a inclusão de um considerável contingente de pessoas ao mesmo. Nesse sentido, essas políticas ampliaram novamente as rendas e as demandas das regiões, reforçando o impulso inicial gerado pela desconcentração inter-regional da indústria.

Seguindo o processo de causação circular e acumulativa, nota-se a tendência ao maior fluxo de novas firmas industriais em direção a esses espaços, motivadas pelas vantagens locacionais oriundas da proximidade em relação ao mercado consumidor, agora significativo também nas áreas periféricas. O estabelecimento dessas firmas ampliou a participação dessas regiões na produção e no emprego da indústria nacional, conforme verificado na análise do período considerado, ao passo que os efeitos propulsores decorrentes da aglomeração de indústrias nessas localidades têm proporcionado um maior dinamismo dessas economias, através da criação de empregos e da elevação das rendas de parte da população dessas regiões, antes desempregada ou ocupada em empregos de baixa remuneração.

Por conseguinte, tendo em vista o princípio myrdaliano de causação circular e acumulativa, o crescimento acima da média e as boas expectativas em relação ao Centro-Oeste, Nordeste e o Norte do país, decorrentes do reforço contínuo do emprego e da renda nessas regiões e do impacto positivo desse crescimento também sobre os *fatores não econômicos* (infraestrutura, saúde, transporte, educação, etc.), tendem a proporcionar a continuidade do processo de desconcentração industrial no país, pela elevação da atratividade desses espaços subnacionais.

Desse modo, em vez de fragmentadas, as regiões brasileiras encontram-se mais articuladas do que estavam em meados da década de 1990. Essa maior articulação entre as regiões e, dentro destas, entre os estados se deve em boa parte ao incremento contínuo das rendas e da demanda, operacionalizado pelo estabelecimento de novas indústrias em regiões antes vistas como “atrasadas” e pela maior atuação do Estado no que se refere ao desenvolvimento regional, o qual recuperou traços desenvolvimentistas

como o maior nível de intervenção na economia, sem, contudo, abandonar preceitos característicos da orientação neoliberal.

Desse modo, os elementos que pareciam atenuar a continuidade do processo de desconcentração industrial, observados por Diniz (1993) no início dos anos 90 parecem, pelo menos, estarem menos presentes no final da década de 2000. À época, Diniz (1993, p. 57-59) conclui seu clássico trabalho elencando, justificadamente, cinco fatores que tenderiam a impedir o movimento de desconcentração da indústria, e, portanto, a reforçar a concentração da mesma na área mais desenvolvida do país: o *baixo crescimento da economia*, as *transformações tecnológicas e estruturais*, a *redução dos investimentos estatais*, a *distribuição regional e pessoal da renda* e o *arrefecimento da ocupação dos espaços vazios*.

Em primeiro lugar, a preocupação em relação ao crescimento da economia se dava pelo baixo crescimento da indústria nos anos 80 ante a grande expansão observada na década anterior, na medida em que, no Brasil, esse movimento determina fortemente a orientação dos novos investimentos no país e, portanto, as alterações regionais da produção. A esse respeito, os resultados do presente estudo indicam que, embora a produção industrial do país após 1995 tenha crescido a taxas modestas (em média, 0,4% ao ano), observa-se maior dinamismo industrial nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, o que tende a influenciar de maneira positiva para estas regiões as decisões de novos investimentos. Vale ressaltar que os dados referentes a emprego e número de estabelecimentos também corroboraram o dinamismo superior dessas regiões em relação ao eixo Sudeste-Sul.

Em segundo lugar, as transformações tecnológicas e estruturais, que se referem à crescente relevância da indústria apoiada em maiores níveis tecnológicos parecem continuar a dificultar o processo de desconcentração, pelos requisitos locais primordiais desses setores ainda estarem mais concentrados no eixo Sudeste-Sul do país, como os centros de ensino e pesquisa e do mercado de trabalho profissional. No entanto, à medida que se verifica o avanço nos últimos anos em termos de interiorização da educação no país, tanto formal quanto do ensino técnico-profissional, a tendência é de que este elemento deixe de se constituir um entrave ao desenvolvimento regional.

Em terceiro lugar, verificou-se a mudança político-ideológica do Estado, de uma orientação dotada de “forte dose de liberalismo” para o que vem sendo chamado de “novo desenvolvimentismo”, que vem fortalecendo instituições criadas para promover o desenvolvimento regional. Diferentemente do que ocorria em meados da década de

1990, isso vem facilitando o estabelecimento de políticas de caráter compensatório para as regiões mais pobres.

Por sua vez, a maior dinâmica das regiões periféricas tende a contribuir para reverter o processo de arrefecimento da ocupação dos espaços vazios, na medida em que constitui um fator de redução os deslocamentos populacionais.

Por fim, está o que Diniz (1993, p. 58) adjetivou como “a questão estrutural mais relevante para a análise da questão regional brasileira”: a distribuição regional e pessoal da renda. Antes um obstáculo, as alterações na distribuição da renda pessoal experimentadas pelo país recentemente finalmente permitem que este elemento seja considerado como uma oportunidade.

Conforme discutido ao longo deste trabalho, a recente melhora na distribuição da renda pessoal, na medida em que vem contribuindo para ampliar a dimensão absoluta do mercado interno e para sua disseminação entre as regiões, tende a impulsionar o processo de desconcentração da atividade produtiva, induzindo parte da indústria em direção às regiões onde esses ganhos de renda estejam, de um lado, proporcionando a inclusão de um grande contingente de pessoas ao mercado consumidor e, de outro, diversificando o perfil do mesmo, através da forte mobilidade social associada a este processo.

Desse modo, o avanço contínuo da renda - que em parte é proporcionado pela própria desconcentração da atividade econômica e em parte é devida a políticas públicas de cunho equitativo -, ao tomar forma em um processo de causação circular e acumulativo, tende a atuar no sentido de dar sustentabilidade ao processo de desconcentração da atividade econômica, contribuindo para o avanço em direção à maior homogeneidade regional da economia brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. Intervenção e Gerenciamento Espacial: o caso do PRODEPAN. In: III Simpósio sobre os Recursos do Pantanal. Corumbá: 2000. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/congresso/Socio/ABREU-066.pdf>. Acesso em 26/02/2013.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Dinâmica regional brasileira nos anos noventa: rumo à desintegração competitiva. In: CASTRO, I. E. et al. (Org.). *Redescobindo o Brasil: 500 anos depois*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 73-92.

BREITBACH, Áurea C. M.. A dimensão espacial nos estudos de economia regional, no Brasil: temas e interrogações recentes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 171-202, abr. 2004.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Novo Desenvolvimento e a Ortodoxia Convencional. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. In: *Desenvolvimento Econômico e Crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. DELORME PRADO, Luiz Carlos (org.), Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 2012. p. 37-65.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: 1977.

CANO, Wilson. Auge e Inflexão da Desconcentração Econômica Regional. In: AFFONSO, R. de B. A. & SILVA, P. L. B. (Org.). *A Federação em Perspectiva: Ensaio Selecionados*. São Paulo: FUNDAP, 1995. p. 399-415.

CAVALCANTE, L. R.; MONASTERIO, L. M.; Fundamentos do pensamento econômico regional. In: Cruz, B. O.; Furtado, B.A; Monasterio, L.; Rodrigues Jr., W.. (Org.). *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. 1 ed. Brasília: IPEA, 2011, v. 1, p. 43-78.

CHRISTALLER, W.. **Die zentralen Örtel in Süddeutschland: eine ökonomisch-geographische untersuchung über die gesetzmässigkeit der verbreitung und entwicklung der siedlungen mit stadischen funktiionen**. Jena: Gustav Fischer Verlag, 1933.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento Poligonal no Brasil: Nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, v. 3, n. 1, p. 35-64, Belo Horizonte, 1993.

DINIZ, C. C. e BASQUES, M. F. D. *A industrialização nordestina recente e suas perspectivas*. Fortaleza, BNB, 2004.

DINIZ, C. C.; Crocco, M.. Bases teóricas e instrumentais da econômica regional e urbana e sua aplicabilidade ao Brasil: uma breve reflexão. In: *Economia Regional e Urbana: Contribuições Teóricas Recentes*. Belo Horizonte: UFMG/Ministério da Integração Nacional, 2006, p. 9-31.

FAJNZYLBBER, Fernando. *La industrializacion trunca de America Latina*. México: Centro de Economia Transnacional: Editorial Nuerva Imagem, 1983.

FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. *O Brasil Pós- "Milagre"*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GUIMARÃES NETO, L. *Nordeste: da articulação comercial à integração econômica*. 1986. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades regionais e Federalismo. São Paulo. In: *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. (org.) AFFONSO, R. B. A. e SILVA, P. L. B. São Paulo: FUNDAP, 1995.

GUIMARÃES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, IPEA, n. 15, p. 41-95, jun. 1997.

HADDAD, P. R. *et al.* **Economia Regional, teorias e métodos de análise**. Fortaleza: BNB / Etene, 1989.

HIRSCHMANN, A.. Desenvolvimento por efeitos cadeia: Uma abordagem generalizada. In: SORJ, Bernard. *et. al.* *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, p. 6-44, 1985. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/desenvolvimento_por_efeitos_em_cadeia.pdf> Acesso em: 19/12/2012.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para Economistas**. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006a. 429 p.

HOFFMANN, R. Transferências de Renda e a Redução da Desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. *Econômica*, v.8, n.1, p. 55-81, Rio de Janeiro, junho 2006b.

IPEA. **Políticas de Desenvolvimento Regional no Brasil: antecedentes e perspectivas**. Brasília: Seminário sobre Desenvolvimento Regional, outubro de 1972. Brasil / Comunidade Econômica Europeia, IPEA, 1972.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IPEADATA**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>> Acesso em: 10 fev. 2012.

KRUGMAN, P. **Development, geography, and economic theory**. 4. ed. Massachusetts: MIT Press, 1998. (The Ohlin Lectures, 6)

LIMA, Ana Carolina da Cruz; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Programas de desenvolvimento local na região Nordeste do Brasil: uma avaliação preliminar da “guerra fiscal”. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 557-588, dez. 2010.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, Setembro de 2009, 33 p., (Texto para Discussão nº 358).
Disponível em: < <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20358.pdf> >

LÖSCH, A.. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954. Edição original de 1940.

LULA, Edla & LIMA, Daniel. Brasil entrou no novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo, avalia Mantega. Brasília: Agência Brasil, 06/09/2007.
Disponível em: < <http://agenciabrasil.etc.com.br/noticia/2007-09-06/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega> > Acesso em: 16/01/2013.

MARSHALL, A.. **Princípios de economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Edição original de 1890. (Os Economistas).

MCCANN, P.. **Urban and regional economics**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

MONTEIRO NETO, A. Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo. In: CARVALHO, A. X. Y. *et al.* (Org.). *Ensaio de Economia Regional e Urbana*. Brasília, IPEA, 2007. p. 375-436.

MYRDAL, G.. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária – UFMG, 1960. Edição original de 1957.

NORTH, Douglass C. Teoria da localização e crescimento econômico regional. In: Schwartzman, J. *Economia regional: textos escolhidos*. Cedeplar, Belo Horizonte, 1977.

OLIVEIRA, F. **Economia brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: CEBRAP, 1975.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

PACHECO, C. A. *A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional*. 1996. 334f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

PACHECO, C. A. **Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial**. Brasília, IPEA, 1999. 38p. (Texto para discussão; n. 633).

PERROUX, François. *A Economia do século XX*. Porto: Herder, 1967.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de América Latina y alguno de sus principales problemas**. Santiago: CEPAL, 1949.

REVISTA EXAME, edição n. 1029. *A indústria floresce no oeste do Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2012.

ROWTHORN, R; RAMASWAMY, R (1999). *Growth, Trade and Deindustrialization*. IMF Staff Papers, Vol. 46, N.1.

SABOIA, João. Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90: um enfoque regional. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 30, n.1, p. 69-116, abr. 2000.

SENRA, K. **Políticas e Instituições para o Desenvolvimento Econômico Territorial no Brasil**. Pesquisa para ILPES/CEPAL. Santiago: mimeo, 2006.

SENRA, K. Cinquenta anos de Políticas Públicas Federais de Desenvolvimento Regional no Brasil. In: FARIA, Rodrigo de e SCHVARBERG, Benny (Org.). *Políticas Urbanas e Regionais no Brasil*. Brasília, FAU-UnB, 2011. p. 168-194.

SOARES, Sergei. *et al.* **Programas de transferência de renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade**. Brasília, IPEA, Outubro de 2006, 40p. (Texto para Discussão nº 1228).

SOARES, Sergei. *et al.* **Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México: Impactos sobre a desigualdade**. Brasília, IPEA, Julho de 2007, 27p. (Texto para Discussão nº 1293).

SOUZA, Nali de Jesus de. Economia Regional: Conceito e Fundamentos Teóricos. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, Ano XVI, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento Polarizado e Desequilíbrios Regionais no Brasil. *Análise Econômica*, Porto Alegre, Ano 11, n. 19, p. 29-59, março de 1993.

TAVARES, Maria da Conceição. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea In: Rego, José Márcio (org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

THISSE, Jacques-François. Geografia Econômica. In: CRUZ, B. de O. et al. (Org.). *Economia Regional e Urbana: Teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: IPEA, 2011. p. 17-42.

TRINTIN, Jaime Graciano. *A Economia do Paraná: 1985-1998*. 2001. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

VIANNA et al. **Os eixos de integração nacional e a integração regional da infraestrutura sul-americana**. Fortaleza: IPECE, 2006. (Nota Técnica nº. 16).

WEBER, Alfred. **Theory of the location of industries**. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

ANEXO

Tabela A1: Estoque de Empregos na Capital - Indústria - Brasil, por Região e Estado, 1995-2009 *

Regiões	Estoque de Empregos nas capitais (Indústria)			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	76.465	84.487	132.161	72,8	55.696	3,99
Brasília - Df	22.678	24.101	43.232	90,6	20.554	4,72
Goiânia - Go	35.243	40.201	53.359	51,4	18.116	3,01
Campo Grande - Ms	8.316	10.874	19.272	131,7	10.956	6,19
Cuiabá - Mt	10.228	9.311	16.298	59,3	6.070	3,38
NORTE	94.529	88.749	152.973	61,8	58.444	3,50
Rio Branco - Ac	2.560	2.843	5.445	112,7	2.885	5,54
Manaus - Am	53.177	51.943	107.104	101,4	53.927	5,13
Macapá - Ap	13.829	9.035	3.643	-73,7	-10.186	-9,09
Belém - Pa	18.522	17.253	21.547	16,3	3.025	1,09
Porto Velho - Ro	4.330	4.124	7.554	74,5	3.224	4,06
Boa Vista - Rr	1.099	1.242	3.760	242,1	2.661	9,18
Palmas - To	1.012	2.309	3.920	287,4	2.908	10,16
NORDESTE	238.155	224.627	303.500	27,4	65.345	1,75
Maceió - Al	18.139	12.019	18.968	4,6	829	0,32
Salvador - Ba	39.413	32.321	42.699	8,3	3.286	0,57
Fortaleza - Ce	68.531	69.992	87.238	27,3	18.707	1,74
São Luiz - Ma	12.944	10.475	14.696	13,5	1.752	0,91
João Pessoa - Pb	14.580	17.179	22.213	52,4	7.633	3,05
Recife - Pe	44.232	40.106	48.933	10,6	4.701	0,72
Terezina - Pi	14.628	15.002	19.969	36,5	5.341	2,25
Natal - Rn	14.234	16.475	31.904	124,1	17.670	5,93
Aracaju - Se	11.454	11.058	16.880	47,4	5.426	2,81
SUL	159.161	140.380	189.169	18,9	30.008	1,24
Curitiba - Pr	88.677	81.914	116.469	31,3	27.792	1,97
Porto Alegre - Rs	60.206	51.519	58.301	-3,2	-1.905	-0,23
Florianópolis - Sc	10.278	6.947	14.399	40,1	4.121	2,44
SUDESTE	1.065.551	786.709	917.910	-13,9	-147.641	-1,06
Vitória - Es	7.715	9.772	14.986	94,2	7.271	4,86
Belo Horizonte - Mg	93.963	80.944	100.835	7,3	6.872	0,51
Rio de Janeiro - Rj	251.666	181.562	214.456	-14,8	-37.210	-1,14
São Paulo - Sp	712.207	514.431	587.633	-17,5	-124.574	-1,36
BRASIL	1.633.861	1.324.952	1.695.713	3,8	61.852	0,27

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Tabela A2: Estoque de Empregos na Capital - Indústria - Part. em relação ao Brasil (%) - por Região e Estado, 1995 - 2009 *

Regiões	Estoque de Empregos nas capitais - Indústria - (%) em relação ao Brasil			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	4,7	6,4	7,8	66,5	3,1
Brasília - Df	1,39	1,82	2,55	83,7	1,2
Goiânia - Go	2,16	3,03	3,15	45,9	1,0
Campo Grande - Ms	0,51	0,82	1,14	123,3	0,6
Cuiabá - Mt	0,63	0,70	0,96	53,5	0,3
NORTE	5,8	6,7	9,0	55,9	3,2
Rio Branco - Ac	0,16	0,21	0,32	104,9	0,2
Manaus - Am	3,25	3,92	6,32	94,1	3,1
Macapá - Ap	0,85	0,68	0,21	-74,6	-0,6
Belém - Pa	1,13	1,30	1,27	12,1	0,1
Porto Velho - Ro	0,27	0,31	0,45	68,1	0,2
Boa Vista - Rr	0,07	0,09	0,22	229,6	0,2
Palmas - To	0,06	0,17	0,23	273,2	0,2
NORDESTE	14,6	17,0	17,9	22,8	3,3
Maceió - Al	1,11	0,91	1,12	0,8	0,0
Salvador - Ba	2,41	2,44	2,52	4,4	0,1
Fortaleza - Ce	4,19	5,28	5,14	22,7	1,0
São Luiz - Ma	0,79	0,79	0,87	9,4	0,1
João Pessoa - Pb	0,89	1,30	1,31	46,8	0,4
Recife - Pe	2,71	3,03	2,89	6,6	0,2
Terezina - Pi	0,90	1,13	1,18	31,5	0,3
Natal - Rn	0,87	1,24	1,88	116,0	1,0
Aracaju - Se	0,70	0,83	1,00	42,0	0,3
SUL	9,7	10,6	11,2	14,5	1,4
Curitiba - Pr	5,43	6,18	6,87	26,5	1,4
Porto Alegre - Rs	3,68	3,89	3,44	-6,7	-0,2
Florianópolis - Sc	0,63	0,52	0,85	35,0	0,2
SUDESTE	65,2	59,4	54,1	-17,0	-11,1
Vitória - Es	0,47	0,74	0,88	87,2	0,4
Belo Horizonte - Mg	5,75	6,11	5,95	3,4	0,2
Rio de Janeiro - Rj	15,40	13,70	12,65	-17,9	-2,8
São Paulo - Sp	43,59	38,83	34,65	-20,5	-8,9
BRASIL	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Tabela A3: Estoque de Empregos no Interior - Indústria - Brasil, por Região e Estado, 1995-2009 *

Regiões	Estoque de Empregos no Interior (Indústria)			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	91.438	138.137	293.513	221,0	202.075	8,69
Distrito Federal	0	0	0	-	-	-
Goiás	43.783	67.818	151.336	245,7	107.553	9,26
Mato Grosso do Sul	17.760	24.179	61.231	244,8	43.471	9,24
Mato Grosso	29.895	46.140	80.946	170,8	51.051	7,37
NORTE	60.944	82.636	136.707	124,3	75.763	5,94
Acre	257	673	1.570	510,9	1.313	13,80
Amazonas	5.563	4.058	7.099	27,6	1.536	1,76
Amapá	1.137	1.201	2.462	116,5	1.325	5,67
Pará	39.788	51.977	85.501	114,9	45.713	5,62
Rondônia	11.006	19.786	27.182	147,0	16.176	6,67
Roraima	9	107	531	5.800,0	522	33,81
Tocantins	3.184	4.834	12.362	288,3	9.178	10,17
NORDESTE	397.052	439.315	801.825	101,9	404.773	5,15
Alagoas	51.496	52.374	92.087	78,8	40.591	4,24
Bahia	77.980	94.515	195.385	150,6	117.405	6,78
Ceará	46.856	82.797	159.200	239,8	112.344	9,13
Maranhão	14.432	15.336	25.692	78,0	11.260	4,21
Paraíba	31.705	35.930	55.562	75,2	23.857	4,09
Pernambuco	129.147	103.711	181.785	40,8	52.638	2,47
Piauí	6.024	7.126	10.493	74,2	4.469	4,04
Rio Grande do Norte	26.928	31.950	51.838	92,5	24.910	4,79
Sergipe	12.484	15.576	29.783	138,6	17.299	6,41
SUL	1.025.161	1.160.043	1.767.353	72,4	742.192	3,97
Paraná	236.902	292.774	534.217	125,5	297.315	5,98
Rio Grande do Sul	448.472	486.096	637.226	42,1	188.754	2,54
Santa Catarina	339.787	381.173	595.910	75,4	256.123	4,09
SUDESTE	2.188.688	2.140.238	3.260.188	49,0	1.071.500	2,89
Espírito Santo	64.683	76.514	119.694	85,0	55.011	4,49
Minas Gerais	437.928	472.301	733.812	67,6	295.884	3,76
Rio de Janeiro	196.965	171.287	279.989	42,2	83.024	2,54
São Paulo	1.489.112	1.420.136	2.126.693	42,8	637.581	2,58
BRASIL	3.763.283	3.960.369	6.259.586	66,3	2.496.303	3,70

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Tabela A4: Estoque de Empregos no Interior - Indústria - Part. em relação ao Brasil (%) - por Região e Estado, 1995 - 2009 *

Regiões	Estoque de Empregos no Interior - Indústria - (%) em relação ao Brasil			Varição Relativa (%)	Varição Absoluta (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	2,4	3,5	4,7	93,0	2,26
Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	-	-
Goiás	1,16	1,71	2,42	107,8	1,25
Mato Grosso do Sul	0,47	0,61	0,98	107,3	0,51
Mato Grosso	0,79	1,17	1,29	62,8	0,50
NORTE	1,6	2,1	2,2	34,9	0,56
Acre	0,01	0,02	0,03	267,3	0,02
Amazonas	0,15	0,10	0,11	-23,3	-0,03
Amapá	0,03	0,03	0,04	30,2	0,01
Pará	1,06	1,31	1,37	29,2	0,31
Rondônia	0,29	0,50	0,43	48,5	0,14
Roraima	0,00	0,00	0,01	3.447,1	0,01
Tocantins	0,08	0,12	0,20	133,4	0,11
NORDESTE	10,6	11,1	12,8	21,4	2,26
Alagoas	1,37	1,32	1,47	7,5	0,10
Bahia	2,07	2,39	3,12	50,6	1,05
Ceará	1,25	2,09	2,54	104,3	1,30
Maranhão	0,38	0,39	0,41	7,0	0,03
Paraíba	0,84	0,91	0,89	5,4	0,05
Pernambuco	3,43	2,62	2,90	-15,4	-0,53
Piauí	0,16	0,18	0,17	4,7	0,01
Rio Grande do Norte	0,72	0,81	0,83	15,7	0,11
Sergipe	0,33	0,39	0,48	43,4	0,14
SUL	27,2	29,3	28,2	3,6	0,99
Paraná	6,30	7,39	8,53	35,6	2,24
Rio Grande do Sul	11,92	12,27	10,18	-14,6	-1,74
Santa Catarina	9,03	9,62	9,52	5,4	0,49
SUDESTE	58,2	54,0	52,1	-10,4	-6,08
Espírito Santo	1,72	1,93	1,91	11,3	0,19
Minas Gerais	11,64	11,93	11,72	0,7	0,09
Rio de Janeiro	5,23	4,33	4,47	-14,5	-0,76
São Paulo	39,57	35,86	33,97	-14,1	-5,59
BRASIL	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Tabela A5: Número de Estabelecimentos Industriais nas capitais - Brasil, por capitais, 1995-2009 *

Regiões	Número de Estabelecimentos nas capitais (Indústria)			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	4.888	6.169	9.688	98,2	4.800	5,01
Brasília - Df	1.352	1.633	3.103	129,5	1.751	6,11
Goiânia - Go	2.346	3.227	4.597	96,0	2.251	4,92
Campo Grande - Ms	654	671	960	46,8	306	2,78
Cuiabá - Mt	536	638	1.028	91,8	492	4,76
NORTE	2.123	2.645	4.141	95,1	2.018	4,89
Rio Branco - Ac	141	227	340	141,1	199	6,49
Manaus - Am	824	1.002	1.653	100,6	829	5,10
Macapá - Ap	69	123	240	247,8	171	9,31
Belém - Pa	697	711	901	29,3	204	1,85
Porto Velho - Ro	226	300	509	125,2	283	5,97
Boa Vista - Rr	111	107	213	91,9	102	4,77
Palmas - To	55	175	285	418,2	230	12,47
NORDESTE	9.800	11.173	15.205	55,2	5.405	3,19
Maceió - Al	533	713	872	63,6	339	3,58
Salvador - Ba	2.041	1.621	2.064	1,1	23	0,08
Fortaleza - Ce	2.899	3.555	5.243	80,9	2.344	4,32
São Luiz - Ma	395	492	678	71,6	283	3,93
João Pessoa - Pb	585	682	809	38,3	224	2,34
Recife - Pe	1.701	1.861	2.365	39,0	664	2,38
Terezina - Pi	551	796	1.217	120,9	666	5,82
Natal - Rn	576	808	1.114	93,4	538	4,82
Aracaju - Se	519	645	843	62,4	324	3,53
SUL	7.104	7.106	8.597	21,0	1.493	1,37
Curitiba - Pr	3.535	3.666	4.708	33,2	1.173	2,07
Porto Alegre - Rs	2.990	2.847	3.048	1,9	58	0,14
Florianópolis - Sc	579	593	841	45,3	262	2,70
SUDESTE	44.701	38.937	42.099	-5,8	-2.602	-0,43
Vitória - Es	507	461	530	4,5	23	0,32
Belo Horizonte - Mg	5.432	5.067	5.617	3,4	185	0,24
Rio de Janeiro - Rj	7.938	6.866	7.004	-11,8	-934	-0,89
São Paulo - Sp	30.824	26.543	28.948	-6,1	-1.876	-0,45
BRASIL	68.616	66.030	79.730	16,2	11.114	1,08

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Tabela A6: Número de Estabelecimentos nas capitais - Indústria - Part. em relação ao Brasil (%), por capitais, 1995-2009 *

Regiões	Número de Estabelecimentos nas capitais - Indústria - (%) em relação ao Brasil			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	7,1	9,3	12,2	70,6	5,0
Brasília - Df	1,97	2,47	3,89	97,5	1,9
Goiânia - Go	3,42	4,89	5,77	68,6	2,3
Campo Grande - Ms	0,95	1,02	1,20	26,3	0,3
Cuiabá - Mt	0,78	0,97	1,29	65,1	0,5
NORTE	3,1	4,0	5,2	67,9	2,1
Rio Branco - Ac	0,21	0,34	0,43	107,5	0,2
Manaus - Am	1,20	1,52	2,07	72,6	0,9
Macapá - Ap	0,10	0,19	0,30	199,3	0,2
Belém - Pa	1,02	1,08	1,13	11,2	0,1
Porto Velho - Ro	0,33	0,45	0,64	93,8	0,3
Boa Vista - Rr	0,16	0,16	0,27	65,1	0,1
Palmas - To	0,08	0,27	0,36	345,9	0,3
NORDESTE	14,3	16,9	19,1	33,5	4,8
Maceió - Al	0,78	1,08	1,09	40,8	0,3
Salvador - Ba	2,97	2,45	2,59	-13,0	-0,4
Fortaleza - Ce	4,22	5,38	6,58	55,6	2,4
São Luiz - Ma	0,58	0,75	0,85	47,7	0,3
João Pessoa - Pb	0,85	1,03	1,01	19,0	0,2
Recife - Pe	2,48	2,82	2,97	19,7	0,5
Terezina - Pi	0,80	1,21	1,53	90,1	0,7
Natal - Rn	0,84	1,22	1,40	66,4	0,6
Aracaju - Se	0,76	0,98	1,06	39,8	0,3
SUL	10,4	10,8	10,8	4,1	0,4
Curitiba - Pr	5,15	5,55	5,90	14,6	0,8
Porto Alegre - Rs	4,36	4,31	3,82	-12,3	-0,5
Florianópolis - Sc	0,84	0,90	1,05	25,0	0,2
SUDESTE	65,1	59,0	52,8	-18,9	-12,3
Vitória - Es	0,74	0,70	0,66	-10,0	-0,1
Belo Horizonte - Mg	7,92	7,67	7,05	-11,0	-0,9
Rio de Janeiro - Rj	11,57	10,40	8,78	-24,1	-2,8
São Paulo - Sp	44,92	40,20	36,31	-19,2	-8,6
BRASIL	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Tabela A7: Número de Estabelecimentos no interior - Indústria - Brasil, por Região e Estado, 1995-2009 *

Regiões	Número de Estabelecimentos no Interior (Indústria)			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)	Taxa Média de Crescimento Anual (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09	95 / 09
CENTRO-OESTE	5.936	8.701	14.313	141,1	8.377	6,49
Distrito Federal	0	0	0	-	-	-
Goiás	2.787	4.316	7.277	161,1	4.490	7,10
Mato Grosso do Sul	1.261	1.478	2.266	79,7	1.005	4,28
Mato Grosso	1.888	2.907	4.770	152,6	2.882	6,84
NORTE	2.821	4.301	6.513	130,9	3.692	6,16
Acre	37	109	152	310,8	115	10,62
Amazonas	156	103	357	128,8	201	6,09
Amapá	31	48	123	296,8	92	10,35
Pará	1.359	2.059	3.072	126,0	1.713	6,00
Rondônia	828	1.363	1.820	119,8	992	5,79
Roraima	4	11	49	1.125,0	45	19,60
Tocantins	406	608	940	131,5	534	6,18
NORDESTE	11.421	17.545	28.671	151,0	17.250	6,80
Alagoas	340	516	827	143,2	487	6,55
Bahia	3.343	5.226	8.704	160,4	5.361	7,07
Ceará	1.494	2.523	4.255	184,8	2.761	7,76
Maranhão	653	912	1.439	120,4	786	5,81
Paraíba	1.275	1.710	2.345	83,9	1.070	4,45
Pernambuco	2.732	3.982	6.702	145,3	3.970	6,62
Piauí	305	593	963	215,7	658	8,56
Rio Grande do Norte	831	1.424	2.391	187,7	1.560	7,84
Sergipe	448	659	1.045	133,3	597	6,24
SUL	49.096	63.899	92.232	87,9	43.136	4,61
Paraná	13.402	17.707	26.434	97,2	13.032	4,97
Rio Grande do Sul	20.581	26.098	34.722	68,7	14.141	3,81
Santa Catarina	15.113	20.094	31.076	105,6	15.963	5,28
SUDESTE	82.507	94.727	125.323	51,9	42.816	3,03
Espírito Santo	3.872	4.993	7.204	86,1	3.332	4,53
Minas Gerais	22.585	28.599	37.877	67,7	15.292	3,76
Rio de Janeiro	8.897	9.285	11.773	32,3	2.876	2,02
São Paulo	47.153	51.850	68.469	45,2	21.316	2,70
BRASIL	151.781	189.173	267.052	75,9	115.271	4,12

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados

Tabela A8: Número de Estabelecimentos Industriais no interior - Part. em relação ao Brasil (%), por Região e Estado, 1995-2009 *

Regiões	Número de Estabelecimentos no Interior - Indústria - (%) em relação ao Brasil			Variação Relativa (%)	Variação Absoluta (%)
	1995	2000	2009	95 / 09	95 / 09
	CENTRO-OESTE	3,9	4,6	5,4	37,0
Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	-	-
Goiás	1,84	2,28	2,72	48,4	0,9
Mato Grosso do Sul	0,83	0,78	0,85	2,1	0,0
Mato Grosso	1,24	1,54	1,79	43,6	0,5
NORTE	1,9	2,3	2,4	31,2	0,6
Acre	0,02	0,06	0,06	133,5	0,0
Amazonas	0,10	0,05	0,13	30,1	0,0
Amapá	0,02	0,03	0,05	125,5	0,0
Pará	0,90	1,09	1,15	28,5	0,3
Rondônia	0,55	0,72	0,68	24,9	0,1
Roraima	0,00	0,01	0,02	596,2	0,0
Tocantins	0,27	0,32	0,35	31,6	0,1
NORDESTE	7,5	9,3	10,7	42,7	3,2
Alagoas	0,22	0,27	0,31	38,2	0,1
Bahia	2,20	2,76	3,26	48,0	1,1
Ceará	0,98	1,33	1,59	61,9	0,6
Maranhão	0,43	0,48	0,54	25,2	0,1
Paraíba	0,84	0,90	0,88	4,5	0,0
Pernambuco	1,80	2,10	2,51	39,4	0,7
Piauí	0,20	0,31	0,36	79,5	0,2
Rio Grande do Norte	0,55	0,75	0,90	63,5	0,3
Sergipe	0,30	0,35	0,39	32,6	0,1
SUL	32,3	33,8	34,5	6,8	2,2
Paraná	8,83	9,36	9,90	12,1	1,1
Rio Grande do Sul	13,56	13,80	13,00	-4,1	-0,6
Santa Catarina	9,96	10,62	11,64	16,9	1,7
SUDESTE	54,4	50,1	46,9	-13,7	-7,4
Espírito Santo	2,55	2,64	2,70	5,7	0,1
Minas Gerais	14,88	15,12	14,18	-4,7	-0,7
Rio de Janeiro	5,86	4,91	4,41	-24,8	-1,5
São Paulo	31,07	27,41	25,64	-17,5	-5,4
BRASIL	100,0	100,0	100,0	-	-

Fonte: Elaboração do autor, a partir de dados da RAIS / MTE.

*Exclui os estabelecimentos não classificados